

Mariana Oeyen

Mobilidade no Espaço Fronteiriço: o caso da Fronteira Paraguai-Brasil

Belo Horizonte, MG.

UFMG/Cedeplar

2011

Mariana Oeyen

Mobilidade no Espaço Fronteiriço: o caso da Fronteira Paraguai-Brasil

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Demografia.

Orientador: Prof. Dr. Dimitri Fazito de Almeida Rezende

Belo Horizonte, Minas Gerais
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG

2011

Folha de aprovação

Ficha Catalográfica

Oeyen, Mariana.

O29m Mobilidade no espaço fronteiriço [manuscrito] : o caso da fronteira
2011 Paraguai-Brasil / Mariana Oeyen, 2011.

115 f.: il, gráfs. e tabs.

Orientador: Dimitri Fazito Almeida Rezende.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.

Inclui bibliografia (f. 102-109) e anexos.

1. Transição demográfica – Teses. 2. Migração – Teses. 3. Brasil –
População – Teses. 4. Paraguai – População – Teses. I. Rezende,
Dimitri Fazito Almeida. II. Universidade Federal de Minas Gerais.
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. III. Título.

CDD: 304.6

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG. – NMM/012/2018

Agradecimentos

Acredito que nessa vida agradecemos muito menos do que deveríamos, por isso não quero perder essa oportunidade para deixar registro de tantas pessoas que fizeram possível este trabalho. Todos sabemos que a labor acadêmica é sem dúvida solitária em muitos aspectos mas muito solidária também. Fica claro que sem ajuda, compreensão e compartilhamento de colegas, professores, pessoal não docente, familiares e amigos este trabalho não teria se realizado.

Primeiro é principal quero agradecer ao Brasil e seu povo, pelo acolhimento e a oportunidade que me deram de enriquecer meus conhecimentos e experiências de vida.

Obrigada a FAPEMIG pelo suporte financeiro durante os dois anos de pós-graduação e a CAPES pelo suporte.

Meus agradecimentos especiais ao CEDEPLAR como Instituição, seus professores, ao pessoal da secretaria, do laboratório de informática, da biblioteca e do xerox, pela paciência e generosidade cotidianas. Em especial, agradeço ao Professor Dimitri, por aceitar me orientar, dando-me autonomia e suporte ao longo do processo. Ao Alisson Barieri e Weber Soares por aceitarem participar da banca e me darem ótimas sugestões.

A todos os colegas que me “agüentaram” durante os anos de percurso, em particular a Denise Marques responsável pelo meu encontro com o CEDEPLAR e pela generosidade ao me receber na sua casa quando cheguei em BH, a Laetica pelas tardes na sala 2096 e ao Julio pela ajuda e muita paciência com o processamento dos dados. Aos amigos da coorte 2009, Quel, João, Lilian, Daylin, Nati, Gaby, Flavia, Helena, Juliana, Rodrigo, Jorge, por terem sempre me socorrido e incentivado. Mas, quero agradecer especialmente a “mis grandes amigas y compañeras de ruta” Marcela Cuervo (Marce) e Raquel Viana (Quel) por tudo e tanto. A meus pais Andrés e Cristina, meus irmãos Katy, Lau e Matus pelas condições, apoio e amor durante toda minha vida. Ao Jan, meu companheiro, pelo amor e imensa paciência nas horas de angustia, e nas outras também. Aos meus sogros pelo acolhimento e apoio na reta final até a defesa.

Finalmente a todos os andadores de caminhos e atravessadores de fronteiras que o seus andares dão sentido e formam esses espaços que tanto nos interpelam.

Muito, muito obrigada a Todos!!!

Lista de Abreviaturas e Siglas

A.N.R: Asociación Nacional Republicana também conhecido como Partido Colorado

CEDEPLAR: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

DGEEC: Dirección General de Estadística, Encuesta y Censo

IBGE: Instituto brasileiro de geografia e estatística

IBR: Instituto de Bienestar Social

INDERT: Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra

MERCOSUL: Mercado Comum do Sul

PLRA : Partido Liberal Nacional Auténtico

UE :União Européia

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

Sumario

Agradecimentos	5
Muito, muito obrigada a Todos!!!Lista de Abreviaturas e Siglas	5
Lista de Abreviaturas e Siglas	6
Relação de Tabelas Figuras e Gráficos.....	8
Resumo	9
Abstract.....	10
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I: MOBILIDADE POPULACIONAL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS.....	16
CAPITULO II: FRONTEIRA COMO CONSTRUÇÃO	45
CAPÍTULO III: A FRONTEIRA PARAGUAI- BRASIL.....	63
CONCLUSÃO FINAL.....	99
Referências Bibliográficas.....	102
Anexos	110

Relação de Tabelas Figuras e Gráficos

TABELA 1.-. Tipologias de mobilidade de Standing	36
TABELA 2: A imigração de brasileiros nos países da América do Sul.....	64
TABELA 3: Comparação dos quesitos de Migração utilizados no Censo Demográfico (1991, 2000, 2010, Brasil) Censos de Población y Vivienda (1992, 2002, 2012).....	85
FIGURA 1.-. Fluxos recíprocos e deslocamentos de pessoas.	38
FIGURA 2: Zona de fronteira. Divisão Político-Administrativa, Brasil.....	61
FIGURA 3: Melhora introduzida para reduzir índices de não resposta no Censo de población y Vivienda 2012, DGEEC.	86
GRAFICO 1: População Total por Faixa Etária e Sexo. Paraguai, e População Residente na Faixa de Fronteira Paraguai (Alto Paraguai, Concepción, Amambay, Canindeyú e Alto Paraná). Período: 1992.	76
GRAFICO 2: População Total por Faixa Etária e Sexo. Paraguai, e População Residente na Faixa de Fronteira Paraguai (Alto Paraguai, Concepción, Amambay, Canindeyú e Alto Paraná). Período: 2002.	77
GRAFICO 3: Proporção de domicílios chefiados por mulheres, Faixa de fronteira, Paraguai, Brasil- 1992/2002, 1991/2000	78
GRAFICO 4: População residente, por situação do domicílio, Paraguai, Brasil- 1992/2002, 1991/2000.	79
GRAFICO 5: População Residente Brasil e na Faixa de Fronteira Brasil por Faixa Etária e Sexo, Período: 1991.....	80
GRAFICO 6: População Residente Brasil e na Faixa de Fronteira Brasil por Faixa Etária e Sexo, Período: 2000.....	80
GRAFICO 7: Razão entre o número de mulheres e de homens na população total e a da faixa de fronteira, Brasil 1991/2000.	81
GRAFICO 8: Razão entre o número de mulheres e de homens na população total e faixa de fronteira, Paraguai - 1992/2002.	81
GRAFICO 9: Brasileiros no Paraguai, por ano de chegada, 2002.	89
GRAFICO 10: Paraguaio no Brasil, por ano que fixou residência, 2000.....	90
GRAFICO 11: Estrutura Etária dos Brasileiros no Paraguai, 1992, 2002.	91
GRAFICO 12: Estrutura Etária dos paraguaio na faixa de fronteira no Brasil, 1991, 2002....	92
QUADRO 1 : Tipologia da mobilidade identificada na faixa de fronteira Paraguai Brasil.....	95

Resumo

A fronteira internacional entre Brasil e Paraguai estende-se desde Foz do Iguaçu, no Paraná, até Corumbá, em Mato Grosso do Sul. Atravessa uma variedade de territórios, percorrendo desde grandes áreas urbanas até desertos inóspitos e áreas alagadas. Ampara, desde a década de 50, um movimento intenso e diverso, em suas características, de capital e pessoas.

O trabalho busca entender a complexidade da dinâmica da mobilidade em uma unidade de referencia ou área tão dinâmica como é a fronteira, estudando as possíveis relações entre os diversos tipos de mobilidade coexistentes (de curta, media distância, interna e internacional, temporal ou definitiva) no contexto das regiões de fronteira. Para isso desenvolve: uma revisão teórico-conceitual e metodológica de modelos explicativos e tipologias adotadas para entender a mobilidade atual da população especialmente em um recorte espacial que é a faixa de fronteira. Identifica e caracteriza as dinâmicas históricas e atuais de mobilidade (Tipos de mobilidade existentes) na fronteira Paraguai- Brasil e apresenta uma proposta de tipologia das mobilidades como um possível exemplo a verificar empiricamente na área de fronteira entre Paraguai e Brasil a partir dos dados censitários e dos trabalhos qualitativos desenvolvidos até a atualidade.

Esse ângulo busca entender melhor o nível intermediário entre o nível micro e macro, o que nos permite identificar a variedade de deslocamentos (diferentes tipos de mobilidade) das pessoas que vivem e viajam nesta fronteira complexa, que é a fronteira entre o Brasil eo Paraguai.

Palavras-chave: mobilidade, fronteira, migração.

Abstract

In the political boundary between Paraguay and Brazil, the residents constantly move across the border from the 1960s and create various forms of movement and flows. This work intends to capture the dynamics of mobility based on reference unit or spatial area: the border.

The work seeks to understand the complexity of mobility dynamics in a reference unit in a dynamic area as the border, studying the possible relations between the various types of mobility coexisting (short, medium distance, internal and international, temporal or definitive) in the context of border regions. It identifies and characterizes the historical and current dynamics of mobility (existing types of mobility) on the Paraguay-Brazil border and presents a proposal of typology of motilities as a possible example to verify empirically in the border area between Paraguay and Brazil from the census data and of the qualitative studies developed to date.

This angle appears to understand more an intermediate level between micro and macro level, this allows us to identify the variety of shifts (different types of mobility) of people who live and travel in this complex frontier that is the border between Brazil and Paraguay.

Keywords: migration, frontier, mobility.

INTRODUÇÃO

As pessoas estão em constante movimento. Essa intensa mobilidade populacional verificada nas últimas décadas é relacionada com as grandes transformações econômicas, sociais, políticas e culturais decorrentes do processo de globalização. Segundo KRITZ e ZLOTNIK (1992) essa transformação de contexto coloca a mobilidade populacional, de maneira geral, num mundo caracterizado pelo incremento da interdependência econômica, política e social. Promovidas pelos avanços tecnológicos, principalmente na área de comunicação e de transporte, e o crescimento das instituições em escala transnacional, as mudanças decorrentes do processo de reestruturação da produção sugerem não somente novas formas de mobilidade do capital e das pessoas, mas também uma clara diversificação dos lugares de origens e destino desses movimentos (DOMENACH e al., 2007).

Tradicionalmente, boa parte das trocas de fluxos migratórios internacionais se concentrava entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos (Sul-Norte). Mesmo que esta tendência se mantenha, as trocas entre os próprios países em desenvolvimento (Sul-Sul) vêm ganhando força na atualidade. A caracterização de padrões de migração apresentada por VILLA e MARTINEZ (2000) ilustra o já mencionado. Os autores propõem para o caso da América latina três padrões característicos de migração internacional: a) a imigração de ultramar proveniente principalmente da Europa entre finais do século XIX e inícios do XX; b) os movimentos dentro da América Latina e; c) a emigração para os Estados Unidos e Europa, que tomou maior impulso a partir dos anos oitenta.

Dentro dos debates que tem tomado espaço nas discussões sobre os movimentos migratórios observados na América Latina, se destacam os ligados ao aparecimento de novas dinâmicas de mobilidade, que acontecem entre países nas áreas de fronteira. É sabido que a realidade das fronteiras nacionais registra além da migração, uma mobilidade populacional muito intensa e diversa em suas características. Numerosos estudiosos¹ das temáticas de fronteira salientam esse fenômeno, assinalando-as como importantes cenários de deslocamentos populacionais.

Deste modo, as fronteiras se distinguem por serem espaços particularmente sensíveis, com uma natureza e uma dinâmica própria que as revela como laboratórios ou lugares privilegiados de estudo. Apresentando uma dupla essência. De acordo com FARRET (1997) e MARQUEZ

¹ Albuquerque (2005), Dutra & Goettert (2007), Farret (1997), Marques (2009), Sprandel (1992), Palau (1995b), Pereira (2002), Salim (1995), Santa Bárbara (2001), Souchaud & Carmo (2006).

(2009) as fronteiras são, ao mesmo tempo, permeáveis e rígidas. Dado que coexiste a possibilidade de uma utilização alternativa de todo tipo de serviços, públicos os privados e a barreira que impõe a soberania nacional. Um segundo fator, responderia as diferentes oportunidades oferecidas nos países de origem e destino, as condições macroeconômicas e o tamanho e alcance das redes sociais que se apresentam como fatores decisivos para a intensificação das migrações e a mobilidade dentro do bloco BRITO (1995).

Segundo PICOUET (1995:33-34) “esses espaços constituem a expressão de transformações estruturais da distribuição espacial da população nacional ou são ilustrativos de uma adaptação territorial e econômica, resultado de estratégias orientadas a incrementar a renda frente a situações conjunturais”. No entanto, outras motivações além do incremento da renda são apontadas. MARQUES (2009) indaga sobre as motivações que impulsionam as mobilidades que diariamente experimentam brasileiros e paraguaios nas zonas de fronteira, é resgata um grande número de fatores entre os que têm destaque a demanda de serviços públicos de saúde e educação, benefícios assistenciais, compras, religião.

Robustecendo a idéia de que o sistema de trocas entre países fronteiriços poucas vezes é recíproco, onde um dos países uma atração proeminente sobre o outro orientando a direção e a natureza dos fluxos (PICOUET, 1995). Um primeiro olhar retrospectivo sobre os fluxos de população na área de fronteira entre Paraguai e Brasil pareceria confirmar essa afirmação. A presença de brasileiros no Paraguai data do final dos anos 50, intensifica-se nas décadas de 60 e 70 e continua com novos fluxos nas últimas duas décadas. No entanto, com um volume bem inferior ao dos brasileiros lá, o estoque de paraguaios no Brasil ocupa a primeira posição no conjunto dos estrangeiros latino-americanos no Brasil. (IBGE, 2002) Com uma distribuição espacial predominante na área de fronteira (Souchaud, S., do Carmo, L e Fusco, W, (2007)).

Quais são os fatores que originam esses fluxos? A permeabilidade da fronteira? Os diferenciais em oportunidades? As condições macroeconômicas? Pode-se pensar a fronteira Brasil - Paraguai como autônoma, ou de dinâmica própria? Existe um “espaço binacional” (de convivência e identidade), articulado na área de fronteira que se constitui entre Paraguai e Brasil? Em quais níveis (social, cultural, político, administrativo, econômico)? Existe alguma associação (qual?) entre o “espaço binacional” e a formação/estrutura dos deslocamentos populacionais nessa fronteira?

Essa última pergunta mais ampla e abstrata, encerrará o foco de nosso trabalho. Pretende-se, aqui, explorar a idéia de definição do espaço dentro da perspectiva de análise demográfica da

mobilidade, tomando a fronteira como âmbito específico de reprodução familiar, social e econômico autônomo em relação aos contextos nacionais e regionais. Longe de se pretender testar a hipótese da fronteira como espaço autônomo, nesta dissertação se aspira adotar essa hipótese como guia para, a partir de um confronto da literatura especializada em migração e mobilidade com a realidade empírica da mobilidade registrada na fronteira Paraguai - Brasil, responder a seguinte pergunta:

Existe alguma associação entre os diversos tipos de mobilidade (pendular, circular, estacionários) com a migração transfronteiriça de caráter definitivo? E, qual é a relação?

OBJETIVO PRINCIPAL:

Estudar as possíveis relações entre os diversos tipos de mobilidade populacional e os vínculos com as trajetórias da migração internacional (dos fluxos de migração internacional) no contexto das regiões de fronteira partindo de uma definição mais precisa sobre o “espaço fronteiro” enquadrado na fronteira Paraguai- Brasil.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar os modelos explicativos que fundamentam e organizam as tipologias desenvolvidas para se pensar a mobilidade populacional no mundo.

Traçar um marco conceitual de limite e fronteira, demarcando os espaços de mobilidade e suas relações.

Identificar e caracterizar as dinâmicas históricas e atuais de mobilidade (Tipos de mobilidade existentes) nas áreas de fronteira.

Caracterização sociodemográfica de população de fronteira. Identificar padrões.

Propor uma tipologia de mobilidade para a zona de fronteira Paraguai- Brasil.

Para responder aos objetivos pautados o trabalho foi organizado em três capítulos. O primeiro que busca traçar um panorama das principais proposições teóricas que abordam a mobilidade da população num sentido amplo do conceito. A revisão bibliográfica pretende possibilitar o diálogo entre perspectivas teóricas de migração e evidências empíricas da mobilidade num

sentido amplo, bem como a compreensão da (re) configuração do fenômeno em seu estágio atual buscando romper com as formas tradicionais de olhar a migração.

O **capítulo I** está dividido em duas partes. Tendo como ponto de partida a apresentação das principais contribuições teóricas ao entendimento do conceito de Migração, as quais servirão, num segundo momento, de modelos explicativos para compreensão e definição das dimensões que organizaram as tipologias desenvolvidas com a idéia de explicar a mobilidade populacional no mundo.

Com o **capítulo II** busca-se traçar, em um primeiro momento, um marco conceitual de limite e fronteira, demarcando os espaços de mobilidade e suas relações com a construção dessa fronteira guiada pelas seguintes hipóteses formuladas por PICOUET (1995, p.33):

Considerar o espaço fronteiriço como uma entidade geográfica em si mesmo, de acordo com uma delimitação funcional e não político-administrativa.

Fronteira como uma entidade autônoma a partir da qual se podem observar os fluxos de entrada, saída e os que o atravessam.

Espaço de fronteira como um âmbito específico de reprodução social e econômico, autônomo em relação aos contextos nacionais e regionais.

É objetivo do segundo capítulo de limitar ainda, geograficamente, a área de fronteira Paraguai-Brasil, para a qual foram escolhidos 44 municípios do estado de Mato Grosso do Sul e 139 do estado do Paraná² localizados dentro dos 150 km da faixa de fronteira definida pela Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979 que dispõe sobre a Faixa de Fronteira Brasileira e o Decreto nº 85.064, que a regulamenta. No caso Paraguai, dado que desde o censo de 2002 foram criados numerosos municípios dentro da faixa de fronteira (50 Km) foi decidido trabalhar com as unidades político administrativas maiores, logo, os departamentos de Alto Paraguai, Concepción, Alto Paraná, Amambý e Canindeyú.

Finalmente o **capítulo III** se inicia com uma breve contextualização histórico-geográfica das questões relacionadas à dinâmica migratória dos brasileiros no espaço fronteiriço estudado. Ele coloca em evidência as diferenças no processo histórico de povoamento das duas regiões

² Ver a lista de municípios nos anexos.

paraguaias em relação ao que é verificado no contexto da migração brasileira, como as origens dos fluxos, suas tipologias, periodicidade e caracterização e, o desenvolvimento da mobilidade ao longo da fronteira. Logo após, será feita uma análise das singularidades do sistema Brasil-Paraguai.

A segunda parte deste capítulo expõe primeiramente o perfil sócio-demográfico da população residente na faixa de fronteira. Deste modo, procuramos, com base em fontes de informação direta, delimitar as principais características da população que reside na faixa de fronteira definida, esperando, com isso uma melhor contextualização das questões relacionadas à dinâmica da mobilidade da região fronteira. Na continuação das discussões são abordados aspectos teórico-metodológicos do uso dos censos como fontes de dados para medir a mobilidade, expondo as potencialidades e limitações do uso desta informação na análise da mobilidade em áreas de fronteira.

Finalmente, fechamos o capítulo com a análise sócio-demográfica dos migrantes na faixa de fronteira a partir dos dados censitários e, juntamente com a bibliografia consultada se propõe uma tipologia de mobilidade e migração que possibilitem a caracterização sistemática dos tipos de mobilidades existentes no contexto regional das fronteiras.

CAPÍTULO I: MOBILIDADE POPULACIONAL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

“A mobilidade territorial das pessoas é um fenômeno verdadeiramente multifacetado e está plenamente imbricada nos problemas mais essenciais do desenvolvimento e das relações internacionais”. (LATTES, 1993: 1).

Intimamente ligados a dinâmica demográfica e aos processos de transformação socioeconômica, os movimentos migratórios têm recebido atenção de numerosas disciplinas. Sendo os determinantes, suas conseqüências, a composição, as formas de integração, a identidade e as redes alguns aspectos do extenso debate dentro da literatura especializada. O conceito de migração é relativamente complexo, abarca um conjunto de fatores estruturais - tanto na origem como no destino - bem como motivações pessoais que determinam a ação dos agentes. Na últimas décadas os deslocamentos populacionais vêm adquirindo dimensões inegáveis, as mesmas se manifestam tanto na diversificação dos lugares de origem e destino quanto na duração dos movimentos. Estas particularidades despertaram novos interesses e múltiplas controvérsias, gerando um desafio sobre as possíveis dificuldades na hora de escolher os critérios de análise, bem como os métodos de apreensão e medição da migração e mobilidade.

É sabido que a migração é um conceito que se sustenta em uma teoria mais refinada. Porém, “ela só é uma componente da mobilidade espacial da população, a que se registra numa mobilidade mais ampla sem a qual os sistemas sócio-espaciais - construídos pela humanidade - não saberiam funcionar.” (THUMERELLE, 1985: 11) Segundo Massey et al:

“Até o momento não existe uma teoria coerente e única em matéria de migração internacional, mas um conjunto fragmentado de abordagens que têm sido desenvolvidas de forma mais ou menos isolada umas das outras, às vezes, mas nem sempre segmentadas por fronteiras disciplinares. Os padrões e tendências atuais da migração sugerem que um entendimento completo do processo migratório não é alcançado apoiando-se numa única disciplina ou se concentrando num nível de análise. Sua complexidade e sua natureza exigem uma teoria sofisticada que incorporam múltiplas perspectivas, níveis e supostos” (2000:6)

A partir da compreensão da mobilidade num sentido amplo, note-se que existe uma lacuna entre a complexidade das inter-relações dos aspectos que as caracterizam e a base teórica de representação que as estuda. Isto não significa uma ausência de reflexão teórica, a mesma centrada nos tipos empíricos, tem de fato identificado diversas categorizações tipológicas, mas não um arcabouço teórico propriamente dito. As novas modalidades da mobilidade demandam propor á avaliação das teorias de migração, e a incorporação de novas dimensões de análise a partir das quais serão organizadas as tipologias desenvolvidas para a mobilidade.

A. MIGRAÇÃO INTERNACIONAL

Até o momento a literatura especializada acerca da migração apresenta-se polarizada, produto da discussão entre paradigmas teóricos e níveis de análise. As grandes discrepâncias que separam as teorias da migração enraízam-se nos níveis de análise em que se situam os objetos de estudo. Umam tendem a privilegiar a ação individual, enquanto outras se baseiam nos constrangimentos estruturais que cada agente enfrenta. Nesse sentido as explicações para o fenômeno migratório poderiam ser resumidas pelo binômio motivação individual para migrar versus causalidade estrutural.

Vários autores que tem apresentado revisões e avaliações das teorias de migração internacional³ desenvolvidas até hoje. Nesse sentido, as premissas teóricas podem-se agrupar ao redor de grandes tópicos entre os quais serão apresentados os que guardam pertinência com o interesse deste trabalho. Na seqüência, o passo inicial delinea as teorias que explicam as causas ou início da mobilidade populacional dessa natureza entre as que encontrarmos: a) as teorias neoclássicas micro e macro, b) a nova economia da migração, c) a teoria do mercado dual de trabalho e d) a teoria do sistema mundial, num segundo momento, as teorias sobre os determinantes que impõem continuidade a os movimentos entre as que se incluem as seguintes teorias: e) a teoria de redes, e f) a teoria da causação relativa (MASSEY et al., 1993).

Uma primeira abordagem acerca do fenômeno migratórios surge num artigo de Ravenstein, intitulado “As leis de migração”. Onde o autor tenta dar uma explicação teórica da migração rural urbana datada de pelo menos 1880 cujas generalizações ainda mantêm validade científica. De acordo com essas leis, os migrantes se deslocavam de áreas de baixas

3 Massey et al.,1993, de Hass, 2008,Soares, 2004, Comité Interistitucional da UISSP, 1990

oportunidades de trabalho para áreas de altas oportunidades. A escolha do destino estava regulada pela distância, mostrando que a tendência era de realizar trajetos curtos, se deslocando para lugares próximos. A hipótese se baseia na idéia de que os residentes nas áreas urbanas apresentam menor tendência aos deslocamentos que a população rural. Esses deslocamentos crescem paralelamente ao desenvolvimento dos meios de transporte e a expansão da indústria e do comércio. As leis básicas de Ravenstein (1980) já foram sistematizadas e expandidas por muitos pesquisadores. A importância do trabalho deste autor radica em ser o primeiro em expor com argumentos teóricos - apoiado em evidências empíricas - o fenômeno migratório tanto na origem como no destino, concedendo importância à motivação econômica na decisão de migrar, salientando a influência negativa da distância na hora de escolher o destino, e principalmente o processo de migração por etapas. (OBERAI, A. S., BILSBORROW, 1984:15)

Parece correto dizer que a teoria neoclássica é considerada pelos estudiosos da migração como a mais antiga e melhor conhecida da migração internacional. Desenvolvida para explicar a migração de trabalhadores durante o processo de desenvolvimento econômico, encontra a causa dos deslocamentos nas desigualdades geográficas da oferta e demanda de trabalho, basicamente no desequilíbrio existente entre os países de origem e destino. Atraídos pelo elevado salário de equilíbrio de países abundantes em capital, os trabalhadores países com alta oferta de mão-de-obra -com relação ao capital- e baixos salários de equilíbrio emigram para o segundo grupo. Como resultante desse deslocamento se produz uma queda nos salários, o que gera um novo equilíbrio internacional. Em compensação, no primeiro conjunto de países, os salários atingem um equilíbrio. Uma vez alcançado esse equilíbrio internacional de salários os fluxos migratórios internacionais deveriam deixar de existir (MASSEY et al, 1993). Também foi desenvolvido um modelo microeconômico “de escolha individual”. Neste modelo os indivíduos são considerados como seres racionais os quais decidem migrar tendo em conta um cálculo custo/benefício na espera de retornos positivos. Segundo Todaro (1980) a decisão de migrar está funcionalmente pautada por duas variáveis principais: a) ao diferencial urbano rural de renda real; 2) à probabilidade de obtenção de um emprego urbano. Os atores optam por ir a lugares onde a produtividade é maior dadas suas qualificações. No entanto, os retornos líquidos esperados estão sujeitos a certa temporalidade relacionada ao tempo médio que o migrante terá que esperar antes de conseguir realmente um emprego. Enfim, vantagem o retorno líquido que empurraria a migrar é entendido por essa corrente como a multiplicação dos rendimentos da região de destino e a probabilidade de aí encontrar emprego, menos os custos. Estes custos podem ser de diversas ordens: material como os custos de viagem, de

alojamento, de aprendizagem de novas técnicas, formação profissional, bem como custos psicológicos adaptação a um novo contexto, aprendizagem de uma nova língua, de outra cultura. (MASSEY et al, 1993).

Teóricos destas escolas argumentam que a decisão de migrar se fundamenta na chamada, “escolha racional”. Com o objetivo de maximizar uma função de utilidade esperando determinados rendimentos líquidos; o movimento migratório é então a manifestação da mobilidade de fatores para um melhor uso alternativo destes, gerando uma redistribuição espacial dos fatores de produção em resposta aos distintos preços relativos. Ao apresentar as migrações como produtos da escolha racional enraizada em termos econômicos, estes modelos desconhecem os constrangimentos que permeiam a escolha dos atores, bem como os constrangimentos de ordem estrutural. Um exemplo claro disso para o caso da migração brasileira no Paraguai seria a construção da Hidroelétrica de Itaipu, onde a dominação do território num nível macro gera um deslocamento nos níveis micro, sem que a racionalidade econômica esteja presente no cálculo.

Para os novos economistas da migração as decisões de migrar são tomadas de maneira conjunta por unidades maiores de produção e consumo, tipicamente as famílias ou domicílios. Em outras palavras, a migração é vista como uma alternativa para minimizar os riscos. Os domicílios frente à necessidade de controlar o bem-estar econômico optam pela distribuição diversificada dos recursos que estão a sua disposição para minimizar o risco e maximizar a renda tanto absoluta como relativa. (MASSEY et al, 1993). De modo diferente ao argumento proposto pelos neoclássicos, os novos economistas não acham que as diferenças salariais sejam uma condição necessária para que a migração internacional aconteça, não obstante o incentivo de diversificar os riscos da renda familiar sim.

"Nos países desenvolvidos, os riscos da renda familiar geralmente se minimizam através dos mercados de seguros privados e de programas governamentais, mas nos países em desenvolvimento estes mecanismos institucionais para o gerenciamento de risco são imperfeitos, estão ausentes ou são inacessíveis às famílias pobres o que os incentiva a diversificação do risco através da migração" (MASSEY et al, 2000: 12).

Em uma linha de pensamento semelhante, desenvolvida por Da Vanzo (1981) a autora analisa os determinantes próximos na decisão de migrar. Ela pressupõe que os benefícios da migração não são imediatos, mas cumulativos durante um período de tempo, o que determina que os

indivíduos quando migram, assumem a decisão de migrar como uma decisão de investimento em capital humano. Esta decisão - na espera de benefícios, particularmente o ganho esperado subtraído da taxa de desconto - supõe então uma série de custos (psicológicos custos de oportunidade, e custos de financiamento da migração). Como resultado de alguns trabalhos empíricos, a autora chega à conclusão de que a decisão de migrar, não se limita ao indivíduo, nem à família, além da família, abrange outros aspectos cruciais que são considerados como a possibilidade de retorno do migrante, os custos de informação, e a precariedade no risco de migrar (em tanto e enquanto se considere que os migrantes não dispõem de todas as informações sobre o que representa migrar).

A teoria do mercado dual de trabalho argumenta que as migrações internacionais são causadas por uma procura permanente de mão-de-obra imigrante própria a estrutura econômica das sociedades desenvolvidas (PIORE, 1979). Ou seja, a migração não é causada por fatores de expulsão nos países de origem, mas por fatores de atração nos países receptores. Essa demanda de trabalho imigrante por parte dos países industrializados resulta, segundo Massey et al. (1993) de quatro características fundamentais dessas sociedades avançadas e suas economias.

O primeiro determinante é denominado inflação estrutural. Segundo os teóricos que defendem essa teoria, os salários são muito mais do que apenas condições de melhoria econômica, refletem também o status social do trabalho. Ou seja, são portadores de expectativas, prestígio e posição social inerentes à ocupação desempenhada. Como resultado, os empregadores não são totalmente livres para responder a mudanças na oferta de trabalho do mercado. Então, quando os salários são elevados em cargos específicos, haverá uma forte pressão para um aumento salarial proporcional em outras funções, levando os empregadores a buscar alternativas como a importação de mão de obra barata que aceita os baixos salários e não se preocupam com as implicações negativas de ter um emprego de baixa qualificação.

Outro determinante estaria relacionado com os problemas motivacionais. A demanda de mão de obra estrangeira se deve também ao fato de que os trabalhadores das sociedades industrializadas não desejam realizar determinadas atividades por ser mal remuneradas, perigosas ou não qualificadas. Isso denotaria uma posição social baixa sem possibilidades de ascensão. O que os empregadores necessitam são trabalhadores que vejam esses trabalhos simplesmente como meios para obter ingressos, que seriam destinados a metas específicas - construção de uma casa no lugar de origem - que o ajudem a melhorar seu status.

A dualidade é a terceira causa. Inerente ao trabalho e ao capital que se estendem para a força de trabalho em forma de estrutura segmentada do mercado de trabalho. Nas sociedades industrialmente avançadas, encontra-se de um lado, o setor primário, intensivo em capital com cargos de maior estabilidade, que demandam trabalhadores de elevada qualificação e que utilizam os melhores equipamentos e tecnologias; de outro o secundário, intensivo em trabalho, empregos instáveis, que exigem pouca ou nenhuma qualificação, onde os trabalhadores podem ser dispensados a qualquer hora com custos pequenos ou inexistentes para os empresários, os que se vem mais afetado em períodos de crise. É nesse último setor que a renda e o tipo de trabalho tornam-se objeto de resistência para a sociedade residente, deixando assim um espaço para os trabalhadores imigrantes.

A última causa tem a ver com a demografia da oferta de trabalho. Como já foi mencionada, existem certas ocupações no setor secundário do mercado de trabalho que são evitadas pelos nativos. Isto cria uma demanda permanente de trabalhadores dispostos a trabalhar em condições pouco prazerosas, baixos salários, instabilidade e com poucas oportunidades de promoção.

Esta teoria ilustra como em um cenário de desequilíbrio a migração resulta da maneira na qual a demanda de trabalhadores imigrantes é satisfeita. Ou seja, dadas as qualidades negativas (baixos salários e impossibilidade de crescer) que as pessoas dos lugares de origem atribuem a certos trabalhos, oferecem uma abertura do mercado de trabalho para imigrantes. É importante salientar que para esse troco teórico aponta a uma mudança de percepção na causalidade do fenômeno migratório:

“[...] a causa dos fluxos migratórios não está na esfera da racionalidade/esforço puramente individual, mas, sim, no predomínio da crônica e inevitável demanda de trabalhadores estrangeiros (força de atração) e na primazia de fatores econômicos de natureza estrutural.” (SOARES, 2004:104-105)

Entre as críticas mais recorrentes a esta teoria resgata-se a de POVOA:

“Adotar a concepção neoclássica implica, por tudo que foi visto, em desconsiderar a dimensão histórica das migrações. Estas aparecem, a cada momento como decorrência inevitável de impulsos, supostamente eternos, do

individuo que busca se deslocar rumo a melhores condições de vida, entendidas em função da remuneração do trabalho.” (1999:50)

Na década de 70 recrudescem as críticas sobre estes modelos econômicos apontando para os limites das proposições neoclássicas e assinalando a sua limitação a uma a visão dualista da racionalidade ou comportamento dos migrantes. Logo, tomam força outras abordagens teóricas, apoiadas em uma visão macro mais heterogênea que enfatizam a natureza hierárquica da sociedade. Identificadas com o nome de "estruturalista" ou "histórico-estruturalistas", esta abordagem relaciona a migração à distribuição desigual do poder econômico e político dentro da economia mundial, e busca entender a mobilidade internacional de pessoas como conseqüências da expansão das relações capitalistas em regiões periféricas. A análise dessa teoria radica nos aspectos históricos, evidenciando que o comportamento migratório está intimamente relacionado com um processo histórico - social estruturado, conseqüência da expansão das relações capitalistas em regiões periféricas. Uma crítica freqüente que enfrenta este tipo de abordagem é que não consegue explicar de que modo são tomadas as decisões no interior da unidade econômica.

Duas linhas de pensamento prevalecem nessa abordagem. A primeira, conhecida como a teoria da dependência (FURTADO, 1965; 1970; CARDOSO & FALLETO, 1969) e a segunda como a teoria dos sistemas mundiais (WALLERSTEIN, 1974; 1980 citado por MASSEY et al, 1998). A teoria dos sistemas mundiais liga às origens da migração internacional a estrutura do mercado de trabalho mundial que tem se desenvolvido e expandido a partir do século XVI. A resultante da expansão capitalista e sua penetração nos países em desenvolvimento gera desequilíbrios. Isto se deve ao fato de que empresas multinacionais, intensivas em capital, procuram aproveitar a matéria prima e a mão-de-obra barata para extrair utilidades que retornam ao país inversor.

Deste modo, o rompimento dos esquemas agrícolas tradicionais por novos cultivos comerciais trazem consigo uma mudança da posse da terra e dos usos de exploração baseados no usufruto e a herança de cultivos de alta capitalização. Nesta transformação da agricultura as economias regionais supõem uma especialização produtiva que responde aos mercados mundiais, mais que aos locais, assim sucede consecutivamente com outros sectores primários da economia que se integram ao mercado mundial com uma especialização que responde à demanda que apresentam as economias industrializadas. Portanto, os fluxos migratórios são produto dos problemas internos que foram induzidos pelo controle exercido por mercados das regiões

centrais sobre a terra, as matérias primas e o trabalho das regiões periféricas. (MASSEY, 1989)

É sabido que contemporaneamente a todos esses processos de reorganização da economia mundial a transição demográfica chega com retardo nos países periféricos. Trata-se de populações jovens, com economias cujo desenvolvimento industrial é incipiente e desarticulado, com baixos níveis de rendimento e de poupança, portando-se incapaz de gerar os empregos que se requerem ante o aumento da população economicamente ativa. Por outro lado, estão as economias com alto nível de rendimento e suficiente poupança nacional como para financiar um forte monto de investimento, mas onde a população cresce com menor ritmo, o que implica a necessidade de contar com migrações de substituição.

De acordo com Massey et al (1993) a migração internacional é uma conseqüência natural da formação do mercado capitalista no mundo desenvolvido. Isso se vê refletido no fluxo internacional de trabalho que se opõe em direção as dos fluxos de capital e bens. As inversões estrangeiras incentivam mudanças gerando simultaneamente populações desenraizadas e móveis e, ataduras materiais e culturais dos países de origem com os de destino.

Existem também componentes de corte institucional é ideológico que favorecem este fenômeno. O desenvolvimento capitalista mundial administra-se desde alguns centros de população com peso gravitacional no desenvolvimento regional, normalmente trata-se de cidades-porto e cidades-fronteira, ainda que existam outros mais que mantêm fortes vínculos com sistemas de cidades articulados a um desenvolvimento mais “globalizador” que nacional. São uns quantos centros urbanos com forte grau de integração ideológica e cultural para as áreas de forte dinâmica econômica capitalista ocidental. A esses centros são transmitidos valores e padrões de vida próprios de sociedades das nações centrais o que gera que as periféricas tendam a identificar como padrões de desenvolvimento os parâmetros das sociedades ocidentais capitalistas e imitem seu estilo de vida e critério de conforto.

Contribuindo a construção de um espaço transnacional no qual circulam capital, mercadorias, serviços, informação e trabalhadores. Esta proposta teórica trata a migração internacional recente como parte de um sistema mais amplo que articula os países de origem e destino.

“Prevalece aí o argumento de que a mobilidade da força de trabalho é regulada pela lógica de acumulação do capital, que cria, destrói, e recria oportunidades de trabalho em diferentes partes do planeta. Há nessa visão, um

deslocamento da ênfase sobre a racionalidade individual para as maneiras como os meios sociais afetam e modificam os comportamentos econômicos e essa mesma racionalidade” (SOARES, 2004: 106)

Para Massey et al. (1993) as causas que dão início à migração podem ser totalmente diferentes das causas que a perpetuam no tempo. Como já foi mencionada anteriormente, a literatura verificou que a tomada de decisão do ato de migrar tem um caráter coletivo. Esta perspectiva trouxe a visão de que a migração relaciona atividades de migrantes com a de não migrantes gerando redes. As redes de migrantes são conjuntos de laços interpessoais que conectam aos migrantes, primeiros migrantes e os que não migram nas áreas de origem e destino através de laços de parentesco, amizade e de compartilhar uma origem comum. SOARES define rede como:

“[...] um conjunto de atores ou nós (pessoas, objetos ou eventos) ligados por um tipo específico de relação. Os diferentes tipos de relações correspondem redes diferentes, ainda que o conjunto de atores seja o mesmo. A rede, porém, não é consequência, apenas, das relações que de fato existem entre os atores; ela é também o resultado da ausência de relações, da falta de laços diretos entre dois atores” (2004: 108)

Os emigrantes com a experiência e contatos já estabelecidos transmitem informação; oferecem conforto e estabilidade no país de acolhimento, garantia de oportunidades de trabalho e reduzem os riscos globais da circulação, fornecem ajuda econômica, hospedagem, ou seja, apoio das maneiras mais distintas. Dessa forma, as redes ajudam a reduzir custos e riscos, além de gerar confiança, o que eventualmente, aumenta a probabilidade de migrar.

Existem quatro formas de redes que se inter-relacionam em apoio ao migrante as quais são: a) Parentesco, b) Amizade, c) Origem e d) Organizações Sociais ou trabalho (MASSEY et al, 1993: 28). A primeira, mais importante, fundamental e segura é a rede familiar. Estes contam com um grau obrigação para com o novo emigrado, como o transporte, alimentos, hospedagem, conseguir um emprego, empréstimo de dinheiro (em determinadas circunstâncias), ou lhe brindar apoio para que sua integração seja mais rápida, informação necessária de todo tipo, a fim de diminuir o risco de ser repatriado. O segundo tipo é a amizade, que pôde ter surgido da convivência diária nas comunidades de origem, participando em atividades educativas, culturais, religiosas ou desportivas; este vínculo se volta mais forte se compartilharam a experiência de migrar ou se a amizade que os une, unia dantes a suas

famílias. O terceiro tipo é marcado pela origem, forma de identidade regional, relevante e específica, unidos através de tradições, costumes, datas relevantes, celebrações, mantendo viva a essência de seu país ou lugar de origem. A rede permite trocar informação de grande utilidade para futuras migrações ou para o retorno. O quarto tipo são as organizações sociais, que formam um elemento substancial para as contínuas migrações (fator positivo e negativo para ambos os países) e para fortalecer a comunidade transnacional em diversos aspectos; as relações interpessoais são freqüentes na participação de eventos culturais, sociais, desportivos, religiosos; bem como a informação que manejam.

A partir do momento em que o número de conexões numa área de origem alcança sua “massa crítica” a migração se auto-perpetua porque cada ato de migrar cria a estrutura social necessária para mantê-la. Outro fator, o risco, tende a diminuir quando as redes estão bem desenvolvidas, pois estas oferecem maiores oportunidades de trabalho, colocando-os ao alcance da maioria, fazendo da migração um recurso confiável e seguro como fonte de renda.

O crescimento dessas redes também parece levar ao aumento da circulação internacional. À medida que as redes sociais se ampliam menores serão os custos da emigração internacional (longas distâncias) e as pessoas estarão mais dispostas a migrar.

Segundo a teoria da causação cumulativa a migração é um fenômeno com dinâmica própria que se perpetua em si mesmo. Isso encontra explicação no fato de que o ato de migrar altera o contexto social onde decisões de migrar são tomadas, induzindo a deslocamentos subsequentes através de uma série de processos socioeconômicos como as redes. Portanto, a pressão ou motivação para emigrar decorre do reconhecimento da sua própria situação pelas unidades familiares, ainda que de forma geral os primeiros emigrantes não pertençam ao escalão mais baixo da sociedade, situando-se antes numa escala econômica intermediária na comunidade local. Alguns cientistas sociais (STARK & TAYLOR 1991) apontaram seis fatores socioeconômicos que são potencialmente afetados cumulativamente pela migração. São eles:

- 1) A distribuição da renda. Antes que qualquer pessoa de uma comunidade tenha migrado a desigualdade de renda dentro da maioria dos ambientes rurais pobres não é muito expressiva. Isto porque todas as famílias têm níveis de ingressos de subsistência e níveis de ingressos externos escassos. Uma vez que uma das famílias começa a receber as remessas, e a renda venha a aumentar, as outras famílias, geralmente pertencentes a níveis menores na distribuição dos ingressos, começam a sentir a privação relativa, induzindo a migração como alternativa de sobrevivência familiar. Nesse contexto, a percepção de desigualdade de renda entre famílias e

domicílios vai diminuindo até o momento em que todas as unidades de produção passam a participar da migração e a receber remessas.

2) A distribuição de terra está relacionada com a dos emigrantes internacionais de comunidades rurais, os que costumam comprar terras nas localidades de origem como uma fonte de renda futura ou adquirir prestígio. A complicação deriva do fato de que essas terras não são cultivadas o que diminui a demanda por mão de obra local e pressiona os trabalhadores a emigrar.

3) A organização da agricultura. De maneira semelhante à distribuição de terra, esse fator socioeconômico aumenta a propensão à emigração internacional de indivíduos residentes em localidades rurais. As famílias com algum membro residindo no exterior têm melhores condições de investir em maquinário, herbicidas, fertilizantes entre outras coisas causando uma melhora na qualidade da produção no local. Os efeitos disso estão relacionados com a capitalização da agricultura, a qual dispensará uma porcentagem de seus trabalhadores por não serem mais necessários, pressionando-os a emigrar.

4) A cultura da migração. À medida que a proporção de migrantes eleva-se em uma comunidade, percepções culturais vão se modificando de maneira a aumentar a probabilidade de migrar.

5) A distribuição regional do capital humano. A migração é um processo seletivo. A emigração dessa força de trabalho bem qualificada aumenta a concentração de capital humano nas regiões de destino e reforça o crescimento econômico. Em contrapartida, ao diminuir a quantidade de capital humano nas regiões de origem dos fluxos, coopera para sua estagnação econômica e, conseqüentemente, para a emigração.

6) O rótulo social de determinadas ocupações. Nas sociedades de destino, algumas ocupações passam a ser rotuladas de “trabalho de imigrante” quando são significativamente ocupadas por mão-de-obra estrangeira. Fato que reforça ainda mais a demanda por trabalhadores imigrantes.

MASSEY et al (1993) assinalam que sendo a migração um fenômeno complexo e de natureza multidimensional, é necessário, para seu estudo, uma teoria sofisticada que incorpore vários níveis, supostos e perspectivas. O autor identifica dois problemas essenciais no estudo da migração: a defasagem quanto ao grau de desenvolvimento teórico, conceitual e metodológico

para compreender os processos de migração contemporânea; e a indefinição de uma única abordagem para compreender a complexidade dos processos migratórios e todos os problemas com os quais ela trabalhe, e a existência de múltiplas perspectivas isoladas em diferentes limites disciplinares.

Estas perguntas são sobre a migração ou mobilidade em seu sentido mais amplo. Dado o interesse que aqui nos ocupa, será necessário aproximarmos do arcabouço teórico que trabalham esses tipos de deslocamentos, é o que se fará no seguinte apartado.

B. NOVAS MOBILIDADES, CATEGORIAS ANTIGAS.

O Dicionário Demográfico Multilíngüe (IUSSP / CELADE, 1985) define migração como “o deslocamento dos indivíduos com mudança de residência, a partir do local de origem para um lugar de destino ou de chegada, que envolve atravessar limites de uma divisão geográfica ou administrativa”. A definição encontra seus fundamentos nos grandes movimentos de população operados em vários momentos da história moderna. Até os anos setenta a mobilidade humana caracterizou-se, em sua maioria, por grandes volumes de migração, relativamente homogêneos e marcados pela baixa qualificação de seus efetivos e sua concentração em alguns poucos lugares (VILLA e MARTINEZ, 2000). Grande parte das trocas de fluxos migratórios ocorreu entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos (Sul-Norte), mas também entre os próprios países em desenvolvimento (Sul-Sul), situação que vem tomando maior peso nas última décadas.

Pode-se verificar que os estudos sobre o deslocamento populacional de caráter não permanente, circular, pendular e sazonal, entre outros- não têm sido tão sistemáticos quanto os da migração. Parece correto dizer que a pesquisa sobre mobilidade outra que a de mudança de residência tem sido muito fragmentada, concentrando-se em trabalhos empíricos sobre determinados tipos de movimento acontecidos em configurações espaciais e temporais específicas. Uma das causas pode ser devido a que foram considerados durante muito tempo como um vestígio pouco relevante frente aos movimentos que apresentavam mudança de residência permanente. Daí, por tanto, uma debilidade teórica evidente.

Durante os anos 70, as crises de acumulação deram lugar a uma reestruturação econômica em escala mundial. A abertura das economias nacionais a partir da liberalização do comércio,

desregulamentação dos mercados de capitais e a flexibilização da relação capital-trabalho, junto com a irrupção de um novo paradigma tecnológico resultou numa nova forma e intensidade da mobilidade de fatores de produção, bens e pessoas trans-fronteiriça. Configurando outra forma de fragmentação ou dispersão geográfica da produção, dos bens e dos indivíduos. Este novo contexto coloca em evidência as limitações da definição tradicional de migração, que consegue capturar apenas parte dos atuais deslocamentos populacionais. Outras dificuldades associadas à análise de um conceito mais amplo de mobilidade derivam diretamente da sua natureza transitória e das dificuldades associadas a captação das mesmas. Daí, portanto, é preciso colocar em evidência a problemática da seleção dos critérios discriminantes na análise da migração num sentido amplo.

A mobilidade não pode ser explicada somente pelas necessidades econômicas.

A mobilidade não somente tem uma dimensão individual, mas o fato de ter também uma dimensão econômica, social e cultural evidencia a dimensão coletiva o social. . A mobilidade e a migração se articulam sobre a problemática do ator social e sua estratégia. Assim, a mobilidade espacial permite repensar a definição territorial da população e a delimitação dos contextos geográficos que influenciam os socioeconômicos (Escalona, 1989; Juncà, Vilardell, 1989; Bericat, 1994 apud Modenes, 2008).

Que modelos explicativos e tipologias podem ser adotadas para entender a mobilidade atual da população?

Como foi mencionado no início desse capítulo a base teórica que discute a mobilidade se limita, majoritariamente à construção de categorias tipológicas baseadas nos tipos empíricos estudados.

Dentre os teóricos da mobilidade STANDING (1984) propõe -alem de uma tipologia - uma classificação interessante. O autor aponta a complexidade de conceituar a mobilidade dadas as quatro dimensões cruciais - territorial ou espacial, de residência, temporal, e das mudanças nas atividades - que compõe o processo as que se combinam em formas diversas para gerar as tipologias de mobilidade. Seguindo o exemplo deste autor utilizamos três categorias analíticas ou dimensões explicativas a partir das quais se organizará a discussão sobre mobilidade: (1) “Lugar”, (2) “Movimento”, (3) “Estado” ou Status são as categorias escolhidas.

“Lugar” Entendido como a relação espaço-tempo.

Segundo STANDING (1984) a noção de mobilidade implica uma trajetória de um lugar a outro, o que sugere mudança de “área” geográfica e um deslocamento que se traduz em uma distância a percorrer e um tempo para fazê-lo. Como se constitui uma “área” de referência? Tradicionalmente é usada a divisão político administrativa de um país para delimitar “áreas” de estudo ou levantamento de informação, um exemplo disso são os censos e pesquisas demográficas na área de migração e mobilidade. Então, as áreas entre as quais os deslocados serão identificados como “migrantes” são determinadas de maneira arbitrária. Ou seja, em função a algum critério escolhido pelas autoridades ou pesquisadores na hora da delimitação.

Delimitar e definir tipos particulares de áreas é extremamente difícil porque as mesmas podem ser, em um mesmo momento, similares ou diferentes segundo os critérios escolhidos, mas essa mesma área pode não mostrar a mesma unidade usando outros critérios de delimitação. O autor insiste -desde uma perspectiva analítica e de política pública- sobre a utilidade de definir uma área em função das variáveis de interesse, mesmo que seja uma tarefa particularmente difícil de alcançar. Seguindo esta idéia, foi escolhida a unidade de análise desta dissertação. A faixa de fronteira entre Brasil e Paraguai, tem uma natureza, uma singularidade e dinâmica própria que pode ajudar a entender diferentes tipos de deslocamentos populacionais que a transitam, ou atravessam e a relação entre eles.

Outro aspecto que consideramos importante da categoria lugar - emprestado de STANDING - é o conceito de distância. Este conceito parece conter três elementos principais: (a) o geográfico, (b) o econômico e (c) o social. Das quais desenvolveremos com mais detalhe a primeira.

(a) Do o ponto de vista geográfico a maioria das classificações separa os migrantes em “deslocados” de curta ou longa distância ou ainda de maneira mais imprecisa como migrantes rural-urbano, rural-rural, urbano-urbano, onde a distância que implicam estes deslocamentos pode ser muito incerta deixando fora da contagem inúmeras formas de mobilidade.

Segundo STANDING (1984) a noção de migração implica deslocamentos para ficar num outro lugar o que aumenta a ambigüidade do que significa “ficar” num lugar e a assunto do tempo que dura à estadia. É sabido que muitos dos investigadores que se dedicam a estudar a migração fundamentam suas análises no conceito de mudança de residência, baseado nas informações disponíveis nos censos demográficos ou pesquisas. Essa perspectiva é restritiva de duas maneiras: Por um lado, limita os migrantes aos que se deslocaram “definitivamente” ou por um período de tempo relativamente longo excluindo todos os que se deslocaram por

períodos curtos. A pergunta que se impõe aqui é se estamos nos referindo ao lugar onde o indivíduo passa a maior parte de seu tempo, ou ao lugar que o indivíduo considera como sua residência? Por outro, restringe-se a contagem de todos os indivíduos que declaram residências múltiplas ou não registram nenhuma, como os nômades ou migrantes permanentes.

Mesmo que tenham limites e falhas, os censos se constituem em uma ferramenta de trabalho essencial para o estudo das migrações. Os aspectos teórico-metodológicos do uso dos censos como fontes de dados para medir mobilidade serão discutidos, de maneira mais detalhada, no terceiro capítulo. Expondo as potencialidades e limitações do uso desta informação censitária para o análise da mobilidade em áreas de fronteira – e o caso específico da fronteira Paraguai-Brasil.

Para um de seus trabalhos SKELDON (1977 apud Standing, 1984) apresenta uma definição que nos ajuda a pensar numa outra forma de abordar a mobilidade:

“a migração de curta distância é um movimento dentro da esfera de influência da capital departamental mais próxima, e os movimentos de longa distância são pontos fora da área”.

Assim o autor, pensando a relação entre as variáveis distância e espaço incorpora a idéia de área ou esfera de influencia. Nessa mesma linha COURGEAU (1988) preocupado com a importância do papel que jogam as mudanças da repartição espacial da população sobre a economia e outros aspectos da vida social manifesta à urgência e a necessidade de revisitar os métodos de apreensão e medição da mobilidade espacial. Salientando que não é possível entender verdadeiramente os problemas da repartição espacial da população sem incorporar todas as formas de mobilidade na reflexão, tanto as definitivas quanto às temporárias.

Segundo este autor, os diversos tipos de mobilidade formam parte de um sistema que permite através das trocas de população realizar uma projeção sobre outros espaços das relações familiares, econômicas, políticas que existem em cada sociedade. Conseqüentemente, o autor propõe definir o termo “mobilidade” da forma mais ampla possível, deixando claro que a migração constitui “*a ínfima parte visível de um iceberg onde todas as formas de mobilidade estão ocultas por trás de uma definição muito estreita*” (1988: 2).

Partindo da definição de migração entendida como “deslocamentos que envolvem uma mudança no local de residência habitual e implica em movimento para além de uma fronteira

administrativa⁴, o autor revisita o critério de residência⁵, e propõe o de espaço de vida, de caráter mais abrangente (1975, Quarto Colóquio de Demografia Africana apud DOMENACH e PICOUET, 1990: 49) o qual define como "a porção do espaço onde o indivíduo exerce suas atividades", relacionando o conceito de espaço de vida (life space) com o conceito de residência base (home base). Neste sentido, o fato de que uma pessoa desloque-se para morar num outro lugar não corresponde a uma mudança de residência, mas a um uso do espaço de vida. Essa nova relação de conceitos permite incorporar vários tipos de fluxos que não estavam contidos no conceito de mudança de residência. A mudança radica no lugar de referência, o qual adquire uma flexibilidade inclusiva. Em outras palavras, a flexibilidade da nova noção abrange as diversas variedades de situações que se relacionam ao tipo de deslocamento e suas modalidades.

DOMENACH e PICOUET (1990) também trabalham sobre o problema da seleção dos critérios discriminantes na análise das migrações. Consideram criticamente o conceito de mobilidade espacial e desenvolvem uma tipologia de mobilidade a partir da noção de espaço de vida, apresentado por COURGEAU (1988). O conceito -que é tomado como substituto do de residência - é definido pelos autores como "*o território onde o indivíduo desenvolve suas atividades o que responde à rede das relações ou acontecimentos na sua vida familiar, social, econômica e política*".

Em relação ao anteriormente exposto parece correto dizer que a residência habitual deixa de ser um ponto no espaço para passar a ser uma área constituída por diversos pontos de interação cotidiana ou periódica. Fundamentando-se no que foi exposto acima é possível afirmar que a mudança de residência seria diferente da mudança de habitação. Se a mudança de habitação não muda o espaço de vida, não será realmente uma mudança de residência. A multiplicidade de situações que se geram no "espaço de vida" ocasiona dificuldades na hora de operacionalizar o conceito em termos quantitativos. Daí, portanto, os autores propõem uma definição mais funcional, a saber, residência base, com um sentido mais amplo de residência fixa; "residências múltiplas" (entendidos como lugares de atividade para o trabalho, a expansão social ou familiar) ou mesmo área de ação a partir da qual se operam os deslocamentos. O conceito também é definido pelos autores como "o lugar ou conjunto de

4 A unidade administrativa de onde o migrante sai é o local de origem ou local de partida; a unidade para onde ele se dirige é o local de destino ou local de chegada.

5 Entendido como o lugar onde o indivíduo retorna regularmente e onde moram parentes ou relações capazes de indicar em todo momento onde é possível encontrar essa pessoa.

lugares a partir do qual os deslocamentos têm uma probabilidade de retorno maior, qualquer que seja a duração da estadia em outro lugar, tudo isso durante toda a vida do indivíduo” (DOMENACH e PICOUE, 1990:55).

A partir desses conceitos podem-se distinguir três grandes grupos de movimentos: i) uma mobilidade transitória ao interior do espaço de vida; são aqueles deslocamentos que se exercem entre os diferentes lugares que constituem a residência base: lugar familiar, lugar de trabalho, lugares para outras atividades (férias, negócios, missões oficiais); ii) a mobilidade temporária ao exterior do espaço de vida (ausência temporária de duração variável sem intenção de residir num outro lugar), são aqueles deslocamentos que se realizam fora da residência base e implica num retorno, qualquer que seja a duração da ausência (que vai de alguns meses a vários anos)e,iii) finalmente, os movimentos que geram mudança definitiva do espaço de vida com mudança de residência, aqueles que não resultam num retorno, seja pela constituição de uma nova residência de base ou bem porque são movimentos sucessivos sem referência a nenhuma residência base

Desta maneira, revendo a noção de residência de base, os autores introduzem uma análise mais abrangente da noção de espaço de vida, a discussão da reversibilidade dos fluxos migratórios. A partir dessa noção de residência base os autores sugerem que os fluxos migratórios podem ser reversíveis ou irreversíveis. Em outras palavras, aqueles movimentos que se efetuam fora da residência base podem por sua vez se classificar de acordo com a probabilidade de retorno ou não a ela.

Voltando ao conceito de distância de STANDING (1984), recuperam-se os seguintes:

(b) O conceito de *distância econômica* abraça os movimentos entre centros de mercados, ou centros de produção, ou centros de indústrias específicas ou ocupação especializada. Na maioria das análises estão centradas nos de deslocamentos entre mercados de trabalho, mas o que é indispensável aceitar que as fronteiras desses mercados são conceitualmente fracas e empiricamente arbitrárias. No abstrato o critério de distancia econômica se basearia nos custos e disponibilidade de comunicação, informação e redes de transporte.

(c) O conceito de *distância social* apresenta dificuldades de aplicação empírica, mas é muito importante analiticamente. Ele pode ser usado para categorizar tipos de deslocamentos que impliquem “separações” físicas, isto envolve primeiramente o círculo familiar e de vizinhança, uma segunda separação seria do grupo étnico ou de qualquer outro grupo apresentando

características específicas ao qual pertença. Desde um ponto de vista sociológico ou psicológico, as distinções dos deslocamentos estariam dadas entre os que preservam algumas homogeneidades sociais no processo migratório frente aos que envolvem o que poderia chamar-se de uma quebra cultural.

O “Movimento”

Na busca de alternativas as formas tradicionais de observar as migrações, surgem aportes que apreciam múltiplos tipos de deslocamentos e suas modalidades de duração, periodicidade e seqüências. COURGEAU (1988) organiza a tipologia de mobilidade numa sorte de hierarquia de conceitos que vão se encaixando uns nos outros. Partindo do conceito de residência para chegar ao de espaço de vida que se reúnem em dois grandes grupos. O primeiro organizado sobre o suposto de que cada indivíduo ou grupo familiar esteja ligado a cada instante da sua vida a um único lugar onde as mobilidades são definidas como a passagem de um lugar a outro, onde: i) A migração vista como mudança de residência; ii) A mobilidade temporária e migração percebida como mudança de moradia. Nestes casos se segue uma trajetória única no espaço e no tempo, o que possibilita reagrupar a pessoas que tenham percorrido durante um período a mesma trajetória (identificação dos fluxos) ou indivíduos passando em momentos específicos pelos mesmos lugares (estoques). O segundo grupo, mais vinculado com a mudança do espaço de vida e a implantação espacial de um grupo: essas mudanças são definidas como a modificação na localização de certo número de pontos conectados dentro de um “espaço de vida”, e compreende as seguintes categorias: iii) a mobilidade individual ou mudanças de espaço de vida e; iv) a mobilidade espacial de um grupo familiar. Nesse caso é uma série complexa de trajetórias as que podem ser seguidas, onde alguns ramos de trajetórias podem sumir ou surgir em qualquer instante.

DOMENACH e PICOUE (1990) organizam a sua tipologia ao redor do conceito de reversibilidade dos fluxos migratórios. A partir dessa noção de residência base os autores sugerem que os fluxos migratórios podem ser reversíveis ou irreversíveis. Em outras palavras, aqueles movimentos que se efetuam fora da residência base podem por sua vez se classificar de acordo com a probabilidade de retorno ou não a ela.

Então, os fluxos reversíveis remetem a uma residência base determinada, tomando sempre um mesmo ponto de partida. A condição é que ainda que se operem sucessivos deslocamentos fora da residência base, sempre se retorne à mesma. Quando a estada for de longo prazo ao exterior da residência de base, o indivíduo poderá ter mais de um lugar de moradia,

classificado como “residência exterior” em relação a uma “residência base”. Essa residência exterior pode ser por sua vez sede de movimentos temporários.

Este tipo de fluxo pode ser: i) de longa duração; ou ii) esporádicos.

Os fluxos reversíveis de longa duração caracterizam-se por movimentos de população produto de um sistema de proteção da reprodução sócio familiar, característico de regiões que apresentam um desequilíbrio entre a população e recursos. São migrações de trabalho tradicionais, organizadas pelo corpo social que atribui parte dos recursos humanos à migração enquanto a população “sedentária” mantém e cultiva a região de origem. Em geral, os deslocamentos se efetuam no momento de entrada na vida ativa ou depois de alguns anos de experiência de trabalho na região de origem. A manutenção de uma solidariedade familiar e social, o investimento em terras ou outros bens na região de origem são medidas que organizam e fazem possível a volta do migrante. Hoje em dia, estas relações evoluíram e seguem fazendo-se, através das visitas mais freqüentes mais curtas, mas também através das remessas.

Já os fluxos reversíveis esporádicos são aqueles que estiveram, em sua maioria, vinculados às obras de infra-estrutura e de fomento dos recursos e corresponderam a grandes etapas de penetração e armamento das nações. Estes fluxos tenderam a desenvolver-se e a abarcar numerosos setores de atividades e ao mesmo tempo a mudar de natureza. Na mobilidade contemporânea, vários fluxos são deste tipo. No entanto se diferenciam dos acontecidos em períodos anteriores em dois pontos essenciais:

- Não dependem necessariamente de uma estrutura específica dada, se não mais bem de uma conjuntura dada da qual a apreciação está dada por diferenciais dos mercados de trabalho locais, regionais e internacionais e também pela instabilidade de mercados financeiros,
- Estão marcadas por uma forte instabilidade que se manifesta em dois pontos específicos: no tempo, onde as durações podem ser muito variadas; e no espaço, dado que os lugares de acolhida são eleitos segundo a oferta de trabalho, perspectiva de um ganho melhor, ou outras motivações financeiras ou profissionais, cuja função muda as condições.

O caráter ocasional desses fluxos cobre de fato a adaptação da capacidade de migrar (potencial demográfico, familiar, profissional das comunidades de origem) com as potencialidades dos mercados de trabalho exteriores e uma ampliação do espaço migratório tradicional.

No caso dos fluxos irreversíveis, os novos assentamentos realizam-se sem referência à antiga residência, a qual “já não intervém no sistema de reprodução familiar e socioeconômico do grupo emigrado” (DOMENACH e PICOUE, 1990:56). Neste caso, em que a probabilidade de volta se faz nula, se produz um traslado para uma nova residência base o que corresponde com a definição da migração em sentido estrito, tal como é entendida em sua definição tradicional. Este tipo de fluxo pode ser: iii) fluxos irreversíveis provocados, iv) fluxos irreversíveis voluntários.

Os fluxos irreversíveis provocados reúnem rupturas o lugar de origem – num sentido amplo do termo - que aparecem como exceções vinculadas a processo políticos, religioso e na atualidade muito relacionadas a processos ecológicos (como o começo duma nova era industrial, a pressão demográfica recorrente, a explosão de um conflito bélico ou desastres naturais). São chamadas por outros autores de migrações forçadas e consideradas como um movimento populacional feito sob coerção ou violência. DOMENACH e PICOUE (1990) fazem menção de algumas constantes percebidas entre as populações afetadas por este tipo de deslocamento, sobre todo quando se trata de deslocamentos coletivos:

- A correlação com a idade é menos evidente que na maior parte dos movimentos migratórios.
- O fenômeno é igualmente irreversível para as segundas gerações.

Os fluxos irreversíveis voluntários têm caráter individual ou estão subordinados ao núcleo familiar. Podem ser a expressão de um desapego, ou de uma marginalização social ou econômica, ou simplesmente a propensão a utilizar as oportunidades que apresentam os diversos territórios.

Por último, os autores salientam a importância da introdução da noção de reversibilidade, que permite destacar algumas características novas da mobilidade contemporânea, em particular toda aquela que diz respeito a convivência em variadas residências e lugares de residência, a extensão dos chamados “espaços de vida” e a introdução de seqüências de tempo aleatórias nos itinerários seguidos.

Numa tentativa de identificar categorias de mobilidade, STANDING (1984) classifica os migrantes em cinco categorias de mobilidade segundo os critérios anteriormente definidos:

TABELA 1.-. Tipologias de mobilidade de Standing

Migrantes permanentes ou “transilients”,	Nômades Gatherers (caçadores e coletores) Wanderers (andarrilhos) Migrantes do trabalho
Migrantes temporários,	Pendulares (ou commuters), Circulares Migrantes de ciclo de vida “life-cycle”
“Transfers” ou em trânsito	
Migrantes de longo prazo	Migrantes por trabalho First-time movers multiple movers Migrantes de retorno Outros migrantes de longo prazo.
Não migrantes.	Residentes comprometidos Residentes indecisos Migrantes Potenciais

Fonte: STANDING (1984)

1. Migrantes permanentes

O primeiro grupo contempla aos indivíduos que deslocaram a sua atividade de lugar, mas que o deslocamento não pode ser considerado como mudança de residência porque são grupos que não tem uma residência habitual. Os principais representantes são nômades, caçadores e coletores, andarrilhos, migrantes econômicos.

2. Migrantes temporários inclui aos que deslocam as suas atividades, mas não a residência habitual.

- Pendulares

Muitos são os autores que restringem o conceito de pendularidade aos movimentos diários para trabalho e estudo o que desconsideraria os deslocamentos pendulares que acontecem em períodos um pouco maiores como a procura por saúde e comércio, entre outros.

- Circulares

BILSBORROW (1996) entende circularidade como o movimento no qual os indivíduos, sem ter mudado de residência, em um período de trinta dias, sai de casa para trabalhar ou realizar outras atividades. De acordo com o ponto de vista de, os movimentos circulares se dariam a partir de uma residência base, o que nem sempre é verdade, salvo que se estabeleça que a permanência por um mínimo de espaço de tempo em um determinado lugar caracterize este espaço como base para o novo deslocamento.

STANDING (1984) explica que um grupo importante dos migrantes circulares são denominado sazonal, os quais combinam diversas atividades de trabalho de acordo com a oportunidade de demandas sazonais de trabalho. Outro grupo de circulares são os migrantes compensatórios, aqueles que vão quando outra em busca de renda quando surge a necessidade, mas não necessariamente em intervalos regulares ou períodos determinados do calendário.

- Migrantes de ciclo de vida

Muitos jovens nas sociedades pré-industriais deixaram sua aldeia natal aproximando da idade adulta, a fim de ganhar experiência e para garantir seu status social no lugar de origem após o retorno. Esta migração tem sido feito como um rito de passagem.

3. “Transfers” ou em trânsito.

Esta categoria corresponde às pessoas que mudam sua residência, mas mantêm a atividade. Esta categoria foi pensada mais especificamente para analisar mercados de trabalhos.

4. Migrantes de longo prazo.

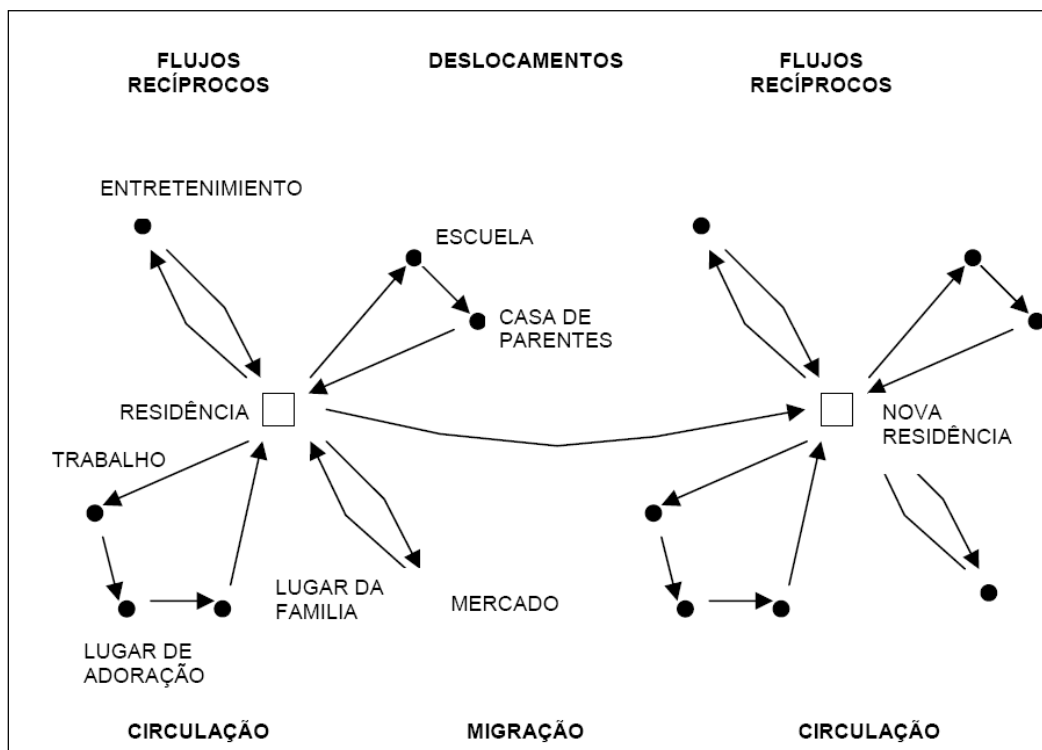
Esta categoria agrupa as pessoas que mudam de residência e a sua atividade habitual por um período prolongado.

5. Não migrantes

Esta última categoria de mobilidade engloba as pessoas que não tem mudado nem de residência nem de atividade.

Chapman e Prothero (1985) se especializaram num tipo de mobilidade que é a circularidade. Desse modo os autores desenvolvem uma discussão sobre os modelos recentes que explicam a circularidade. Na visão dos autores o princípio básico da circulação é a existência de uma separação territorial entre a residência e os lugares onde são desempenhadas diferentes atividades, tais como estudo, trabalho, diversão, religião e celebrações diversas.

FIGURA 1.- Fluxos recíprocos e deslocamentos de pessoas.



Fonte: Chapman & Prothero (1985, p.2)

Nos países em desenvolvimento, esta separação manifesta um dualismo que merece ser mencionado. Por um lado é a segurança associada com o lar ou lugar natal através do acesso a terra e outros recursos locais. De outro lado, oportunidades mais difundidas e riscos associados que envolvem lideranças locais e religiosas, itens para troca entre outros impulsionam a saída. Parece correto dizer, então, que a circularidade implica trocas de indivíduos e grupos pequenos entre lugares (de origens e destino) que freqüentemente diferem em tamanho e função (povoados -cidades ou centros regionais - cidades centrais). Distinguem de maneira esquemática, e essencialmente para o terceiro mundo, quatro tendências capitais nos diferentes modelos de análises dos fluxos alternantes estudados desde os anos 60:

1. Circulação como resposta à modernização.
2. Circulação em seu contexto social de referência.
3. Circulação como meio de melhorar o bem-estar familiar sem risco.
4. Circulação como resultante da penetração do capitalismo em sociedades tradicionais.

1. Circulação como resposta à modernização.

Em sua "Hipótese da Transição da Mobilidade" ZELINSKY, (1971) chamou a atenção para o significado dos movimentos circulatorios. O estudioso argumenta que existem padrões no crescimento da mobilidade pessoal através do tempo e do espaço ao longo da história recente, sendo que essas regularidades constituem um componente essencial do processo de modernização. Explicitando que a sociedade passaria através de quatro fases unilineares na experiência da mobilidade: i) pré-moderno tradicional; ii) Transacional antecipada; iii) transacional tardia e ; iv) avançada. Durante sua transformação de uma subsistência tradicional a um estado urbano-industrial, no curso do qual ali aparece "uma aceleração vigorosa da circulação".

Alguns autores criticam ZELINSKY, e manifestam que não há uma seqüência aplicável a todas as sociedades, explicando que a maneira na qual as relações se manifestam no comportamento da mobilidade depende muito da sociedade. ZELINSKY (1979) contrapõe que a mobilidade (ou "circulation") é sintomática dos problemas do subdesenvolvimento, o que dá a elas um caráter permanente com algumas complexidades e variações, o quanto perdurar o subdesenvolvimento. (CHAPMAN e PROTHERO, 1985)

2. Circulação em seu contexto social de referência.

Numerosos estudos têm documentado a relação variada entre as comunidades de origem e destino, que pode ser tão intensa que as estruturas sociais chegam a ser bi ou multi-locais. A variada localização das aldeias entre as quais os indivíduos se deslocam se tornam uma extensão sócio-espacial do lugar de residência.

3. Circulação como meio de melhorar o bem-estar familiar sem se arriscar.

A circulação relacionada com a produção no campo está relacionada com as expectativas dos domicílios rurais de maximizar o bem-estar da família e diversificar riscos relacionados à produção da unidade familiar no espaço domiciliar. As famílias rurais têm oportunidades ótimas de minimizar os riscos, especialmente quando eles continuam a produzir uma boa parte da sua alimentação de base, sustentados num sistema de reciprocidades. No mundo das incertezas, uma estratégia das famílias rurais é de manter a maior quantidade de opções possíveis. Isto não seria compatível com a escolha de um emprego assalariado ou fixo. A migração temporária ou circular representa uma opção clara a migração definitiva.

4. Circulação como resultante da penetração do capitalismo em sociedades tradicionais.

A penetração do capitalismo em sociedades rurais e indígenas ocasionou um aumento das demandas locais por dinheiro e bens. Isto deixa opções limitadas aos adultos na hora de aprovisionar o lar. Fazendo-os participar do sistema de mobilidade temporária.

O “Estado” ou condição (status)

Este terceiro critério tem a ver com a condição do migrante, o estado a partir do qual ele se relaciona com a sociedade, tanto de origem como de destino. A partir dessa idéia de status o migrante se apresenta duas condições, a de cidadania ou legalidade e a de transnacionalidade.

“É imprescindível que se considerem, hoje, o contexto de luta e os compromissos internacionais assumidos em prol da ampliação e da efetivação dos direitos humanos dos migrantes, mas é também necessário que se discutam quais os grupos sociais contemplados nas políticas oficiais ancoradas em direitos humanos; é preciso reconhecer, nesse contexto, que os movimentos migratórios internacionais representam a contradição entre os interesses de grupos dominantes na globalização e os Estados nacionais, com a tradicional

óptica de sua soberania; há que tomar em conta as tensões entre os níveis de ação internacional, nacional e local. Enfim, há que considerar que os movimentos migratórios internacionais constituem a contrapartida da reestruturação territorial planetária intrinsecamente relacionada à reestruturação econômico-produtiva em escala global.” (PATARRA, 2006:7)

(a) Cidadão/Regular

SAYAD (1998) faz um análise interessante nesse sentido. O autor parte da seguinte afirmação:

“A única maneira que é dada hoje em dia a uma comunidade para que exista autenticamente, ou seja, de uma forma reconhecida que se imponha por si só, é que exista nacionalmente (i.e., sob uma forma territorial e estatal politicamente garantida)” (SAYAD, 1998:266)

Sobre uma simples justaposição dos termos Estado, nação e imigração, o estudioso mostra a relação entre o duplo componente da migração e a ordem nacional: a imigração e a emigração são dois fatos nacionais. Se for considerada a relação do migrante com a nação – pertencimento nacional- pode- se definir imigração como a presença no seio da ordem nacional de indivíduos não nacionais e a emigração, como a ausência na ordem nacional de nacionais pertencentes a essa ordem. A imigração é o lugar em que se realiza praticamente, no modo da experiência, o confronto com a ordem nacional, ou seja, com a distinção entre nacional e não-nacional (SAYAD, 1998: 266).

O autor atribui dois sentidos a essa relação imigrante-nação, por um lado uma “ideal” onde a imigração está estritamente relacionada com os aspetos jurídicos ou o “nacional“ do termo e, por outro no sentido social. Explicando que a situação atual mistura as fronteiras que separam essas duas definições, distinguindo grupos.

“Todos os ”imigrantes” não são necessariamente (ou já não são necessariamente) estrangeiros (nacionalmente falando); da mesma forma, somos inclinados a afirmar que todos os estrangeiros não são ou não serão sempre imigrantes (socialmente falando)” (SAYAD, 1998: 267).

Ou seja, desde um ponto de vista social não basta para o imigrante que ele vise a se naturalizar na categoria política e jurídica do nacional, para sair da categoria de imigrante.

“É tanto menos suficiente quanto a condição social do imigrante, ou seja, de fato, a posição que ocupa na parte inferior da hierarquia social, tem por efeito lembrar a todos, ao migrante e à sociedade de imigração, sua origem nacional ou comunitária (quanto não étnica ou racial); como os efeitos da condição social dobram os efeitos da origem nacional. (...) Assim, o estatuto jurídico-político dos migrantes pode ser, em muitos casos abolido de direito (o que acontece com a naturalização) sem que haja qualquer mudança em sua condição social e, acima de tudo, sendo uma condição da outra, a posição que ocupa na estrutura hierarquizada da sociedade” (SAYAD, 1998: 268).

A partir da definição que se deu do migrante nos dois sentidos da palavra-o sentido jurídico e o sentido social - decorrem todas as formas de presença ou condição no território.

É preciso admitir que a reflexão sobre a condição do migrante de SAYAD, é aplicável principalmente a mobilidade que implica uma mudança de residência. Mas, voltando as perguntas anteriormente apresentadas o que acontece com a população que se desloca, mas não migra? Qual é então a condição do deslocado?

(b) Transnacionalidade

A diversificação de rotas, o aumento de países envolvidos, a aparição de países de trânsito e a ampliação de lugares intersticiais acrescentam as categorias analíticas do movimento territorial.

A complexidade das redes formadas por migrantes internacionais conforma um universo que conserva algumas particularidades e configura novos lugares. Assim, fica novamente sobre o tapete o já questionado conceito de residência: como entender o resultado da construção de novas relações com a sociedade de acolhimento e ao mesmo tempo a permanência com o lugar de origem? Como se constituem as novas práticas e representações no processo de construção dos novos lugares de residência?

No final dos anos 90, acompanhada pela aplicação de teorias de assimilação, com base em estudos dos processos de migração entre México e os Estados Unidos, os estudiosos começaram a estender o olhar para o caráter transnacional da migração. O Transnacionalismo,

entendido como “um processo social onde os migrantes operam em domínios sociais os quais atravessam fronteiras geográficas, políticas e culturais” (GLICK SCHILLER, BASCH e SZATÓN-BLANC, 1999), trata-se de um construto teórico que abrange a vida migratória, a identidade e os movimentos da população que como consequência dos meios atuais de comunicação encurtam a distância entre as duas sociedades.

Inicialmente os estudos visavam analisar a interconexões que os migrantes mantêm com seus países de origem, enquanto tecem novas relações nas localidades de destino. É importante mencionar que, a aplicação desta teoria continua sendo limitada, porque só integra relação bipolar entre a origem e o destino. No entanto, as práticas e os relacionamentos superam este binômio territorial que envolve uma perspectiva geográfica mais ampla, além das relações bilaterais, todas as mobilidades intermediárias e o conjunto de práticas desenvolvidas no mundo globalizado.

Depois de superar algumas críticas, parece ter se chegado a um consenso de que as práticas transnacionais existem já faz muito tempo (PORTES, 2005; SMITH, 2001) e que nem todos os migrantes são transnacionais, pois existem outras estratégias que mais que transnacionais são globais. Nessa perspectiva, a complexidade da mobilidade convida a pensar a partir da conformação de novos sítios e múltiplas práticas que ultrapassam a relação de origem e destino para incluir novas maneiras de relativizar a distância tanto geográfica quanto social. O aparecimento de pontos de trânsito complica e enriquece a análise das trajetórias espaciais.

Parece que não existe um único destino, mas também lugares intermédios que se constituem como pontos de referência para os migrantes. Neste contexto, vários autores (TILLY, 1990; SMART, 1999, PORTES, 2005) propõem conceitos como "Transmigração" e "transmigrantes" para se referir às modalidades que tomam a migração internacional da população.

CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

Dada a relevância que foram adquirindo os movimentos da população sem mudança de residência, alguns autores assinalaram a “caducidade” do antigo conceito da migração por não poder dar conta dos movimentos que não apresentam mudança de residência e sugerem que deve ser suprida pelo conceito de mobilidade espacial.

Pensamos que esta suposta caducidade não é tal. Por um lado, os movimentos que respondem à definição clássica de migração continuam se produzindo para além da redução de sua importância relativa e, portanto, devemos seguir considerando-os como um fenómeno significativo em si mesmo. Por outro lado, a noção de mobilidade espacial não substitui à definição tradicional de migração, senão que a inclui junto com outras formas de mobilidade.

Nesse sentido, é importante salientar o estudo da literatura especializada sobre migração como apoio na hora de pensar as outras mobilidades que ainda contam com um respaldo teórico incipiente.

É necessário assinalar que as diferentes tipologias da mobilidade espacial, como a de STANDING ou a de COURGEAU sobre o espaço de vida, não produzem um real melhoramento da definição para a captação da migração se não que permitem ampliar o estudo a outras formas de mobilidade, em pé de igualdade com a primeira.

Se hoje se evidencia de maneira clara a convivência dessas categorias de mobilidade, só a análise das razões ou determinantes desses deslocamentos permitiriam re-introduzir os diversos sistemas de relações que implicam, visando compreender melhor os laços recíprocos que as conectam.

CAPITULO II: FRONTEIRA COMO CONSTRUÇÃO

“O limite é algo que se insinua entre dois ou mais mundos, buscando a sua divisão, procurando anunciar a diferença e apartar o que não pode permanecer ligado. O limite insinua a presença da diferença e sugere a necessidade de separação”. (VIANA HISSA, 2002:19)

“(…) sabemos que estudar identificações é estudar limites. Ou seja, os grupos e as identificações não podem se compreender em si mesmos, senão em relação com outros, num enramado de relações que repõe uma situação de contato, uma situação de fronteira. Estudando limites podemos saber aquilo que um grupo ou uma identificação inclui ou exclui, bem como os dispositivos através dos quais constroem essas diferenças, se articulando na maior parte dos casos com formas de desigualdade”⁶ (GRIMSON, 2000, p. 89)

A discussão sobre espaço é um tema pouco tratado na literatura de migrações. Teóricos (MENDOZA PERES, 2003) mostram como a definição do espaço dentro da perspectiva de análise demográfica lida entre a exigência teórica e as necessidades práticas de traduzir os conceitos em variáveis operacionais para captar as informações disponíveis. Segundo Picouet (1995, p.29) *“o significado espacial da migração está hierarquizado por critérios que dependem tanto a evolução da sociedade quanto da percepção do espaço em que os indivíduos se deslocam”*.

O território é um espaço, ou seja, uma definição/delimitação de uma porção do espaço. O espaço é territorializado por um ator geográfico, entidade definida por sua ação sobre o espaço. Neste sentido não existe um território próprio, só podemos falar de território em relação a um ator geográfico que o produz. Aqui se trata de entender o território como um produto, como um espaço produzido sob certas condições para fins específicos, com determinados atores.

O anteriormente exposto autoriza uma série de perguntas que guiaram este capítulo e são as seguintes:

1. A fronteira é uma construção social ou simplesmente física?

⁶ Interpretação livre da autora.

2. Podemos abordá-la como um objeto de estudo em si mesmo, ou seja, como um território e sua população constitutiva?
3. O que se entende pelo termo "fronteira" em contextos de mobilidade?
4. No caso específico da fronteira entre Paraguai e Brasil, pode-se dizer que existe um "espaço binacional" (de convivência e identidade), articulado nessa área de fronteira?
5. Em quais níveis isso se daria (social, cultural, político, administrativo, econômico)?
6. Qual é o papel da mobilidade na construção da fronteira que "separa" o Paraguai do Brasil?

A idéia de criar uma "unidade de referência" ou recorte espacial, para lidar com os movimentos da população, é a de buscar uma perspectiva integradora que permita pegar a diversidade de deslocamentos (diferentes tipos de mobilidade) de pessoas. Esse recorte aparece mais relacionado com uma escala intermediária entre o nível local e nacional que permitiria identificar os espaços constituídos por uma complexidade de laços e trocas de todos os tipos e em diferentes níveis.

A pergunta que surge é: qual é a importância do conceito de fronteira para a demografia? Duas possíveis respostas aparecem à primeira, relacionada mais de perto com uma perspectiva geográfica, a qual se refere à idéia de criar uma unidade de referência espacial para lidar com os movimentos de população. Ou seja, a fronteira fornece o suporte histórico espacial para lidar com os conceitos de mobilidade e migração. Por outro lado temos na definição mesma da migração à necessidade de se definir frente ao outro, nesse sentido o interesse é de estudar a mobilidade dentro de um contexto de relações, onde predomina uma análise relacional que vai permitir definir a pessoa que se desloca frente a u outro, frente a o grupo de destino.

Tradicionalmente a região de fronteira, por ser o limite político administrativo do território nacional, normalmente isolado e pouco povoado, tem sido considerada como espaço marginal. Segundo Baeninger e Souchaud (2007), esses espaços de fronteira têm sido pensados como fenômenos fundamentalmente locais onde a fronteira e seus habitantes são considerados isolados das dinâmicas continentais. A literatura salienta que apesar do isolamento das fronteiras, alguns aproveitaram as escassas oportunidades para estender as redes no espaço até lugares mais centrais ou distantes. (BAENINGER, SOUCHAUD, 2007).

Hoje em dia, e concordando com os seguintes autores achamos que:

“A integração progressiva de espaços interiores, até áreas de fronteiras remotas, e a intensificação da imigração internacional de países vizinhos conduzem a interrogações sobre a relação atual entre as áreas de fronteira e a nova dinâmica migratória internacional”. (BAENINGER, SOUCHAUD, 2007:3).

Nesse sentido, essa nova realidade migratória poderia estar também relacionada com a intensificação das mobilidades. A vida de muitas fronteiras nacionais registra, além da migração, uma mobilidade populacional muito intensa e diversa em suas características. Facilitados pela proximidade geográfica e cultural, os indivíduos se deslocam principalmente para os países vizinhos – como no caso Paraguai-Brasil, cuja estrutura produtiva é favorável à geração de empregos (MARQUES, 2009) ou devido à oferta de serviços (saúde, educação, etc.) – complementar aos existentes no seu lugar de residência.

Dessa maneira, o termo residência retorna na reflexão:

“Em relação à história de migração de cada pessoa, a noção de residência referia-se a um sentimento mais ou menos forte de pertencimento a uma comunidade, uma região, uma nação, o que leva o indivíduo a considerar diferentes espaços utilizados como seu espaço de vida. As diferenças de apreciação da noção de residência se exacerbam na medida em que entram em jogo as noções de territorialidade, espaços nacionais, áreas de influência. Para o Estado o importante é a noção de ocupação e utilização do espaço nacional. A sua preocupação principal é a de distinguir no interior do território nacional os indivíduos residentes e aqueles que estão de passagem. Deste modo o nível institucional da noção de residência é muito pouco relativizado dado que se refere exclusivamente a residência legal. Ao contrário, a utilização de um espaço socioeconômico em expansão implica de parte dos indivíduos uma diferenciação importante segunda a natureza e importância dessa utilização. O espaço pode ser limitado (restrito ao município) ou amplo (país, região) e pode integrar diferentes lugares e habitação”. (PICOUET, 1995:29-31).

Pensando no espaço de vida das pessoas a partir do qual elas se deslocam nas mais variadas frequências e com caracteres dos mais diversos nas áreas de fronteira achamos necessário, num sentido metodológico, mas também de dimensão desta mobilidade, apoiar-se nas

seguintes hipóteses formuladas por PICOUET (1995, p.33) para poder localizar o objeto de estudo nas suas diferentes configurações: espaço linear ao longo de fronteira, espaço reticular, espaços descontínuos:

Considerar o espaço fronteiro como uma entidade geográfica em si mesmo, de acordo com uma delimitação funcional e não político-administrativa.

Fronteira como uma entidade autônoma a partir da qual se podem observar os fluxos de entrada, saída e os que o atravessam.

Espaço de fronteira como um âmbito específico de reprodução social e econômico, autônomo em relação aos contextos nacionais e regionais.

Por espaço reticular, se entende uma cadeia de malhas flexíveis, vinculada por redes de alianças e estruturada por um espaço reticulado de caminhos e nexos de lugares.

Partindo da idéia de que a região de fronteira é implicada em três dimensões - como zona de emissão e recepção dos fluxos (origem e destino), mas, sobretudo, como espaço de trânsito ou de recomposição de fluxos migratórios- no que refere aos movimentos migratórios. Trata se de pôr em valor o papel e o lugar deste espaço geográfico nas diferentes formas de mobilidade trans-estatais ao interior da zona de fronteira ou em relação aos conjuntos regionais vizinhos.

“Neste contexto são válidas as preocupações que decorrem da necessidade de compreensão das peculiaridades das zonas de fronteira onde as noções de limite e liberdade gravitam sob as relações entre territórios distintos e, conseqüentemente, sob distintas relações de poder, que levam o estabelecimento de novas trajetórias –favoráveis ou não - a esses domínios diferenciados.” (HISSA, 2006, p.37).

Em conseqüência, as zonas de fronteira ganham uma atenção especial devido às especificidades das dinâmicas de relações sociais e espaciais que nascem dentro desses territórios e, que exigem uma leitura cuidadosa da realidade para compreensão dos fenômenos particulares que acontecem nessas regiões. A partir destas constatações, surge a seguinte pergunta: como a circulação de pessoas, os fluxos e as práticas dos atores migrantes ou em mobilidade participam na emergência de novas configurações e como essas configurações afetam as migrações e mobilidades das pessoas nas áreas de fronteira?

A CONSTITUIÇÃO DE UM TERRITÓRIO DE FRONTEIRA

Em vista do que foi exposto, pode-se notar uma necessidade em definir a fronteira para algumas abordagens que apresentam essa problemática, buscando-se estabelecer o diálogo com outras construções teóricas as quais tratam do mesmo fenômeno.

Noções e usos dos conceitos: fronteira, limite e divisa.

“Reduzida à escala nacional e privilegiando suas funções demarcatórias, reais e simbólicas, a fronteira designaria uma descontinuidade política, o limite jurídico da soberania e da competência territorial de um Estado”. (BRUNET, 1992 apud RIBEIRO, 2002).

A raiz etimológica do conceito fronteira *front* refere-se aquilo que está na frente, sugerindo a necessidade de estabelecimento de uma área de segurança interna. Antes de tudo indica separação de territórios, limite que marca até onde podem chegar os domínios internos. Sobre a base das transformações no significado do termo francês *frontière* cuja etimologia latina é comparável àquela do termo português. RIBEIRO (2002) explica que a palavra fronteira guarda uma forte conotação militar:

*“Trata-se de um derivativo do substantivo *fronte*, ou *frente*, empregado, no período medieval, para designar uma ordem de batalha dada àqueles que se encontravam na vanguarda das tropas combatentes, caracterizadas pela consolidação de postos avançados de defesa- fortificações- nos confins dos reinos em guerra. Na medida em que era uma ação levada a cabo por aqueles que se encontravam em face do inimigo externo, o *front* pode ser caracterizado como um evento pontual e temporário, que ocorre de forma descontínua no espaço.” (RIBEIRO, 2002:1)*

As primeiras noções de limite remetem aos impérios antigos e reinos, mesmo se os limites não estavam bem definidos, a noção da extensão geográfica era clara. MACHADO (2005, p.252) afirma que a “literatura considera o Império Romano e o Império Chinês como casos paradigmáticos na investigação das origens da concepção de fronteira e da evolução de seu significado no tempo”. Já com a aparição do estado moderno⁷ e a sua organização deu lugar a

⁷ Decorrente do Tratado de Westphalia (1648) que surge como proposta de por fim a um conflituoso contexto de enfrentamentos entre Estados imperiais, e que levou à saída da Igreja de sua função suprema e soberana.

necessidade cada vez maior de se definirem claramente em terra os lugares onde se deveriam marcar as linhas divisórias definidas nos mapas.

Desse modo, a preocupação em se delimitar as fronteiras está necessariamente ligada a um imperativo militar, inquietação que foi mudando ao longo da história. A literatura concorda em dizer que a fronteira representa o limite dos Estados-Nação, estabelecendo assim a base da sua soberania territorial a partir da qual vai se relacionar. Isso liga toda modificação e transformação que nela pudesse acontecer ao processo histórico próprio de cada sociedade e a os vínculos ou relações de vizinhança, de qualquer natureza (STATELLA MARTINS, 2007).

Na literatura especializada os termos de fronteira, limite e divisa são muitas vezes inapropriadamente utilizados como sinônimos ou lhes são concedidos múltiplos significados. No entanto, existem diferenças específicas no uso dessas palavras. Nesse sentido, Grimson (2000) explica que dentro dos estudos socioculturais que proliferaram durante a década de 1990, o termo fronteira foi um dos que se converteram em “metáforas curinga (palavras do autor)” para fazer referência às mais variadas dimensões e situações. RAFFESTIN (1993) corrobora a força inerente aos conceitos de fronteira e de limite que, apesar das variações que sofreram seus significados, esses conceitos não demonstram sinais de desaparecerem.

Albuquerque (2010) caracteriza o limite como abstrato e invisível fruto de um tratado jurídico, que é a linha limítrofe ou limite internacional denominado de linha de fronteira.

“O limite é sinal ou, mais exatamente, um sistema sêmico utilizado pelas coletividades para marcar o território: o da ação imediata ou da ação diferenciada. Toda propriedade ou apropriação é marcada por limites visíveis ou não assinalados no próprio território ou numa representação do território: plano cadastral ou carta topográfica.” (RAFFESTIN, 1993, P.165)

A divisa já representa a visibilidade na paisagem geográfica deste limite invisível, ele é percebido através da construção de marcos visíveis (demarcação). A partir da abstração desses conceitos, se desenvolvem trabalhos relacionados à delimitação e demarcação territorial que alimentam os estudos dos conflitos inter-estados da geografia política (OLIVEIRA e MAX, 2009). Entretanto, além dos usos em torno desses termos, é importante também compreender que:

“No âmbito do sistema de estados nacionais, os limites devem atuar como filtros aos fluxos internacionais. Neste sentido, podem ser mais ou menos permeáveis - podendo inclusive ser dissolvidos no que diz respeito a certos intercâmbios - em função dos sistemas jurídicos internos que regulam as políticas aduaneiras, migratórias, sanitárias, etc.” RIBEIRO (2002, p.3)

A relação entre limite e fronteira é discutida por RAFFESTIN. Nas palavras dele a fronteira está:

“Condicionada, entre outras, pela representação cartográfica, a representação da fronteira é carimbada pelo selo de um esquematismo, capaz de permitir a perda das noções mais aderentes à nossa cultura e no lado mais essencial de seu profundo significado. Os próprios geógrafos revelaram este esquematismo, ao qualificar as fronteiras de “linhas coloridas ou pontilhadas.” (in STATELLA MARTINS, 2007: 32)

Considerando propriamente o termo fronteira, vemos que ele se reveste de um caráter mais amplo e integrador. Ela é entendida, geralmente, como uma zona, faixa ou região entre dois países. Assim, esse espaço está marcado por relações sociais que se manifestam de um lado e de outro do limite político. Sem extensão precisa, a fronteira varia em relação a suas particularidades, as quais decorrem da construção histórica e das tramas socioculturais que as habitam. Machado (2005) adverte sobre as limitações resultantes do tratamento dos termos limite e frontier como conceitos sinônimos. Enquanto o limite jurídico do território é uma abstração gerada e sustentada pela ação institucional no sentido de controle efetivo do Estado territorial, portanto, um instrumento de separação entre unidades políticas soberanas, a fronteira é um lugar de comunicação e troca. (2006, apud STATELLA MARTINS, 2007: 34).

Argumentando posteriormente que:

[...] o limite não está ligado a presença de gente, sendo uma abstração, generalizada na lei nacional, sujeita às leis internacionais, mas distante, freqüentemente, dos desejos e aspirações dos habitantes de fronteira. Por isso mesmo, a fronteira é objeto permanente dos estados no sentido de controle e vinculação. Por outro lado, enquanto a fronteira pode ser um fator de integração na medida em que for uma zona de interpretação mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas, o limite é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos

fatores comuns, físico-geográfico ou culturais. (1998, apud STATELLA MARTINS, 2007: 34).

RAFFESTIN (2005) vai além dessa idéia de “zona de interação mútua” colocando a fronteira como “fato social”. Nas palavras do autor “Espaço-Temporal”, a fronteira é também bio-social: ela delimita um “para cá” e outro “para lá” e um “depois”, com um limite marcado e uma área de segurança“. (2005, p.11) Nessa linha de pensamento, autores como JOHNSTON; GREGORY e SMITH (1994 apud OLIVEIRA e MAX, 2009), assinalam que é inevitável pensar que a socialização do indivíduo é intrinsecamente espacial e que as diferenças ocorrem pela diversificação das ações dos grupos sociais que atuam no espaço.

A fronteira se apresenta com um sentido ambíguo, de um lado como uma zona ou regiões de contato potencialmente de conflito, e de outro, de troca entre culturas. Essa ambigüidade é bem expressa por GRIMSON (2000):

“As fronteiras são espaços de condensação de processo socioculturais. Essas interfases tangíveis dos estados nacionais unem e separa de múltiplos modos, tanto em termos materiais como simbólicos.” (2000: 93)

Na apreciação de Ribeiro é evidente que:

“[...] o conceito de limite jurídico da soberania e da competência territorial de um Estado, enfatiza processos e ações de caráter separativo, o que leva, no longo prazo, à diferenciação dos conjuntos espaciais envolvidos. Contudo, as soluções de continuidade entre dois sistemas contíguos (por exemplo, entre os domínios de vegetação ou sistemas de povoamento) emergem, comumente, sob a forma de zonas intermediárias ou de transição (Grifo do autor) onde ocorrem fenômenos de comunicação (mais ou menos localizados), difusão, intercâmbio, hibridização, etc.” (2002, p.4).

Os diferentes países da América do Sul construíram e interviriam suas fronteiras em função de cursos históricos de formação diferentes. Normalmente guiados por hipóteses de conflito bélico, estabeleceram dispositivos para intervir de maneira massiva nos espaços e na vida nas fronteiras. Para RIBEIRO (2002):

“[...] no contexto que presidiu à formação dos Estados Nacionais, estas zonas e lugares de contato foram encaradas como áreas potencialmente dissidentes, daí o esforço dos estados em fazer coincidir no plano conceitual e material o limite com a fronteira. Isto determinou o “aparelhamento” dos principais pontos fronteiriços com destacamentos e pelotões do exército, repartições fazendárias - alfândegas - e postos de controle e vigilância sanitária. Estes agentes deveriam garantir a vinculação destas áreas ao restante do território, bem como a nacionalização de parte dos benefícios advindos das trocas internacionais.” (2002, p.4-5).

No caso do Brasil, a política em relação aos espaços fronteiriços incluiu: i) o estabelecimento de povoações que deveriam funcionar como centros de irradiação da cultura nacional (SOUZA, 1994); ii) a adoção do conceito de fronteira-faixa para indicar a zona limdeira estratégica de segurança nacional.

A descontinuidade política, administrativa e social que caracteriza esse meio geográfico suscitam certas características próprias as quais exigem uma análise das relações – sociais, comerciais e econômicas - cotidianas. O ambiente plural desses territórios revela um caráter bipolar nas relações. A dualidade revela simultaneamente relações contraditórias: tensões e integração, separações ou limites e trocas comuns.

O confronto de interesses de níveis que vão do supranacional aos níveis locais articulam as diferentes formas de trocas –formais e informais - gerando o que é chamado por CUISINER-RAYNAL (2001 apud OLIVEIRA e MAX, 2009) de zonas de circulação transfronteiriça, que podem se constituir, ao longo do tempo, em ambientes com níveis de cooperação satisfatórios, mesmo com desigualdades e ambigüidades.

Uma articulação multi-escalar pode surgir da oposição entre as diferentes configurações estabelecidas nos diferentes territórios, Ou seja, quando muda de ponto de vista sobre um nível dado de organização do território. Um exemplo disso são as redes que se geram a partir de uma necessidade específica, como o uso de um serviço de saúde, e se articulam posteriormente organizando e perpetuando as diversas mobilidades na faixa de fronteira.

Outros autores (OLIVEIRA e MAX, 2009) gostam de pensar esses territórios como “zonas de transição” entre diferentes sociedades, centros de poder, etnias, etc. Explicando que:

“A proximidade geográfica e o distanciamento étnico, institucional, político, social, cultural e econômico, criam um gradiente heterogêneo que diferencia uma região de fronteira de outra onde o grau de conflito e de cooperação pode proporcionar uma tensão nas relações das sociedades que ali mais ou menos interagem” (2009: p.18)

A literatura especializada parece estabelecer fraco consenso sobre a diversidade de funções que desempenham essas “zonas de transição”. Estas são marcadas pela presença humana no território e sua socialização. Sujeitas a mudanças constantes, as funções podem, segundo Guichonet e Raffestin (2001) até desaparecer. Especificamente, pensamos oportuno resgatar duas funções – a de controle e a de comunicação - que nos ajudam a pensar sobre mobilidade e migração.

Dentro das funções atribuídas às fronteiras ou limites, a de controle é a mais antiga e conhecida. Para a análise da mobilidade e da migração, esse controle atua como filtro - mais ou menos permeável em função da legislação - do fluxo de pessoas (principalmente em migrações internacionais).

Na União Européia, acordos comerciais e políticos entre os governos membros criaram novos espaços transnacionais (no interior do qual, existe uma mobilidade livre das fronteiras nacionais). Esse processo desloca a fronteira para os limites externos do bloco, e assim a vigilância da entrada de grupos “potencialmente perigosos”. Contrariamente ao que aconteceu na UE, a eliminação das fronteiras no MERCOSUL jamais se tornou uma realidade. Sendo que os tratados estabeleceram a integração das fronteiras do bloco, os estados nacionais, frente a possíveis “déficits de segurança interna”, chegam com força renovada e exercem um controle diferenciado sobre algumas populações fronteiriças. Nesse sentido é importante esclarecer que a força do capital não se vê afeitada com esse controle. Só o pequeno comerciante ou trabalhador pouco qualificado que é visto como ameaça e em consequência se intensificam os controles.

Elemento fundamental no entendimento da organização do espaço da fronteira, coincidente com pontos estratégicos de passagem as fronteiras internacionais se convertem em lugares de comunicação. Por sua condição marginal, a sobrevivência nas fronteiras gera uma necessidade de constituir redes, que se caracterizam por serem multi-escalares, articulando nós que pertencem a diferentes níveis de organização espacial o que permite “atravessar” fronteiras (RIBEIRO, 2002). Essas redes articuladas, vinculam, potencializando ou interrompendo os fluxos de pessoas ou mercadorias.

Por exemplo, a análise sobre as redes sociais, redes migratórias e a migração internacional em Valadares e Ipatinga feito por SOARES (2002, 2004) é esclarecedora na hora de pensar a mobilidade. O autor põe em evidência a relação entre o processo migratório e as diferentes escalas territoriais, elucidando como a combinação das múltiplas escalas é uma perspectiva analítica mais adequada na hora de entender o processo migratório.

“A rede migratória internacional é construção social, possui caráter processual, dinâmico; todavia, é um processo que não se basta em determinada escala. Essa rede articula, a um só tempo, a composição escalar local, regional e internacional/global, sem a prevalência de uma dimensão sobre a outra: apresenta, portanto, natureza “pervasiva”, “transescalar”. Daí os limites territoriais das circunscrições escalares locais ou regionais, definidos por critérios político-administrativos, não se mostram como dimensões bastantes de análise de um processo que vaza tais limites, que se manifesta em várias escalas.” (SOARES, 2002: 134)

Para entender a diversidade da mobilidade ou migração desempenhada a partir de uma unidade espacial determinada, como a fronteira, precisa-se entender o que é uma “diferenciação de áreas”. HAESBAERT e SANTA BÁRBARA, explicam que esse “recortar o espaço” ou “espaço recortado” aparece como uma área intra ou subnacional relacionando, em uma escala intermediária, os níveis local e nacional. Dessa forma, os autores explicam que:

“Essa região “infranacional” podia ser definida tanto economicamente, a partir das diferentes formas de inserção dos espaços na divisão territorial do trabalho, quanto político e culturalmente, através de processos como o regionalismo (político por definição) e a identidade regional (priorizando a base cultural) “(2007: p.115)

A partir da idéia de fronteira como “espaço recortado” e sobre a base do pressuposto de que nesses espaços fronteiros acontece algum tipo de troca local - seja espontânea ou promovida, complementárias ou não - a qual gera fluxos, concordamos com MACHADO (2005) em que esses fluxos podem ser entendidos - conforme a metodologia proposta por CUISINIER-RAYNAL - tanto pelo grau de interação e integração quanto pela própria necessidade de diminuir o isolamento dos centros respectivos. Nesse sentido, a autora propõe a seguinte tipologia de relações de fronteiras conforme a seu nível de integração (formal e informal):

- Fronteira morta. Este tipo de fronteira denota uma baixa integração formal com baixa integração funcional. Onde é perceptível uma passividade entre os aglomerados urbanos da fronteira.

- Território perigoso é qualificado de perigoso pela baixa presença do Estado e das instituições e a excessiva informalidade.

-Fronteira viva: Território que revela uma alta integração funcional com alta integração formal gerando uma dinâmica sustentada pelo confronto das lógicas econômicas e políticas.

- Fronteira burocrática. Alta integração formal, com baixa integração funcional. Onde prevalece a potencialização da competitividade do meio geográfico com relação a outras regiões. Com um aparato estatal e empresarial forte e pouco espaço para a construção de elos sociais entre os atores transfronteiriços.

A região fronteira entre Paraguai e Brasil se caracteriza por uma ocupação do território que decorre principalmente da expansão da fronteira agrícola brasileira. Região ocupada por etapas revela uma multiplicidade de atores vinculados atualmente ao complexo agro-industrial da soja, apresentando uma população heterogênea, fruto da migração tanto interna como internacional – para ambos países- iniciada na década do 50.

Ao colocar a fronteira que separa Paraguai do Brasil na categoria de fronteira viva é possível pensar nas convenções que norteiam as decisões individuais – especialmente no que se refere à mobilidade e migração - no contexto coletivo. Isso contribui de forma a potencializar novas formas de interação econômicas e sociais em situações assimétricas, fomentando ou bloqueando a mobilidade dos indivíduos e a possível mudança de residência (migração transfronteiriza).

Fica cada vez mais evidente que os lugares e regiões fronteiriços são valorizados não por sua posição marginal, mas por seu caráter conectivo e interativo. Mostrando a densidade e a diversidade das interações que tem lugar na fronteira.

B. ESPECIFICIDADES DA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO FRONTEIRIÇO PARAGUAIO E BRASILEIRO.

I. Panorama histórico:

Dentro dos critérios principais na definição das fronteiras pode-se mencionar a representação linear e a demarcação a partir de acidentes naturais. O tratado de Tordesilhas (1494) – primeira divisória do continente americano entre o império espanhol e o português - se fundamentava numa linha imaginária vertical traçada a 370 léguas a partir das Ilhas de Açores. É só no século XIX, hora da independência dos novos estados americanos, que a doutrina das fronteiras naturais⁸ ou seja, a demarcação dos limites internacionais a partir de acidentes físicos foi usada.

As fronteiras naturais entre o Brasil e Paraguai foram definidas pelo tratado de paz de limites Loizaga-Cotegipe em 1872, logo após a derrota do Paraguai na Guerra da Triple Aliança⁹ (1864-1870).¹⁰ Em 1927 os dois países assinaram um tratado complementar e terminaram de serem demarcados alguns pontos do rio Apa e da Bahia Negra. Em 1963, devido a descoberta do potencial energético das Sete Quedas, surgiu um conflito em torno da demarcação precisa do quinto salto das Sete Quedas (rio Paraná). Posterior a isso, e como consequência da necessidade de definir uma área de segurança nacional, o Brasil, pioneiro entre os dois países, define pela Lei nº 6.634, de 02/05/79, que dispõe uma Faixa de Fronteira de 150 km a partir do limite Internacional. No caso paraguaio é só em 2004, que o país delimita sua Faixa de Fronteira 50 km a partir do limite internacional.

A Faixa de Fronteira do Brasil compreende, como já foi mencionado, uma banda interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, considerada área

8 Essa doutrina tem sido muito criticada pelos que defendem os critérios lingüísticos e étnicos na hora de fixar a delimitação das fronteiras nacionais. No entanto, dada a sua predominância no processo de demarcação dos Estados europeus, foi aceita juntamente com outras imposições na definição das fronteiras na América.

9 Ou Guerra do Paraguai

10 O território do Império do Brasil é separado da República Paraguai pelo leito do rio Paraná desde o ponto onde a posse brasileira nas cataratas do Iguazu começa até o Salto Grande das Sete Quedas a linha de separação passa pelo cume da serra de Mbaracayú até seu final; de lá é uma linha reta ou uma linha que assim pareça isso vai até a serra de Amambay; de lá esta linha dirige-se até a principal nascente do rio Apa indo até atingir o seu estuário na parte leste do rio Paraguai; todas as vertentes que vão para o Norte e Leste pertencem ao Brasil e aquelas que vão para o Sul e o Oeste pertencem ao Paraguai. Também a linha de Fecho do Morro pertence ao Brasil (Tratado Loizaga-Cotegipe apud Albuquerque, 2010, 36).

indispensável à Segurança Nacional, onde é vedada, sem o prévio assentimento do Conselho de Segurança Nacional, a prática dos atos referentes a: concessão de terras; abertura de vias de transportes e instalação de meios de comunicação; construção de pontes; estradas internacionais; campos de pouso; e estabelecimentos ou exploração de indústrias que interessem à Segurança Nacional.

Tradicionalmente tratada como local de isolamento, a fronteira configura-se hoje como uma região de baixo desenvolvimento socioeconômico, marcada por profundas iniquidades sociais (GADELHA e COSTA, 2005). Contudo, é uma faixa não homogênea apresentando em sua linha espaços diferenciados em aspectos históricos, culturais, étnicos, econômicos, sociais com fluxos transfronteiriços.

O pensamento estratégico brasileiro concebeu, historicamente, a faixa de fronteira em duas vertentes ou finalidades: segurança e desenvolvimento. A segurança na faixa de fronteira é obtida por meio de ações próprias das Forças Armadas e dos órgãos de segurança, segundo a constituição nacional. A vertente do desenvolvimento é caracterizada por incentivos diferenciados do Governo Federal, através de programas de desenvolvimento e concessão de apoio especial. Um exemplo desta vertente é o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira do Ministério da Integração Nacional.

II. Legislação da faixa de fronteira

As normas que dizem respeito à Faixa de Fronteira são as seguintes:

Para o Brasil

- Constituição Federal;
- Lei nº 6.634, de 02/05/79, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira; e
- Decreto nº 85.064, de 26/08/80, que regulamenta a Lei nº 6.634, de 02/05/79.
- Instruções do Conselho de Segurança Nacional de 28/07/81

Para o Paraguai

Desde início da década de 70, logo de 20 anos de ter-se iniciado o processo de migração brasileira no Paraguai, começa a senti-se as primeiras reações. O frente de colonização agrícola despertava temores. Nesse contexto líderes dos partidos políticos da oposição tenta passar uma lei em reação ao Estatuto Agrário de 1963 que libera a compra de terras por estrangeiros. As tentativas foram frustradas, e o projeto - que definia uma faixa de fronteira de 50 km de fronteira a partir do limite internacional como zona exclusiva para paraguaios - queda encaixotado até 1989, momento em que termina a ditadura de Stroessner.

Com o início da década de 90, voltaram ao país muitos líderes da oposição que estavam exilados, que olhavam para os migrantes brasileiros como uma herança perversa de regime ditatorial. Aprovado pelas câmaras acabou sendo arquivado pelo então presidente do Partido Colorado. (ALBUQUERQUE, 2010) A partir do Tratado de Assunção, e logo com a criação do MERCOSUL em 1995, mudam os discursos políticos, e passam a enfatizar a os processos de integração, colocando os imigrantes brasileiros como um exemplo concreto de integração. Discurso que não convenceu a oposição.

Com o argumento que tanto Brasil quanto Argentina tinham faixas de fronteiras definidas, se coloca em 2002 o projeto novamente a votação. O que aprovado na Câmara dos Deputados, mas rechaçado pelo Senado no início de 2003. Este projeto previa um prazo máximo de dez anos para os estrangeiros nesse momento instalados na faixa de 50 km de fronteira transferiram suas propriedades aos paraguaios. Com meia sanção da Câmara dos Deputados, passou ao Senado, onde foi rechaçada por causa das pressões do setor produtiva. A Câmara aceita o rechaço e arquiva o projeto. O projeto foi desarquivado, reelaborado e submetido a votação. Desta vez aprovado e transformado em Lei numero 2532 em 09/12/2004. Que dispões sobre a faixa de Fronteira. O Paraguai adotou recentemente uma legislação restritiva à aquisição de imóveis rural por estrangeiros em uma faixa de 50 km, e é importante mencionar que o dispositivo preserva, em princípio, aquisições anteriores a data da lei.

III. Definição do espaço de fronteira a analisar.

O Brasil tem uma faixa de fronteira extensa de 15.719 quilômetros (ver FIG.1) que corresponde a 27% do território nacional. Nela estão sediados 588 municípios de 11 estados os

quais fazem fronteira com 10 países da América do Sul, onde vivem cerca de 10 milhões de pessoas. A fronteira internacional entre Brasil e Paraguai estende-se desde Foz do Iguaçu, no Paraná, até Corumbá, em Mato Grosso do Sul. Atravessa uma variedade de terrenos, percorrendo desde grandes áreas urbanas até desertos inóspitos e áreas alagadas. Começa no Marco das três fronteiras e termina no Pantanal. (VAZQUES, 2009)

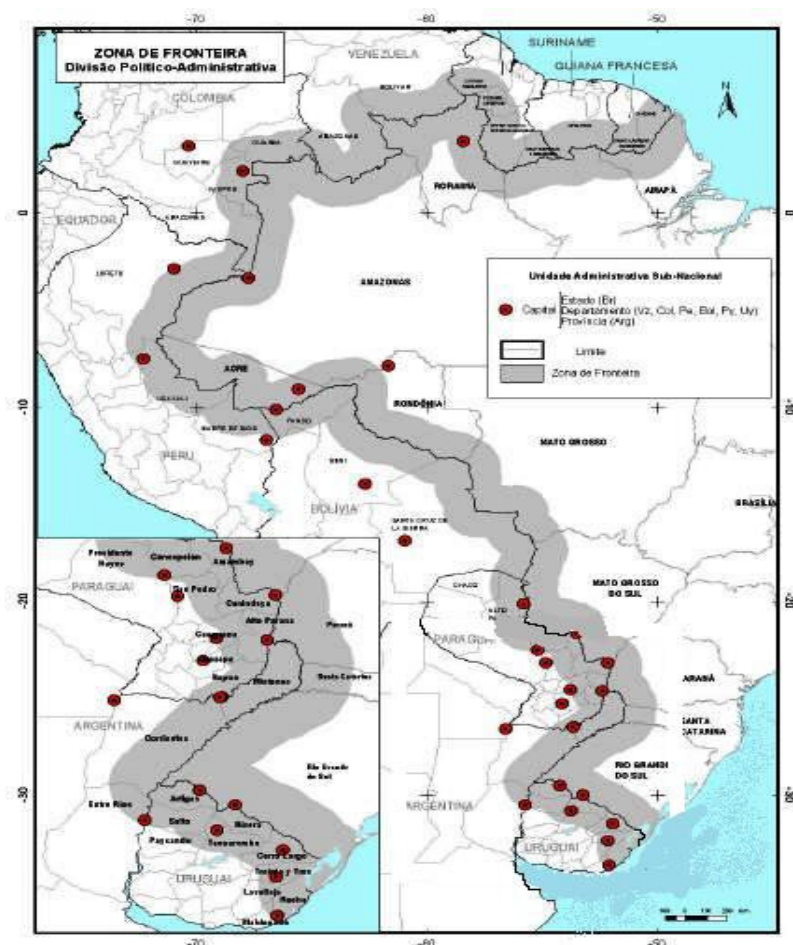
O Paraguai é um país mediterrâneo e é limitado pela Bolívia a norte e noroeste, o Brasil a leste e nordeste, e a Argentina a sudeste, sul e oeste. O rio Paraguai, que corre do norte ao sul, divide o Paraguai em duas regiões geográficas distintas — a Región Oriental (Região Oriental) e a Región Occidental (Região Occidental), também chamado o Chaco Boreal. A fronteira com Brasil é das mais ativas, com a presença de inúmeros pontos de comunicação, dotada de uma malha viária mais integrada internacionalmente, com cidades maiores e um intercâmbio mais intenso (legal e ilegal) entre os países e as populações da fronteira.

No segmento Sudoeste do Brasil, a presença de várias cidades com mais de 100 mil habitantes, e a melhor articulação dos trechos viários dos países vizinhos permitem a maior integração e fluxos mais intensos de pessoas e mercadorias. As cidades de Porto Murtinho (13.230 hab.) e Ponta Porã (60.966 hab.) na fronteira entre o estado do Mato Grosso do Sul e o Paraguai, articuladas por estradas com a região polarizada por Dourados (164.674 hab.), constituem-se em pontos estratégicos das rotas de entrada e saída do país e comunicação com o Paraguai.

Dentro da definição do espaço geográfico tomada como referência neste estudo, para o Brasil, temos 44 municípios do estado de Mato Grosso do Sul e 139 do estado do Paraná¹¹ localizados dentro dos 150 km da faixa de fronteira definida pela Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979 que dispõe sobre a Faixa de Fronteira; e o Decreto nº 85.064, que o regulamenta. No caso Paraguaio, dado que desde o censo de 2002 foram criados numerosos municípios dentro da faixa de fronteira (50 Km) foi decidido trabalhar com as unidades político administrativas maiores, logo, os departamentos de Alto Paraguai, Concepción, Alto Paraná, Amambý e Canindeyú.

¹¹ A lista de municípios esta nos anexos

FIGURA 2: Zona de fronteira. Divisão Político-Administrativa, Brasil.



Fonte: Grupo Retis, Universidade Federal do Río de Janeiro. Disponível em: <http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/mapas.htm>. Acesso em: 20 de setembro 2010.

C. CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.

Segundo GRIMSON (2000) os estudos de fronteira parecem indicar uma grande diversidade de situa es, uma heterogeneidade vinculada a histórias diferentes e contextos específicos. Esta diversidade não impede o reconhecimento de certas tendências predominantes num contexto espaço-temporal específico. A no o mesma de espaço fronteiro, de migra o de fronteira se deve a existência de fronteiras e estados Nacionais, e assim,   importante pensar ou analisar o fen meno de integra o regional.

A diferença dos processos manifestados na União Européia - onde por acordos comerciais e políticos entre governos se criam novos espaços transnacionais no interior dos quais existe uma mobilidade independente das fronteiras nacionais - as dinâmicas do MERCOSUR impõem um sentido duplo as fronteiras: i) como fronteira internacional, limite entre estados; ii) espaço flexível de articulação entre sistemas com dinâmicas socioeconômicas heterogêneas onde um se expande sobre outro.

GRIMSON (2000) explica que os imaginários sobre a regionalização e os impactos das políticas de integração são muitos diferentes nas metrópoles que nas zonas de fronteira, sobre esta base ele estabelece:

“Una incógnita pendiente se refiere a la persistencia de la noción de frontera como límite que establece roles sociales diferentes para los actores de un lado y de otro de la línea, en el marco de procesos como el MERCOSUR u otros que se anuncian para el futuro, y que supuestamente implicarían la desaparición de estos límites. En la actualidad, estos procesos tienden a re-significar y recrear asociaciones de la noción de frontera no solo con categorías de diferencia, sino con otras que se refieren a superior-inferior, pobres-ricos, orden-desorden” (2000; p.94)

Finalmente, neste novo contexto de evolução mundial, os chamados processos de globalização expõem um aumento qualitativo de deslocamentos de pessoas, carros e mercadorias se constituindo num marco de disputas entre setores sociais. E, embora as zonas de fronteira tenham se tornado muito dinâmicas pela força do capital, acompanhada da mobilidade dos trabalhadores e pessoas em geral, certos processos de regionalização que vem acontecendo, certos controles sobre as populações fronteiriças parecem ter continuado e as vezes até se fortalecido. Neste caso o uso do termo controle não é sinônimo de imobilidade, bem o explica GRIMSON:

“O Estado retira sua função de protetor e instala a de controle, na obsessão de multiplicar os fluxos “por acima” e deter os fluxos “por baixo”” (GRIMSON, 2000: 99)

Para finalizar esta reflexão, pensa-se oportuno enfatizar a importância de estabelecer a conexão desta fronteira multi-escalar com os múltiplos tipos de mobilidade existentes entre Brasil e Paraguai e, que caracterizam a faixa de fronteira estudada. Para o que é necessário caracterizar melhor esses fluxos de pessoas sujeitos as redes transfronteiriças e a forma de territorialidade que toma.

CAPÍTULO III: A FRONTEIRA PARAGUAI- BRASIL

A. A FRONTEIRA PARAGUAI-BRASIL EM CONTEXTO DE “MOBILIDADE”.

O território paraguaio é de 406.752 Km². O país faz fronteira com Argentina, o Brasil e a Bolívia. Está dividido em duas regiões (oriental e ocidental) e em 17 departamentos¹². A pesar de figurar na Constituição Nacional como um país descentralizado, onde seus Municípios são entidades político-administrativas autônomas, o Paraguai é um país com alto nível de centralização na sua capital, Assunção, que concentra a maioria das instituições políticas, econômicas e culturais do país.

A população apresenta um marcado desequilíbrio histórico na distribuição no território e se encontra, maiormente, concentrada na região oriental. SOUCHAUD e VASQUÉZ (2009) explicam que a pesar do forte crescimento experimentado pela população 3,5% (1982); 2,8% (1992), 2,0% (2002), 1,8% (2008) (DGEEC, 2008), e da crescente imigração que distingue essa região- tanto interna quanto internacional - segue existindo essa descontinuidade na repartição da população. Segundo as projeções para 2008 feitas pela DGEEC¹³, a população total do país alcança os 6.230.143 habitantes, dos quais 97,4% estão localizados na região oriental e somente 2,6% na região ocidental ou Chaco paraguaio. Paraguai - país predominantemente rural até a década de 1980 - vive um contínuo e acelerado processo de urbanização. Em 1982, só um 42% da população total do país era urbana, se estima que a mesma supere hoje o 65%. Este processo se caracteriza por uma tendência forte a conurbação¹⁴ em torno de três cidades: Assunção, Cidade del Este – principal força econômica da faixa de fronteira estudada onde os setores que mais crescem são o comércio e os serviços- e Encarnação. Albergando, conjuntamente, 70% da população urbana do país.

Ambas as regiões – Oriental e Ocidental ou Chaco - fazem divisa com o Brasil, na atualidade, nos departamentos de Alto Paraguay (único departamento do Chaco), Concepción, Alto Paraná, além de Amambay e Canindeyú. Essa linha fronteiriça se estende (DGEEC, 2008) por 1367 km dos quais se podem reconhecer 929 km de fronteira úmida (Río Paraguai e Paraná) e 438 km de fronteira seca. A extensão dos limites terrestres do Brasil (IBGE 2007) equivale a 15.735 km, separando - o de nove países e um departamento ultramarino (Uruguai, Argentina,

12 Divisão política do Paraguai, correspondente as UF do Brasil.

13 Instituição Oficial que se encarrega das Estatísticas do País

14 O processo de conurbação é caracterizado por um crescimento que expande a cidade, prolongando-a para fora de seu perímetro absorvendo aglomerados rurais e outras cidades.

Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname), porém, a fronteira entre Brasil - Paraguai é, de todas, a mais saliente, a pesar de não ser a mais extensa. São vários os fatores que a diferencia das demais, começando pela presença de variadas cidades de porte médio, além de um intensivo fluxo de pessoas e bens que as recorre, mas, sobre tudo pela quantidade de brasileiros residindo no país vizinho, que mesmo sendo imprecisa, é sabido pelas estimativas “que se trata da maior migração de brasileiros para as nações fronteiriças e a segunda maior “comunidade” no exterior depois da que se encontra nos Estados Unidos.” (ALBUQUERQUE 2010: 58). Segundo os dados da tabela 1, apresentados em 2002 pela Diretoria Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência à brasileiros no exterior, do Ministério das Relações Exteriores, Paraguai concentra o maior número de brasileiros que se encontram nos países fronteiriços, estimados em 459.147. O que representa 84,16% de todos os imigrantes fronteiriços, constituindo-se como a segunda maior depois da assentada em território dos Estados Unidos.

TABELA 2: A imigração de brasileiros nos países da América do Sul

PAÍS	NÚMERO DE BRASILEIROS	LOCAIS DE CONCENTRAÇÃO *
Suriname	13.000	Paramaribo
Guiana	449	Georgetown
Venezuela	6.307	Caracas, Ciudad Guayana e Santa Elena de Uairen
Colômbia	3.028	Bogotá, Leticia
Equador	661	Quito
Peru	792	Lima, Iquitos
Bolívia	6.868	La Paz, Santa Cruz de la Sierra, Cobija, Cochabamba, Puerto Suárez e Guayaramerin
Chile	3.702	Santiago
Guiana Francesa	15.035	Caïena
Paraguai	459.147	Assunção, Ciudad del Este, Concepción, Encarnación, Pedro Juan Caballero e Saltos del Guairá
Uruguai	21.147	Montevideu, Rivera, Artigas, Bella Unión, Chuy, Melo e río Branco,
Argentina	15.212	Buenos Aires, Paso de los Libres, Posadas, Puerto Iguazú, e Bernardo de Irigoyen
Total	545.348	

* As capitais concentram os registros, mas não necessariamente a concentração de brasileiros

FONTE: Diretoria Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior, do Ministério das Relações Exteriores. Apud Sprandel (2002)

Não há consenso com relação à estimação do número de brasileiros no Paraguai, entre as várias fontes pode-se resgatar grandes diferenças entre as fontes oficiais (DGEEC e IBGE) e os dados estimados por diversos pesquisadores. SPRANDEL (1998) estima, com base em informações cedidas por entidades confessionais, ONGs e da imprensa que são aproximadamente 400 mil brasileiros no Paraguai. De acordo com WAGNER (1992), em 1986 moravam no Paraguai cerca de 350 mil brasileiros.

Censos de Población y Vivendas (DGEEC) de 1992 e 2002 registraram que a população brasileira residente no Paraguai atingia 108.526 e 81.616 pessoas respectivamente. Essas diferenças tão marcantes obrigam a pesquisar um pouco mais os dados do censo. Um quesito essencial - existente no Censo de Población y Vivienda de Paraguai - que ajuda a aproximarmos a realidade das cifras seria o relacionado ao idioma falado em casa. O Censo de Población y Vivendas 2002 estima 326 mil pessoas disseram falar o português como primeiro idioma em casa, além de outros idiomas. Neste sentido, o dado nos dá uma referência próxima as estimativas lançadas pelos especialistas brasileiros. Segundo ALBUQUERQUE (2010), existe alguns motivos que poderiam explicar essa falta de precisão sobre o número de imigrantes brasileiros no Paraguai e as constantes variações nas estatísticas. Em primeiro lugar, a ilegalidade e falta de controle na fronteira, há imigrantes brasileiros que passam por dificuldades para regularizar a sua situação porque os trâmites legais além de onerosos, são demorados e feitos em Assunção. A ilegalidade entorpece as estimativas dos censos, dado que esses migrantes tendem a não declarar a sua residência.

Se pensarmos em um contra fluxo, pouco é sabido dos imigrantes paraguaios no Brasil. BAENINGER (2001) explica que ainda que consista em um volume bem abaixo ao dos brasileiros no Paraguai, o estoque de paraguaios no Brasil ocupa a terceira posição (juntamente com o Chile) no grupo dos estrangeiros latino-americanos no país.

Essas evidências permitem ter uma primeira noção da importância do contexto de mobilidade desta fronteira, e das diferenças de povoamento e o desenvolvimento da dinâmica e fluxos ao longo da fronteira, especificamente entre as duas regiões do Paraguai (Oriental e Chaco). O que revela a necessidade de se tratar esse processo de maneira separada.

A.1 PADROES HISTORICOS E TENDENCIAS DA OCUPAÇÃO DO TERRITORIO NA FRONTEIRA.

A.1.1 COLONIZAÇÃO E DINÂMICA MIGRATÓRIA: O CASO DA REGIÃO ORIENTAL.

No período anterior ao colonial estas regiões foram habitadas por indígenas que percorriam indistintamente os territórios do Sul do Brasil, norte da Argentina e a Região oriental do Paraguai. Já nos finais do século XVII (1888) deram-se - com a instalação da colônia militar de Iguazu - os primeiros povoamentos de origem branca. Durante o período entre a Guerra da

Triple Aliança¹⁵ (1864-1870) até finais dos anos 50, a região Oriental se caracteriza por estar organizada em grandes latifúndios, maiormente em mãos de capitais estrangeiros, onde os povoadores eram grupos de camponeses semi-assalariados, concentrados principalmente no departamento de Alto Paraná (SALIM, 1999). O verdadeiro início do processo de povoamento da faixa de fronteira é lançado, pelo Brasil e pela Argentina, após a Guerra do Paraguai, estabelecendo postos em localidades estratégicas de importância geopolítica para ambos os países, como por exemplo, a confluência do rio Iguazu com o rio Paraná. Processo que cresceu de maneira modesta até meados de 1940. (AMARAL, 2007).

Durante a segunda metade do século XX, com a ditadura de A. Stroessner, marca-se o início do povoamento de leste da região Oriental do país. Duas hipóteses fundamentam ou origem deste processo Segundo PALAU e HEIKEL (1981, 1987) a “marcha a leste” tem seu fundamento na doutrina de Segurança Nacional, com caráter estritamente político e militar foram criadas oportunidades - como válvulas de escape para as tensões de caráter social decorrentes das demandas por terra dos setores minifundiários - para o povoamento de áreas vazias na região. Por outro lado CORTEZ (1993) e WAGNER (1990) sustentam que o objetivo do governo paraguaio foi o de expandir as fronteiras agrícolas incentivando o aumento das exportações agrícolas. Nesse contexto, o governo Paraguai, realizou um importante plano de colonização agrícola¹⁶ na região fronteira com Brasil. Os autores alimentam a idéia de que a colonização no eixo leste deste país foi efeito de fatores pautados pela realidade agrária brasileira, e consideram marcante a estratégia geopolítica de penetração e ocupação de fronteira dos governos militares dos dois países.

Segundo ALBUQUERQUE (2010:64):

“As estratégias geopolíticas de aproximação entre o Brasil e o Paraguai favoreceram a entrada de muitos brasileiros no território paraguaio. Não podemos concluir categoricamente que a presença de milhares de brasileiros na fronteira do Paraguai tenha sido somente obra das políticas governamentais dos dois países. O que existiu

15 A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul. Ela foi travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, composta por Brasil, Argentina e Uruguai. A guerra estendeu-se de dezembro de 1864 a março de 1870. É também chamada Guerra da Tríplice Aliança (Guerra de la Triple Alianza), na Argentina e Uruguai, e de Guerra Grande, no Paraguai.

16 A Marcha al Este visava reassentar os camponeses que viviam na área central e mais populosa do Paraguai. Para isso foram criados o Instituto de Bienestar Social (IBR) – atualmente Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra (INDERT) - responsável pela reforma agrária.

foi uma junção de um processo espontâneo de deslocamento populacional devido à concentração da propriedade nos estados do sul do Brasil, com os interesses geopolíticos dos governos, brasileiro e paraguaio, em controlar e desenvolver a região oriental do Paraguai.”

SOUCHAUD e VASQUEZ (2009) assinalam que o caráter rural dessa migração produziu uma profunda transformação da região oriental do Paraguai, afetando visivelmente a paisagem, a agricultura e sobre tudo a estrutura territorial de todo o país. Para entender melhor a transformação mencionada, tomamos a explicação em duas fases ou momentos que propõe WAGNER (1990). A primeira fase corresponde a distribuição de terras - principalmente a grandes colonizadoras estrangeiras – situação que desarticula os camponeses anteriormente arraigados, expulsando-os. Esta primeira etapa marca o início da migração brasileira para o país vizinho. Distinguida por serem os segmentos mais pobres da população brasileira, oriundos das regiões norte e nordeste do país, chegaram ao Paraguai para desempenhar tarefas de desmatamento. MARQUES (2009) afirma que “os imigrantes brasileiros no Paraguai vieram predominantemente do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Entraram no país vizinho, principalmente, por meio da fronteira entre o estado do Paraná e o departamento do Alto Paraná e na “fronteira seca” entre o estado do Mato Grosso do Sul e os departamentos de Canindeyú e Amambay”. Esses imigrantes conheceram relativa estabilidade até o final dos anos 60. Um segundo momento, ao final da década de 60, momento em que o contingente populacional aumentou rapidamente. Esse crescimento está intimamente ligado às migrações internacionais e a progressão da fronteira agrícola, sobretudo a brasileira. Concordando com ALBUQUERQUE, se acredita que o movimento migratório pode ser entendido como o um desborde da expansão agrícola brasileira ultrapassando as fronteiras nacionais.

O Paraguai – com suas extensas terras férteis e seu clima favorável a uma agricultura diversificada -, aparece como a possibilidade para a construção de novos arranjos sócio-espaciais, diferentes dos que marcavam a história do povoamento Mato-Grossense e Paranaense. Ao anteriormente mencionado se soma à abolição¹⁷ da proibição de compra de terras por estrangeiros, o que atrai segmentos camponeses, principalmente localizados no oeste e sudoeste do estado do Paraná. Essa década se caracteriza pelo crescimento da população suscitando “a transformação econômica da fronteira agrícola do país” (SALIN, 1995:148). Na segunda metade da década de 70 e início dos 80, incorpora-se uma nova categoria de

17 Promovida em 1967 por Stroessner

migrantes brasileiros: os assalariados agrícolas sem terras nem contratos fixos, famílias de arrendatários, empregados rurais e pequenos proprietários agrícolas brasileiros chamados posteriormente de brasiguaios.

SALIM (1995) e PALAU & HEIKEL (1981) concordam que o resultado destes períodos visibiliza uma acentuação da pauperização dos camponeses paraguaios e um aumento da instabilidade no emprego, determinando a conformação de mercados agrícolas microrregionais, causa principal das migrações temporárias marcadas por diferentes seqüências nos deslocamentos, com duração e periodicidade irregulares todas ligadas ao ciclo agrícola.

Mais recentemente se apresenta um terceiro momento ao se iniciar a construção e a o início das atividades da Hidrelétrica de Itaipu, especificamente no período da formação do reservatório; circunstância que muda novamente o cenário da região tanto na estrutura fundiária como produtiva. A desapropriação e posterior inundação de 135 hectares deixa vários camponeses sem terra (SALIM, 1995, p.152). Se estima que 42 mil pessoas foram desapropriadas (e indenizadas) no total, das quais mais de 90% residiam em áreas rurais. Conforme PALAU & HEIKEL (1987) só um 20% dos deslocados retornaram a seus lugares de origem, quedando um excedente condicionado ao mercado de trabalho regional, impulsionando novos fluxos de curta e meia distancia. A essa situação soma-se a recessão da década dos oitenta, que combinada ao aumento de brasileiros sem a posse de título legal da terra ou mesmo se acesso a terra nenhuma conforme concluíram os contratos de arrendamento, enraíza a crise social. É nesse contexto que mais de 1000 famílias voltaram de forma organizada ao Brasil. O processo de organização de retorno ocorreu em dezembro de 1985, com o apoio político da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (SPRANDEL, 2006)

“Nunca existiu um cálculo de quantos colonos abandonavam diariamente o Paraguai ao final do primeiro semestre de 86. Mas podiam ser observados por qualquer pessoa que se postasse, por alguns instantes, na fronteira dos dois países. Eles saíam daquele país com os seus filhos ao colo e carregando os seus pertences em trouxas feitas de cobertas.” (WAGNER, 1990:27).

A queda dos créditos agrícolas outorgados pelo Banco Nacional de Fomento (BNF) do Paraguai e o declínio da pequena produção implicou o término de muitos contratos de arrendamento. Nesse mesmo período se inicia no Paraguai, o processo de modernização

agrícola – parcial e seletivo – que é conduzido pela burguesia agrária. As grandes empresas agroindustriais usufruíram da especulação imobiliária, os bancos e as empresas de maquinários agrícolas também se instalaram na fronteira paraguaia. Fato que segundo SALIN explica “*não apenas a vigência do modelo excludente e expropriador como a manutenção da elevada concentração da estrutura de posse e uso da terra.*” (1995: 150)

Com o retorno à democracia, em 1989, as reivindicações até então reprimidas, começaram a se fazer ouvir. Conforme SOUCHAUD (2007) milhares de imigrantes voltaram para o Brasil, enquanto outros brasileiros, principalmente jovens do estado do Paraná, continuavam se dirigindo ao país vizinho atraídos pela possibilidade de trabalho nos setores comercial e de serviços nas pequenas cidades paraguaias colonizadas por brasileiros incentivados pela nova política de redução das taxas de impostos a importação e re-exportação de produtos industrializados. Desde esse momento se viu modificado novamente o contexto econômico e migratório da fronteira, iniciando-se a última e mais recente das fases de migração e mobilidade identificada na região da fronteira oriental do país. Neste caso, as cidades se constituem em pólos de atração, onde o comércio e o setor de serviços polarizam muitos brasileiros, mas, desta vez, comerciantes e prestadores de serviços que se instalam ou deslocam diariamente para desenvolver sua atividade econômica.

A.1.2 COLONIZAÇÃO E DINÂMICA MIGRATÓRIA: O CASO DO CHACO

É importante fazer a distinção entre as duas regiões e seus respectivos processos de povoamento e desenvolvimento econômico das fronteiras. O Chaco é uma vasta região semi-árida a semi-úmida que ocupa 246.926 km², ou seja, 60,7% do território daquele país, que se caracteriza por ser uma das poucas fronteiras agrícolas que resta em América do Sul. Com infra-estrutura fraca e escassa população (135.186 habitantes, isto é 2,6% da população nacional), esta região tem um grande potencial natural. Nos últimos 20 anos esta se abrindo à atividade pecuária e a agricultura, mesmo se uma grande parte de seu território está em estado virgem, a dinâmica de exploração está mudando. Especificamente:

“O Chaco é um território de primeira importância para o Paraguai, mas um deserto humano. No caso do Chaco paraguaio, a baixa densidade de ocupação é ainda mais relevante na faixa da fronteira. Assim, o departamento do Alto Paraguai, divisa com o

Mato Grosso do Sul, abriga somente 11.587 habitantes e, na fronteira, a maior cidade é La Victoria com 2.699 habitantes.” (SOUCHAUD, do CARMO e FUSCO, 2007)

Neste processo de povoamento, a aparição e continuo aumento de migrantes brasileiros nesta região, está reforçando novos arranjos e combinações no uso da terra e o sistema produtivo. Nesse sentido pode-se pensar que dada a insipiência do fluxo, ainda não se expressa em mudanças demográficas. A imigração brasileira no Chaco paraguaio é ainda muito pouco conhecida comparada a àquela instalada no oriente paraguaio. Acredita-se que o fluxo migratório começou nos anos 90, motivado pelas condições de compra vantajosas e a facilidade de ter acesso a grandes extensões de terra no Chaco Paraguai próximos da fronteira. A respeito desse fluxo poucas são as referências que podem se encontrar na bibliografia especializada, só alguma menção na imprensa local ou nacional paraguaia. SOUCHAUD (2007) explica que pode se tratar de um fluxo de mais longa data, a frente do Alto Paraná (primeiros fluxos de brasiguaios chegados ao Paraguai), que atualmente estão se re-dirigindo para Boquerón é Alto Paraguai (Região do Chaco) (SOUCHAUD, 2007), acompanhando uma transformação dos sistemas de produção já iniciada nos anos 70 do espaço agrícola do Chaco paraguaio.

Um primeiro olhar sugere certas diferenças com relação a outras frentes colonizadoras brasileiras mais antigas da região Oriental do Paraguai, como a importante participação de capital em fazendas e maquinarias. A primeira fase da migração brasileira debuta em segundo Vasquez (2009) em 1970, com um grupo de criadores de gado - provenientes majoritariamente do Mato Grosso do Sul - que compraram terras na região fronteira de Alto Paraguay. Esta fase inicial não trouxe grandes modificações, afetando pouco a dinâmica demográfica e econômica na região. Um segundo momento tem lugar em meados da década de 1990, período em que uma nova onda de fazendeiros passaram a comprar terras na região. O aumento do tamanho das fazendas é proporcional ao aumento do capital trazido pelos brasileiros. A maioria dos proprietários não tem residência no Paraguai, mas, a mão de obra contratada nesses espaços de produção sim, sendo brasileiros eles também VASQUEZ (2009).

Atraídos pelo crescimento da produção agropecuária e econômica da região pode-se observar a presença de brasileiros perto das cidades menonitas, no Chaco central. Este é o início de uma nova configuração, uma terceira fase, a mais atual, que se inicia em 2002. De uma maneira geral, esta nova presença de brasileiros no Chaco rompe com os padrões até então observados. Os migrantes se caracterizam por serem trabalhadores, que se instalam em áreas urbanas, provenientes da região oriental do país, colonizada nos anos 70. A população dos produtores

brasileiros de Chaco Central se integra perfeitamente com a dinâmica econômica menonita, já que são percebidos pelo menonitas como trabalhadores eficientes. É assim que os trabalhadores brasileiros ou filhos de brasileiros ocupam posições intermediárias no sistema de produção menonita. Além do trabalho dos homens nas estâncias e os serviços de logística, convém salientar papel das mulheres, que são empregadas como trabalhadoras domésticas entre os mennonitas, abrindo uma nova possibilidade de trabalho. Segundo VASQUEZ (2008) este fenômeno cresce com o desenvolvimento econômico do sistema, ele se manifesta com uma maior vigor nas cidades da região. Como para o resto do país, os dados dessa região são escassos e imprecisos, segundo o Consulado Brasileiro no Paraguai, os brasileiros que vivem no Chaco foram estimados em 2000, dos quais 1500 estão instalados no Chaco central.

A.1.3 A DINAMICA DA MOBILIDADE RECENTE: O AUMENTO EXPRESSIVO DO COMERCIO FRONTEIRIÇO

Na atualidade a dinâmica da mobilidade populacional é dada principalmente graças à constituição do sistema de cidades fronteiriças, as que possuem lógicas próprias em sua organização. VASQUEZ (2008:308-9) explica que influenciadas pelos fluxos econômicos refletem o modelo de integração regional do Paraguai, principalmente com o Brasil. Ao longo da fronteira pode-se aferir que a população se concentra principalmente nas capitais administrativas dos departamentos e municípios que funcionam baixo uma forte relação de dependência econômica da dinâmica da fronteira. A desigualdade das trocas e as ganâncias que isso gera fazem com que essas cidades se constituam em importantes plataformas comerciais para os povoados no redor, a região e até os países limítrofes.

“[...] em termos de fluxos econômicos as interações espaciais na zona de fronteira brasileira - platina derivam de duas ordens privilegiadas, ambas operantes em múltiplas escalas. Em primeiro lugar intervém uma lógica estrutural na qual o grau de complementaridade entre unidades geográficas com aptidões e produções diferentes, anima os diversos fluxos de pessoas, bens, serviços e informações tanto visíveis (legais) como invisíveis (contrabando). De outro lado incide uma ordem conjuntural, representada por flutuações monetárias (câmbios), que engendram movimentos turísticos excepcionalmente grandes, e pela variação dos preços de produtos, principalmente agrícolas, que engendram uma oscilação na direção no movimento de cargas. Em resumo, os fluxos transfronteiriços são, em principio oscilatórios,

acompanhando o comportamento do gradiente financeiro e do gradiente comercial.”
(PEBAYLE, 1994)

Desta nova configuração territorial decorrem novas formas de mobilidade, majoritariamente urbana-urbana baseada no comércio. ALBUQUERQUE afirma que “muitos apenas trabalham durante o dia no Paraguai, mas moram do lado brasileiro nas cidades de Foz do Iguaçu (PR), Ponta Porã (MS), Mundo Novo (MS). Existem também aqueles que passaram a viver permanentemente nestas localidades e se tornaram imigrantes.” (2010, p.67) A dinâmica do comércio se estende às localidades colonizadas por brasileiros, onde seguem instalando-se comerciantes, prestadores de serviços e representantes de empresas brasileiras.

A ativação destes fluxos econômicos fronteiriços se inscreve nas diferentes políticas desenvolvimentistas dos países do MERCOSUL. Especialmente Brasil e Argentina, que aplicaram altas taxas impositivas para proteger suas indústrias nacionais. O Paraguai, carente de projeto desenvolvimentista e com uma indústria insipiente procura incentivar o desenvolvimento do comércio e da prestação de serviços.

A.2 SINGULARIDADE DO SISTEMA BRASIL-PARAGUAI

MARQUES (2009) revela alguns aspectos singulares no sistema Brasil-Paraguai os que se manifestam em vários aspectos. Em primeiro lugar, nas motivações para a emigração de brasileiros para o Paraguai. Assume-se o pressuposto de que os imigrantes brasileiros no Paraguai, em seu caráter de imigrante, fazem uma comparação entre os níveis de utilidade entre o lugar de origem e os de possível destino, pensado a “utilidade” no sentido mais amplo do termo, ou seja, sobre os fatores materiais (possibilidade de compra de terras ou de arrendamento, trabalho ou poder de compra) e os imateriais (aceitação social, conduta cultural e idioma). Dos fatores mencionados, os econômicos vão à dianteira e levam a marca da “abertura” do mercado paraguaio e da falta de regulamentação nos diversos âmbitos da vida econômica do país o que permitem o comércio de fronteira e a compra por parte de estrangeiros de grandes extensões de terra.

Dentro das especificidades dos deslocamentos que acontecem na fronteira entre os dois países notamos também que a migração internacional é de curta distância, onde a proximidade e a integração com Brasil jogam um papel importante. A mobilidade opera nas duas fronteiras,

maiormente na seca com o estado de Paraná, mas também está presente na fronteira úmida com Mato Grosso do Sul. Esta hierarquia prevalece até a atualidade em função da integração dos espaços fronteiriços com cada estado brasileiro. O estado de Mato Grosso do Sul dispõe de poucas conexões físicas com o Paraguai contrariamente ao estado de Paraná.

A possibilidade de reposicionamento na escala social também joga um papel importante a continuidade desta mobilidade:

“Os imigrantes brasileiros, que conseguiram ascender socialmente ao longo das últimas décadas, controlam setores importantes da economia, da política e da cultura local em algumas cidades paraguaias (Santa Rita, Santa Rosa de Monday, Naranjal, San Alberto, etc.). A partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980, ampliam-se os processos de mecanização e de concentração da propriedade da terra nessa faixa de fronteira. Uma família de agricultores podia aumentar o plantio sem necessitar contratar mais mão-de-obra. Nesse contexto, aumentam as compras de terra aos camponeses paraguaios e aos pequenos produtores brasileiros. A pequena produção diversificada e de subsistência (milho, mandioca etc.) passa a ser substituída pelo plantio de soja. Nesse processo, começam os deslocamentos de camponeses paraguaios e brasileiros para outras frentes agrícolas no interior do Paraguai e para as periferias das cidades de fronteira.” (ALBUQUERQUE, 2009:143)

É relevante salientar a posição dos pontos de origem e destino dos fluxos. Grande parte dos brasileiros que se dirigiram para o país vizinho era oriunda dos estados do sul do Brasil e se direcionaram para a região oriental paraguaia, mas a presença de imigrantes do nordeste do Brasil e o Estado de Minas Gerais evidenciam uma migração por etapas, que se inicia no país de origem, sem obrigatoriamente estar desejada como uma migração internacional.

“Os migrantes brasileiros no Paraguai vieram predominantemente dos três estados do sul do Brasil: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. (...) Os brasileiros no Paraguai fazem parte de dos amplos processos migratórios no interior do Brasil: um movimento vindo do Rio Grande do Sul em direção a santa Catarina, Oeste do Paraná e mato Grosso do Sul; outro fluxo vindo dos estados do Nordeste e de Minas Gerais em direção ao Estado de São Paulo e depois para o Norte e Oeste do Paraná. Essas migrações são fundamentalmente compostas por famílias de camponeses” (ALBUQUERQUE, 2010:.72-73)

Aliado a isso, temos as características socioeconômicas dos imigrantes brasileiros. A mesma se revela muito diversa num período de tempo curto. PALAU (2005) apresenta uma caracterização destes migrantes tomando como critério o acesso à terra e à sua posse. O autor propõe quatro grandes grupos:

Uma *burguesia agrária*, relativamente capitalizada, proveniente dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Este grupo está estabelecido na Região do Alto Paraná, Canindeyú desde a primeira metade da década de 70. Seus integrantes são em regras gerais proprietários de 100 ou mais hectares e constituem hoje em dia um segmento da agricultura farmer.

Um segundo grupo é constituído por *agricultores médios* temos quais possuem título da terra que ocupam de entre 20 e 100 hectares, sem uma capitalização importante, ainda que os trabalhos se encontrem em sua maior parte mecanizados.

Um terceiro grupo de importância numérica relativa é o de *arrendatários*, modalidade relativamente extensa na agricultura brasileira, está constituída por migrantes capitalizados, porém sem título da terra. Com fins comerciais, cultivam exclusivamente para a venda.

Finalmente, os ocupantes *sem título da terra e/ou assalariados agrícolas*, normalmente verbais em terras de fazendeiros.

Além disso, existe uma quantidade de brasileiros que só recorre ao Paraguai em períodos de safras, são denominados trabalhadores sazonais. À classificação mencionada, é imprescindível acrescentar uma quinta categoria, de tipo urbano que é a dos comerciantes ou vendedores de serviços que se integram à periferias urbanas na fronteira ou cidades satélites das mesmas.

Por último a formação de uma comunidade transnacional¹⁸. O migrante brasileiro revela sua condição transnacional na medida em que participam de uma pluralidade de redes as quais vinculam ambos os lados da fronteira. Nesse processo, as redes de relações sócio-geográficas evidenciam como a dinâmica de imigração brasileira transgride os limites formais se projetando para além das fronteiras, desconhecendo muitas vezes os limites internacionais. As

¹⁸ Transnacionalismo entendido como formas de organização e identidade que não esta limitada pelas fronteiras nacionais. No caso da fronteira Paraguai Brasil, os autores que indicaram características de uma migração transnacional entre os países são: Palau (1995) Souchaud (2007), Marques (2009), Albuquerque (2010).

redes mais conhecidas são as econômicas que se reproduzem há muito tempo em ambos os lados da fronteira, implicando o comércio de diversos produtos. Mas também as redes de parentesco, os laços afetivos são mantidos entre os migrantes brasileiros e seus familiares, que facilita o uso de serviços e usufruto de certos benefícios ligados a previdência gerando assim fluxos temporários bastante intensos ao longo da fronteira.

POPULAÇÃO E MOBILIDADE: ESPECIFICIDADES DA FRONTEIRA PARAGUAI-BRASIL.

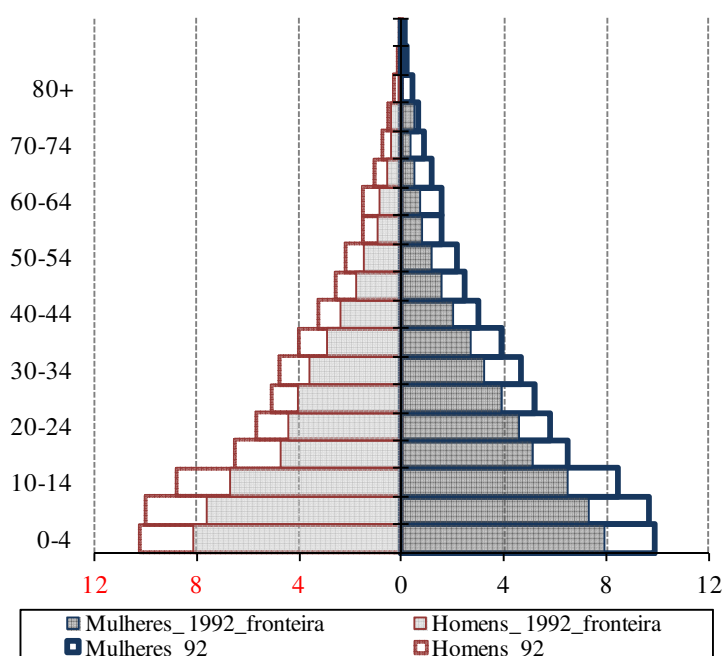
A proximidade dos censos de população de 2010 e 2012 para o Brasil e o Paraguai respectivamente torna difícil não considerar que os dados utilizados neste trabalho estejam longe da realidade atual do território, dado que nossas fontes de informação remetem a quase uma década passada, resultado dos censos de 2000 (BRASIL) e 2002 (PARAGUAI) e das diversas projeções elaboradas a partir dessa informação. Esses dados têm sido estudados inúmeras vezes, mas, mesmo se eles representam um recorte temporal envelhecido em 10 anos, serão analisados para uma unidade geográfica construída. A “unidade de referência” espacial é a faixa da fronteira que está integrada por 139 municípios brasileiros situados dentro dos 150 km correspondentes a faixa de fronteira ao que sumamos os cinco departamentos paraguaios que limitam com o Brasil (Alto Paraguai, Concepción, Amambay, Canindeyú e Alto Paraguai). As bases de dados serão tratadas separadamente com a idéia de lograr uma caracterização sócio-demográfica da população que reside nele e o transita. O trabalho vai ser desenvolvido principalmente sobre a base de fontes de informação direta o que somado a os dados levantados pelas diversas pesquisas realizadas nesta década esperamos elaborar um panorama mais completo e atual das pessoas que habitam e transitam esse território.

B.1 Perfil sócio-demográfico atual da população da fronteira

Como foi dito anteriormente, a zona de fronteira do lado paraguaio é caracterizada historicamente pelo isolamento e pelo povoamento pouco denso, especialmente na região do Chaco paraguaio. A mudança no comportamento nos indicadores demográficos nos últimos 30 anos coincide com o processo massivo de abertura da fronteira agrícola iniciada no Paraguai na primeira metade da década de 60 e a posterior “abertura” aos mercados.

Segundo os dados do Censo de Población y Vivienda de 2002, realizados pela DGEEC, a população na área de fronteira (Alto Paraguai, Concepción, Amambay, Canindeyú) ascende a 1.004.763 habitantes. Esta cifra comparada com o revelado no censo de 1992 indica um crescimento de 2,41% para o ultimo período inter-censal. Este indicador assinala persistência de um alto crescimento, superior ao crescimento médio nacional de 2,2% (DGEEC, 2008). Esta característica justifica a prevalência de uma população jovem.

GRAFICO 1: População Total por Faixa Etária e Sexo. Paraguai, e População Residente na Faixa de Fronteira Paraguai (Alto Paraguai, Concepción, Amambay, Canindeyú e Alto Paraná). Período: 1992.

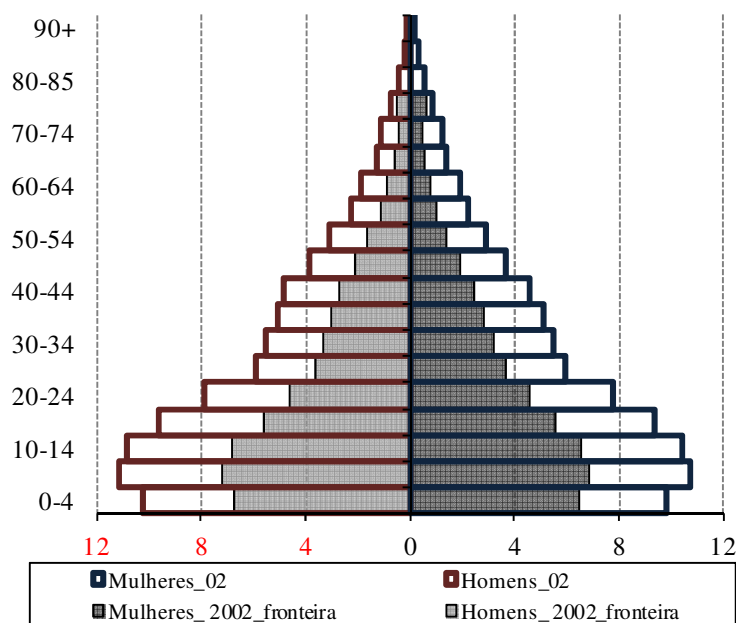


Fonte de dados básicos: Censo de población y vivienda, 1992. DGEEC.

O GRAFICO 1 evidencia que até 1992, a estrutura etária da população em estudo, vinha mostrando traços bem marcados de uma população predominantemente jovem. Observa-se que a população dos Departamentos da Faixa de fronteira apresenta o mesmo comportamento. Já para o ano 2002 (GRAFICO 2) um estreitamento da base da pirâmide etária e a redução do contingente de jovens se fazem manifestas, como resultado de um declínio da fecundidade, evidente na diminuição nas proporções do grupo etário entre 0 e 4 anos. Em contrapartida, há um contingente populacional significativo nas idades ativas (15 a 64 anos) – 63%, que se constitui na maior proporção da população total do país, reflexo também das altas taxas de

fecundidade do passado. É notório também um pequeno aumento de um ponto porcentual dos idosos.

GRAFICO 2: População Total por Faixa Etária e Sexo. Paraguai, e População Residente na Faixa de Fronteira Paraguai (Alto Paraguai, Concepción, Amambay, Canindeyú e Alto Paraná). Período: 2002.



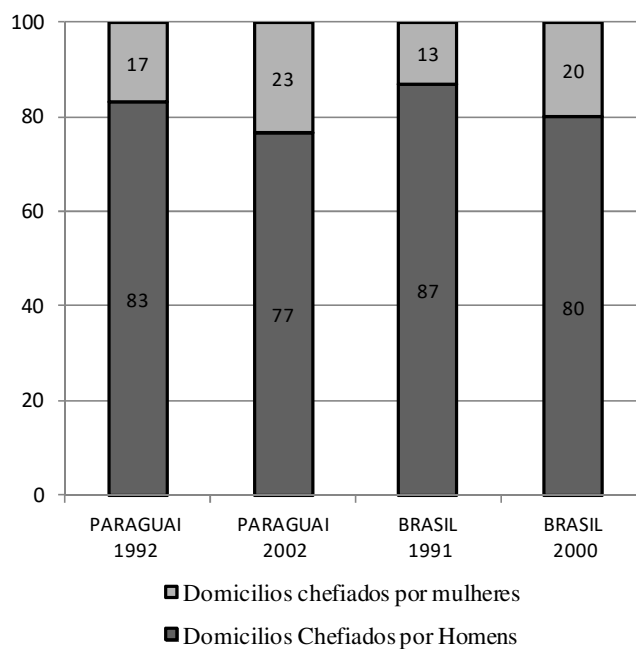
Fonte de dados básicos: Censo de población y vivienda, 2002. DGEEC.

Outro dos indicadores a analisar que apresentaram uma mudança importante nesta região é nas relações de gênero. Pode-se observar no GRAFICO 3 um expressivo aumento da proporção de domicílios chefiados por mulheres. Segundo os dados dos Censos de Población y Vivienda, na região de estudo a chefia feminina estava presente em 17% dos domicílios, em 1992, e passou a ocorrer em 23,4% dos lares em 2002. Sendo maior a proporção de domicílios chefiados por mulheres no lado paraguaio da fronteira. No caso do Brasil, um aumento da proporção de domicílios chefiados por mulheres é evidente. Segundo os dados dos Censos Demográficos na área de estudo a chefia feminina estava presente em 13% dos domicílios, em 1991, e passou a ocorrer em 20% dos lares em 2000, mostrando um aumento maior da proporção que do lado da fronteira paraguaia.

O Paraguai foi um país predominantemente rural até a década de 80, e mesmo se desse esse momento vive um contínuo e acelerado processo de urbanização, a faixa de fronteira reflete

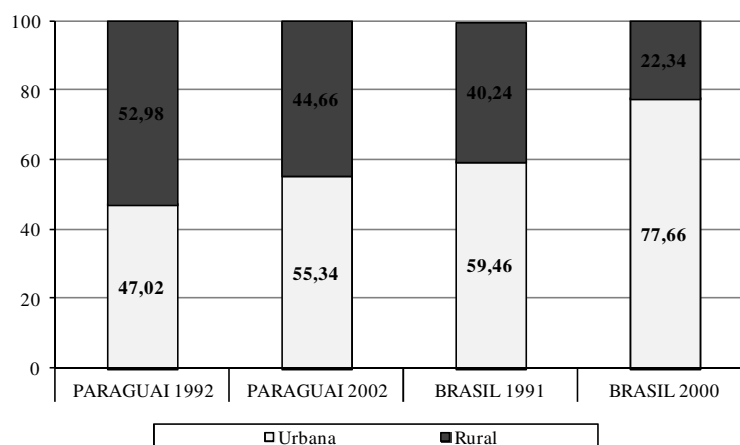
um processo de urbanização lento, onde só em 2002, as áreas urbanas superam levemente as áreas rurais. Inversamente, o Brasil chegou ao final do século XX como um país urbano, situação que se vê no GRÁFICO 4, onde pode-se ver como o processo de urbanização se acentuou fortemente até chegar a 77,7% de zonas urbanas nos municípios de fronteira.

GRAFICO 3: Proporção de domicílios chefiados por mulheres, Faixa de fronteira, Paraguai, Brasil- 1992/2002, 1991/2000



Fonte de dados básicos: Censo de población y vivienda, 1992, 2002. DGEEC. Censos Demográficos 1991, 2000, IBGE.

GRAFICO 4: População residente, por situação do domicílio, Paraguai, Brasil- 1992/2002, 1991/2000.

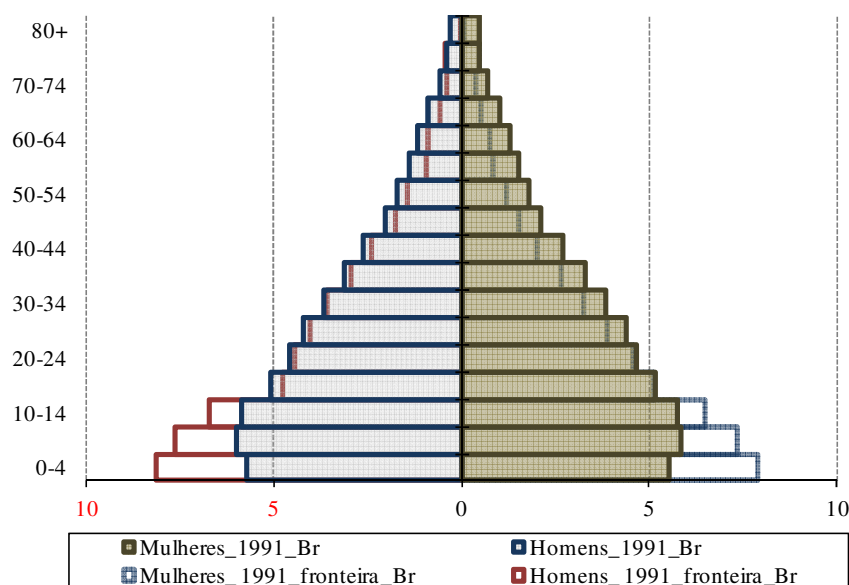


Fonte de dados básicos: Censo de población y vivienda, 1992, 2002. DGEEC. Censos Demográficos 1991, 2000, IBGE.

Segundo os dados do Censo Demográfico 2000, a população total dos municípios que conformam a faixa de fronteira que co-limita com Paraguai ascende a 2.591.593 habitantes. Esse dado comparado com o revelado no censo de 1991 indica um crescimento de 0,83% para o último período inter-censitário. Este indicador assinala um crescimento lento, inferior ao crescimento médio nacional de 1,6% (IBGE, 2008).

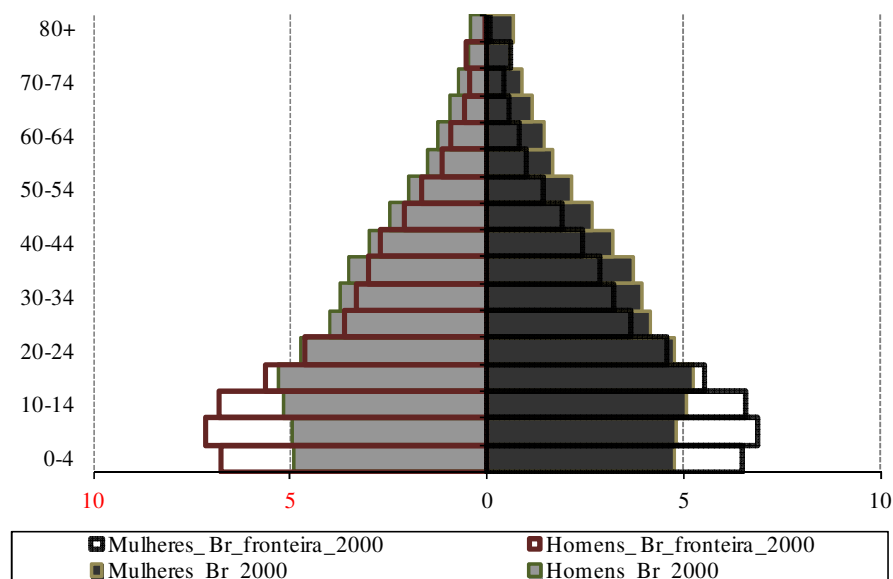
Até o início dos anos 90, a estrutura etária da população da fronteira brasileira, revelada pelos Censos Demográficos, vinha mostrando traços bem marcados de uma população predominantemente jovem, a pesar de um levíssimo estreitamento na base da pirâmide. A generalização das práticas anticonceptivas no Brasil acontecidas durante os anos 80 resultou no declínio da natalidade, o que se refletiu no estreitamento mais evidente da base da pirâmide etária e na redução do contingente de jovens (GRAFICO 5).

GRAFICO 5: População Residente Brasil e na Faixa de Fronteira Brasil por Faixa Etária e Sexo, Período: 1991.



Fonte dos dados básicos: Censos Demográficos de 1991. IBGE

GRAFICO 6: População Residente Brasil e na Faixa de Fronteira Brasil por Faixa Etária e Sexo, Período: 2000.

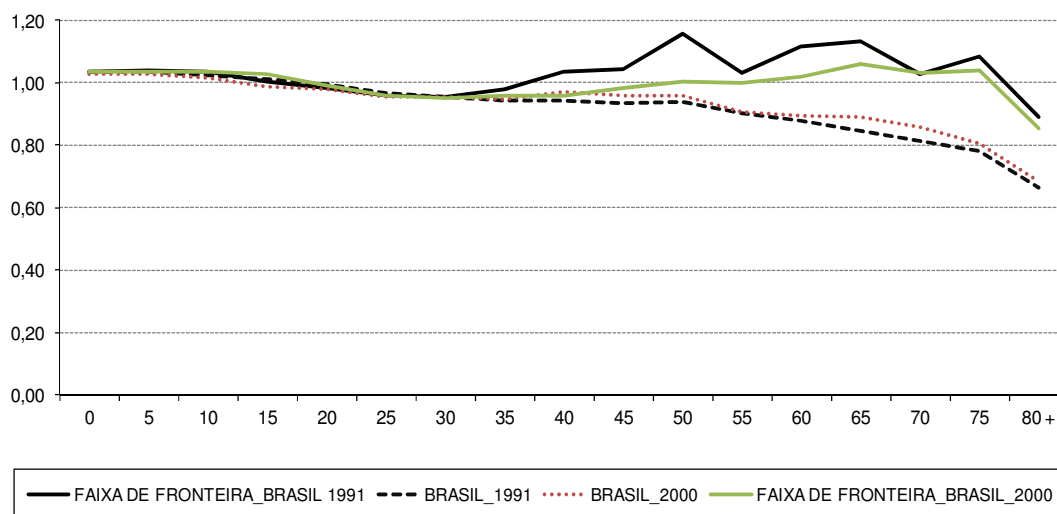


Fonte dos dados básicos: Censos Demográficos de 1991. IBGE

Os GRAFICOS 7 e 8 marcam que a tendência da razão de sexo se manteve em ambos os lados da fronteira, do lado paraguaio predomina a população masculina na população total: para cada

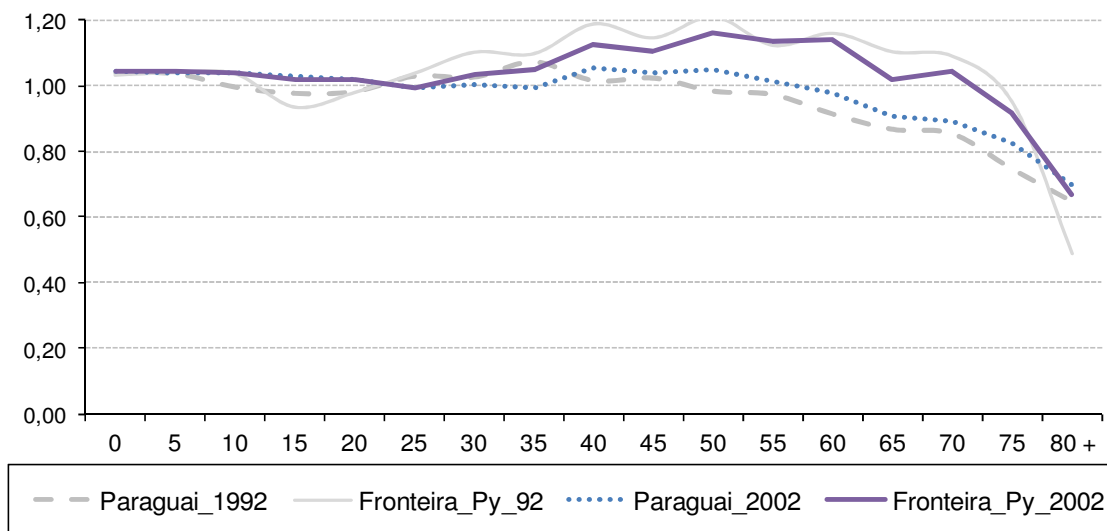
100 mulheres havia 104 homens. O número de mulheres e de homens apresenta um equilíbrio no lado brasileiro.

GRAFICO 7: Razão entre o número de mulheres e de homens na população total e a da faixa de fronteira, Brasil 1991/2000.



Fonte de dados básicos: Censos Demográficos 1991, 2000, IBGE.

GRAFICO 8: Razão entre o número de mulheres e de homens na população total e faixa de fronteira, Paraguai - 1992/2002.



Fonte de dados básicos: Censo de población y vivienda, 1992, 2002. DGEEC

B.2 Aspectos teóricos metodológicos: Os censos como fontes de dados para medir mobilidade.

“Extraña paradoja, sin duda: el factor migratorio cobra mucha importancia y afecta a las sociedades en sus cimientos, pero las herramientas de análisis no evolucionan al mismo ritmo”. (DOMENACH, p.108)

Revisando a extensa literatura sobre migração e mobilidade dos últimos 30 anos pode-se afirmar que são muitos os investigadores procurando demonstrar as dificuldades decorrentes das fontes de dados utilizadas em suas análises. PALAU (1995) destaca a lacuna do conhecimento empírico a respeito das tendências recentes de distribuição e mobilidade territorial da população, sobretudo em relação à mobilidade transfronteiriça. Ele aponta principalmente a ausência de informações primárias e a inadequação dos dados censitários para estudar tais fenômenos (MARQUES, 2009). Segundo LATTES (1993),

“de maneira crescente os científicos sociais que trabalham em países do terceiro mundo estão questionando não só a aplicação acrítica dos conceitos e teorias desenvolvidas nos países avançados do mundo oriental, mas também as formas e instrumentos que são utilizados para captação dos dados. Como bem observa uma publicação do Comitê sobre Urbanização e redistribuição da população (IUSSP, 1979) a relação entre os dados e conceitos esta pervertida, porque, em geral, os conceitos tem se adaptado a os dados –geralmente inadecuados- ao invés de estes últimos serem o produto dos requerimentos conceituais” (1993: 11).

Mesmo que seja possível melhorar e expandir a informação dos censos, como é o caso do censo brasileiro, em relação a mobilidades outras que não impliquem mudança de residência, é sabido que os censos seguirão sendo uma fonte limitada de informação.

B.2.1 Potencialidades e limitações do uso da informação censitária para o análise da mobilidade em áreas de fronteira.

Mesmo apresentando limitações, os censos demográficos revelam ser, na atualidade, a principal fonte de informação disponível para os estudos de migração. Entre os quesitos censitários mais comuns referentes à migração - entendida como mudança de residência - achamos o “lugar de nascimento”, “duração de residência”, “lugar de última residência” e

“lugar de residência em um lugar anterior”, e mais recentemente o “ano de chegada ao país” o que nos permitem estimar volumes, fluxos, estoques e distinguir as características sócio-demográficas dos migrantes. Como resposta às distintas formas em que vem se manifestando a mobilidade nas últimas décadas, as autoridades responsáveis pela formulação e aplicação dos censos tendem a incorporar novos quesitos especificamente para identificar outros tipos de deslocamentos de população que não implicam mudança de residência. A palavra mais usada é “município, unidade de federação ou país em que trabalha ou estuda”. A informação é levantada com diferentes níveis de desagregação.

No que se refere ao censo brasileiro, RIGOTTI (1999) avalia e critica os diversos quesitos sobre migração no Censo Demográfico de 1991 e tipos de informações que estes permitem. Alguns das dificuldades mais evidentes relevadas pelo autor são, por exemplo, para o “lugar de nascimento”, que permite registrar as pessoas que tem se deslocado uma vez, mas, não a trajetória que pode estar constituída por varias etapas, desconsiderando também aos emigrantes. Uma contribuição importante se incorpora através da pergunta referente à “duração de residência” a qual fornece informação sobre o último deslocamento ou duração da última residência (migrantes acumulados) e também permite identificar os migrantes de retorno. Uma combinação a mais na trajetória resulta do quesito “Lugar de última residência” que revela as pessoas que viveram em um lugar diferente da origem, independentemente de terem ali nascido. Uma limitação é a falta de referência temporal nos quesitos de lugar de nascimento; assim como o lugar de última residência, considerando, num mesmo grupo as pessoas que migraram há muitos anos atrás com aquelas que se mudaram há pouco tempo.

No Censo brasileiro de 1991 foi incluído pela primeira vez o quesito sobre lugar de residência há exatamente 5 anos atrás, indagando sobre a residência numa data fixa. Isto permite avaliar as migrações posteriores a data do censo anterior, nesse sentido permite calcular todas as medidas convencionais da migração: imigrantes, emigrantes e saldo migratório (RIGOTTI, 1999, p.36). Além disso, os lugares de origem e destino são conhecidos, o período dentro do qual ocorre a migração é bem determinado e o conceito de migrante é facilmente definido.

Em 2000, o Censo Demográfico possibilita identificar os movimentos pendulares¹⁹ como um tipo de deslocamentos de população não restrito a mudança de residência. OLIVEIRA (2009)

19 Foram considerados como movimentos pendulares aqueles empreendidos por motivo de trabalho ou estudo para um município ou país diferente daquele onde a pessoa residia

registra uma fragilidade neste quesito dado que não estabelece a periodicidade do movimento, o que levou que se considerasse como pendular além dos deslocamentos diários, em alguns casos, com duração superior a trinta dias. Mesmo se a combinação dos diferentes quesitos torna a análise migratória muito mais rica às mensurações não captarão todos os movimentos intermediários realizados pelas pessoas.

Frente às limitações anteriormente mencionadas e à proximidade com a nova ronda (2010-2012) dos censos, e preciso admitir a necessidade analisar os novos aportes que estas fontes de dados trarão num futuro próximo. A TABELA 3 resume por ano de execução do censo, desde 1991, os principais quesitos sobre migração presentes nos censos e a incorporação novos quesitos pensada para presente ronda.

O Censo Demográfico 2010 (BRASIL) oferece alguns avanços importantes em matéria de mobilidade. Os novos quesitos incorporados ao questionário do censo 2010 permitirão identificar um padrão de mobilidade do Brasil mais completo que o conhecido até a atualidade, gerando o desafio de desenvolver novas técnicas para uma melhor compreensão dessa mobilidade.

Em matéria de migrações internas, a informação os migrantes de ultima estará disponível num nível de desagregação que chegara até o nível de município. Para a emigração, se possibilita identificar o sexo a idade, o ano de partida e a residência atual dos emigrantes. Informação altamente enriquecedora, com a qual será possível paliar os problemas de registro dos imigrantes brasileiros que de modo ilegal residem no Paraguai e indiretamente o ano de chegada no país. Mas o grande aporte está relacionado à pendularidade possibilitando conhecer os lugares de estudo ou trabalho da população que se desloca para aceder a esses benefícios desagregados até nível de município ao que se suma também a duração habitual destes deslocamentos. Mesmo com suas limitações, a potencialidade dos dados censitários sobre migrações internacionais compõe uma fonte significativa sobre o fenômeno no contexto de cada país, contribuindo para apontar tendências e características desses deslocamentos populacionais.

TABELA 3: Comparação dos quesitos de Migração utilizados no Censo Demográfico (1991, 2000, 2010, Brasil) Censos de Población y Vivienda (1992, 2002, 2012).

Ano	BRASIL	PARAGUAI
1991-1992	"Lugar de nascimento"	
	"Duração de residencia"	"Lugar de nascimento"
	"Lugar da ultima residencia"	
	"Ano de chegada ao país"	"lugar de residencia"
2000-2002	"lugar de residência há exatamente 5 anos atrás"	"lugar de residência há exatamente 5 anos atrás"
	"em que municipio e unidade de federação ou país estrangeiro trabalha?"	"lugar onde vivía a mãe no momento do nascimento do entrevistado" "ano de chegada da mãe"
2010-2012	"Retorna do trabalho para casa diariamente?"	Alguma pessoa que vive ou vivia neste domicilio saiu de Praguai para morar ou trabalhar nos ultimos 10 anos? Relação com o chefe ou chefe de domicilio Sexo País de nascimento(nomem)? Ano da ultima saida de Paraguay?
	"qual é o tempo habitual gasto de deslocamento de sua casa até o trabalho?"	motivo da (nombre) viagem ao estrangeiro? Nivel de instrução mais alto ao deixar Paraguai a ultima vez? Qual era a profissão ou a que se dedicaba antes de viagem para o estrangeiro? ¿Onde, ou seja em que país foi morar a ultima vez que saoiu do Paraguai?

Fonte de dados básicos: Questionarios dos Censo Demográfico (1991, 2000, 2010, Brasil) Censos de Población y Vivienda (1991, 2002, 2012).

No que diz respeito ao Paraguai, o próximo censo será realizado em 2012, numa instância prévia foram realizadas pela Dirección General de Estadística, Encuesta y Censos (DGEEG) alguns testes cognitivos e provas piloto conjuntas em 2007 (SOSA, 2008) na idéia de lograr uma harmonização nas estatísticas censitárias no MERCOSUR a fim de melhorar a compatibilidade de resultados para ronda de censos 2010.

Em primeiro lugar, foram incorporadas uma série de perguntas referentes à emigração:

Alguma pessoa que vive ou vivia neste domicílio saiu do Paraguai para morar ou trabalhar nos últimos 10 anos?

Relação com o chefe ou chefe de domicílio, Sexo,

País de nascimento?

Ano da última saída do Paraguai?

Motivo da viagem ao estrangeiro?

Nível de instrução mais alto ao deixar Paraguai a ultima vez?

Qual era a profissão ou a que se dedicava antes de viagem para o estrangeiro? Onde, ou seja, em que país foi morar a ultima vez que saiu do Paraguai?

Esta informação permitirá uma estimacão do volume de domicílios com emigrantes, do total de emigrantes e suas características sócio-demográficas básicas, lugar de residência atual, motivo da emigração. Isto dará um panorama bastante completo do volume dos emigrantes e as suas características sócio-demográficas. Em nosso caso, será possível captar e comparar o número de migrantes paraguaios no Brasil.

Outro ponto importante é a reformulação do quesito referente ao ano de chegada no país, com a idéia de reduzir os índices de não resposta, como pode se observar na figura 3 foram propostos faixas de tempo onde o entrevistado pode situar o ano da sua chegada.

FIGURA 3: Melhor introduzida para reduzir índices de não resposta no Censo de población y Vivienda 2012, DGEEC.

¿En qué periodo llegó a Paraguay?		
Si no se sabe el año de llegada marque el periodo	Antes de 1971	1
	1971-1990	2
	1991-2000	3
	2001-2005	4
	2006-2009	5
	2010-2012	6

Fonte de dados: Questionário do Censo de Población y Vivienda, DGEEC, 2012.

A pesar de ter testado um grupo de perguntas destinado a relevar novas formas de mobilidade espacial - que não impliquem necessariamente mudança de residência habitual - nas provas piloto conjuntas realizadas em 2007, não foram incorporadas no questionário definitivo do censo 2012. Isto implica uma perda de informação importante dado nosso objetivo.

B.2.2 - Fontes de dados e metodologia

Na presente dissertação foram utilizadas as informações referentes aos Censos Demográficos de 1992 e 2000, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, foram utilizados os dados do Censo de Población y Vivienda de 1990 e 2002 realizadas pela Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos (DGEEC). Os censos demográficos permitem identificar a migração de “última etapa” e a de “data fixa” o que nos permite captar os migrantes acumulados. Enquanto que no segundo caso capta apenas o último movimento do indivíduo dentro do período inter-censitário. Especificamente no caso do censo brasileiro de 2000 foi levantada informação sobre a “migração pendular” um tipo de mobilidade populacional de nosso interesse que não deveria ser inventariado como migração (BARBIERI, 2009).

Os censos paraguaios não fornecem informações relativas aos movimentos pendulares. As informações sobre migração são muito incipientes. Os dados do Censo Nacional de Población y Viviendas, de 1992 e de 2002, permitem o conhecimento do lugar de nascimento dos imigrantes internacionais, do ano de chegada ao país e do local de residência 5 anos atrás (informação de data fixa), mas não fornecem ainda informações de última etapa. Para o Censo paraguaio de 2002 o quesito sobre o lugar de nascimento do entrevistado, presente no Censo Nacional de 1992, foi substituído pela pergunta sobre o local de residência da mãe do entrevistado, na ocasião do nascimento do (a) filho (a). Soma-se a isso a ausência do quesito sobre mobilidade pendular.

C. MOBILIDADE NA FAIXA DE FRONTEIRA: O QUE CAPTAM OS CENSOS DE POPULAÇÃO

Como foi explicado a base de dados dos censos permite identificar algumas características dessa população estrangeira: sexo, idade, relação com o chefe de família, ocupação, escolaridade. Também é possível recuperar o estoque de estrangeiros em cada país (brasileiros no Paraguai, Paraguaio no Brasil) além do ano de chegada. Isso se constitui em importante fonte sobre o fenômeno no contexto de cada país, contribuindo a apontar tendências e características desses grupos populacionais que se deslocam.

É importante especificar que mesmo que o estudo seja feito de ambos os lados da fronteira, consideramos que a informação não é comparável, ou seja, não mede a migração absoluta nessa área de fronteira.

No cenário dos movimentos internacionais na fronteira Paraguai-Brasil, o Paraguai concentrava de acordo com o censo demográfico de Población y Vivienda de 1992, um estoque de 87.990 brasileiros residentes no Paraguai, contra 7.256 paraguaio no Brasil. Ainda que o número de emigrantes supere amplamente o de imigrantes, pode-se apreender que são populações de características sócio-demográficas próximas. A evolução desses estoques indica, principalmente a partir da década de 2000, uma nova situação no contexto fronteiriço. O estoque de brasileiros no Paraguai vem diminuindo passando de 87.990 pessoas para 62.473, e parece ter se estabilizado. Contrário a esse fenômeno vem ocorrendo do lado brasileiro, donde o estoque de paraguaio vem se elevando de 7.256 a 12.889. Essas evidências nos induzem a perguntarmos se não estaríamos em frente de uma nova tendência no contexto fronteiriço.

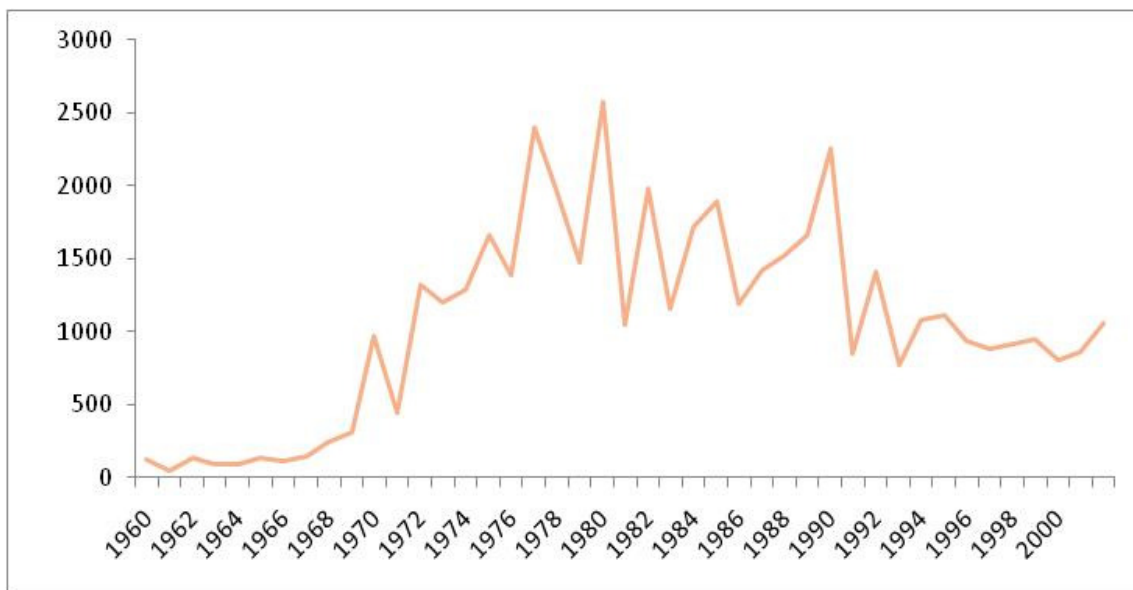
C.1.1 Quem são esses migrantes?

Os Censos de Población y Vivienda (1992- 2002) e os Censos Demográficos (1991-2000) permitem identificar algumas características da migração e dos migrantes internacionais entre os dois países na região de fronteira.

Em primeiro lugar é possível resgatar o período de chegada. Comparando os períodos de entradas para os fluxos e contra-fluxos entre os países na faixa de fronteira é possível observar que essas correntes não se estabelecem com a mesma temporalidade. No GRÁFICO 9 pode-se

observar a tendência dos fluxos explicados nos tópicos A.1 e A.2 deste capítulo. Pode-se observar que 60% das entradas ocorreram antes de 1980, decaindo em volume posteriormente.

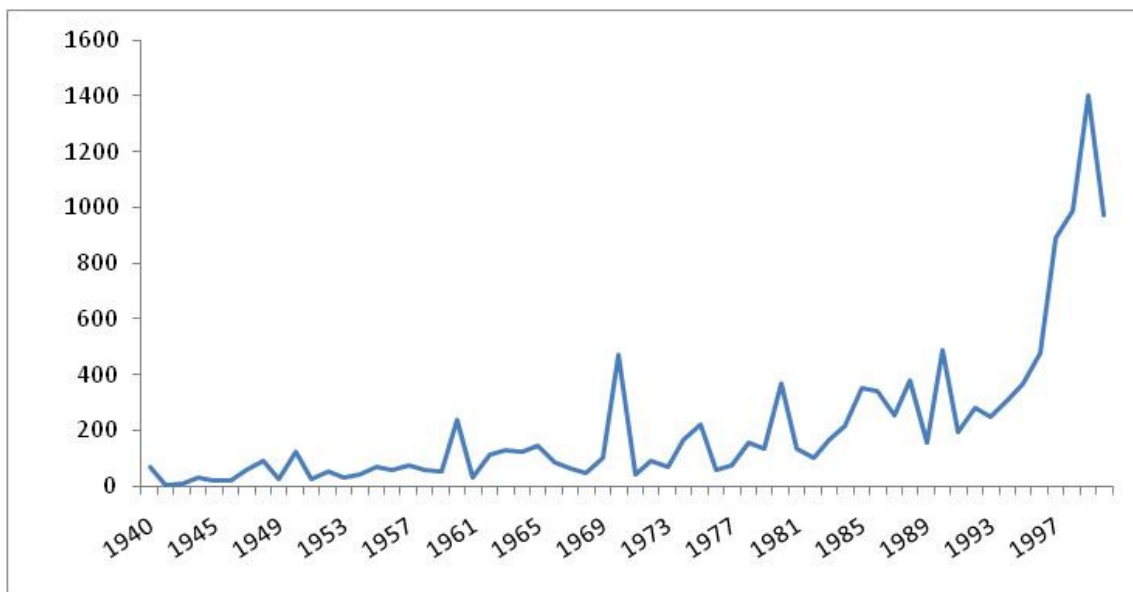
GRAFICO 9: Brasileiros no Paraguai, por ano de chegada, 2002.



Fonte de dados básicos: Censo de población y vivienda, 1992, 2002

A imigração de paraguaios no Brasil vem registrando uma tendência crescente em relação há décadas anteriores. Foram escassos os primeiros migrantes que fixaram residência no Brasil (GRAFICO 10) lá pelos anos 1940, contingente que foi crescendo de maneira constante. Mais recente é a tendência crescente de paraguaios na fronteira, marcando na década de 90 o período de maior entrada no Brasil.

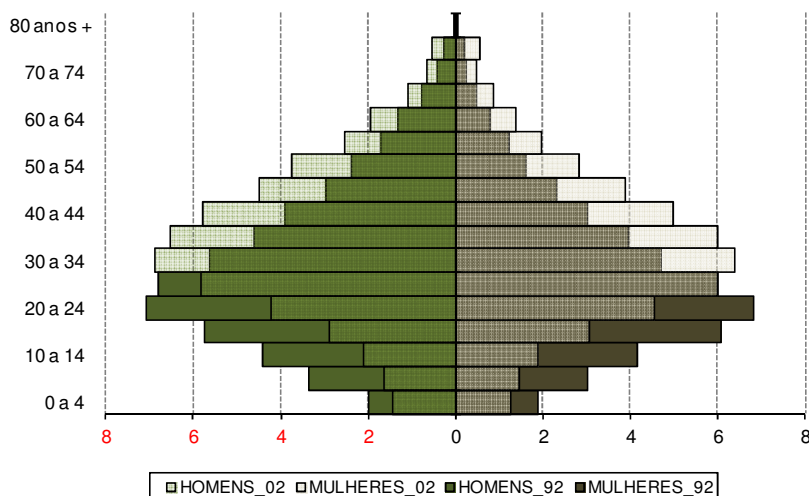
GRAFICO 10: Paraguaio no Brasil, por ano que fixou residência, 2000.



Fonte de dados básicos. DGEEC. Censos Demográficos 1991, 2000, IBGE.

C.1.2.a Características Demográficas dos Migrantes Brasileiros no Paraguai e dos Paraguaio no Brasil

Estrutura Etária e distribuição por área: A análise da estrutura de idade e sexo dos migrantes internacionais possibilita apreender sobre a antigüidade dos fluxos, ou seja, quanto mais envelhecida seja a população representada na pirâmide, mais antigo será o fluxo. As pirâmides Etárias dos Brasileiros em Paraguai de 1992 e 2002 evidenciam dos momentos distintos do processo migratório, o GRÁFICO 11 evidencia um ligeiro envelhecimento de uma migração de tipo familiar iniciada na década de 60, com uma base de pirâmide ligeiramente mais alargada que a que apresenta o gráfico 8.

GRAFICO 11: Estrutura Etária dos Brasileiros no Paraguai, 1992, 2002.

Fonte de dados básicos: Censo de población y vivienda, 1992

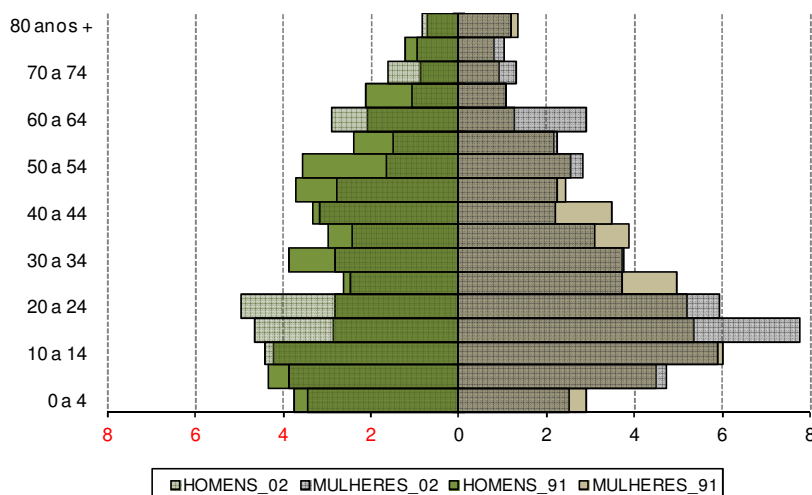
Em um segundo momento (GRÁFICO 11), já com uma população mais envelhecida, pode-se observar um estreitamento na base da pirâmide, é um centro e uma cima mais alargados. Nesse sentido, é considerando a estrutura por idades pode-se pensar o seguinte. Sendo já uma população levemente envelhecida e respondendo ao ciclo de vida, se poderia argumentar que os migrantes brasileiros tem trocado uma possibilidade de migração de retorno, por uma mobilidade pendular, onde, aproveitando a vantagem da nacionalidade, e a proximidade da fronteira, cruzariam a mesma periodicamente em busca de serviços não fornecidos pelo Estado paraguaio.

Pode-se verificar no GRÁFICO 12 que os paraguaios no Brasil apresentam uma estrutura etária completamente diferente, em especial do ponto de vista do tipo de migração, que não pareceria ser familiar. Com uma predominância feminina, é possível verificar a contribuição para o alargamento nas faixas mais jovens (de 10²⁰ a 34 anos) da população economicamente ativa, apresentando proporções importantes nos grupos mais jovens e nas pessoas idosas. Dada a precariedade dos serviços de Saúde e de Educação existentes nessas áreas, nesse período

²⁰ No Paraguai, a população é considerada economicamente ativa a parti dos 10 anos.

(finais dos anos 80), poderia pensar-se que a presença desses grupos, denominados em relação de dependência, migrariam com esses motivos.

GRAFICO 12: Estrutura Etária dos paraguaios na faixa de fronteira no Brasil, 1991, 2002.



Fonte de dados básicos. DGEEC. Censos Demográficos 1991, 2000, IBGE.

No GRAFICO 12 para o período 2002 pareceria mudar de tendência e acentuar-se a migração de tipo familiar de casais jovens ou mães com os filhos. Isso pode se observar em um pequeno engrossamento da base.

Outro elemento que ilustra as distintas situações desses dois grupos de migrantes e a distribuição espacial no território. Nota-se um predomínio da migração dos brasileiros em áreas rurais. Em 1992 81% dos migrantes moravam em áreas rurais, esta situação muda consideravelmente em 2002, onde mesmo que continue dominando a população assentada em áreas rurais, ela diminui a 61%. Contrariamente, os paraguaios no Brasil se caracterizam por ser netamente urbanos já em 1991, chegando a serem 87% os migrantes instalados em áreas urbanas.

Os diferenciais de composição da população internacional dos dois grupos tornam-se mais nítidos quando são analisados níveis de escolaridade os que se refletem na ocupação que exercem os migrantes nos países de destino. Mesmo se os Brasileiros no Brasil sejam pessoas com baixo nível de escolaridade (65% com primário completo) as áreas de ocupação se concentram em atividades relacionadas à produção agrícola e cria de animais, classificadas como de interesse para a população local.

Essa situação contrasta com a dos paraguaios no Brasil, onde 58, 18% têm só segundo grau completo. De fato, fica evidente que dada a predominância de mulheres nos contingentes de migrantes, a maior parte se encontra inserido nas atividades domésticas.

1 - Tipologias de mobilidade e migração populacional na fronteira Paraguai Brasil

A literatura especializada sobre a temática de fronteira abordada parece concordar a respeito do aspecto heterogêneo da mobilidade no território fronteiriço, o acelerado processo de urbanização decorrente desta dinâmica e, a mudança de atividades econômicas orientada ao comércio e serviços, muitos dos quais estão altamente ligados a produção agropecuária. Um esboço de classificação da mobilidade identificada na faixa de fronteira foi feito a partir desta leitura e sobre a base dos critérios discriminantes propostos por Courgeau (1988), Domenach e Picouet (1990). Desde o momento que a tipologia é apresentada como esboço é por que o análise das fontes de dados disponíveis sobre mobilidade para a faixa de fronteira Brasil – Paraguai evidenciam informação existente sobre uma das formas de mobilidade espacial da população: As migrações internacionais denominadas dentro da tipologia apresentada como os fluxos irreversíveis. Com a evolução das formas de mobilidade espacial, especificamente com o desenvolvimento das formas de mobilidade mais temporais esses dados se tornaram insuficientes. Em suma, a informação proporcionada pelo sistema de produção de dados sócio-demográficos (DGEEC, IBGE) pode ajudar no processo de avançar no conhecimento de certos deslocamentos que jogam um papel importante ainda que não exclusivo, na dinâmica demográfica da faixa de fronteira. Entretanto é impossível conseguir, com esses dados, um análise profunda do sistema de mobilidade da população na faixa de fronteira.

Por outro lado, numerosos estudos sobre a migração internacional e mobilidade entre Paraguai e Brasil têm sido desenvolvidos nas últimas três décadas, entre os que se destacam os estudos De ALBUQUERQUE (2005; 2010), CASTILLO (2009), DUTRA & GOETTERT (2007), FARRET (1997), MARQUES (2009), SPRANDEL (1992), PALAU (1987; 1992; 1995b), PEREIRA (2002), SALIM (1995), SANTA BÁRBARA (2001), SOUCHAUD & CARMO (2006), SOUCHAUD (2007). Esses Trabalhos, Geralmente Têm Utilizado Como Fonte De informação os censos demográficos, ou desenvolvido pesquisas de caráter qualitativo que mesmo que não tinham tido como objetivo principal o estudo da mobilidade, serviram para evidenciar múltiplos tipos de mobilidade.

Como já fora mencionado no primeiro capítulo, os estudiosos das práticas espaciais da população, têm estudado as migrações a través da variável da residência, ou seja, o lugar onde

a pessoa “acostuma a habitar”. De fato a residência é a base do reconto da população é sobre ela se fundamenta a definição demográfica da migração. Isso explica que durante muito tempo, tanto dados, interpretações e tentativas de teorizar a mobilidade por parte dos demógrafos se referiram somente aos deslocamentos que implicavam uma transferência de residência, isto é, às migrações. Reconhecendo o caráter múltipla dos deslocamentos dos indivíduos entre os diferentes sítios com os quais tem estado ou entra em relação conduz a noção de espaço de vida onde o espaço residencial e de trabalho são essenciais. Mesmo se o conceito de espaço de vida marca um avanço real na conceitualização da mobilidade ainda apresenta algumas dificuldades na hora de integrar todos os espaços aonde os indivíduos circulam. Para resolver isso um novo conceito mais amplo e mais operacional foi proposto: o de residência de base²¹. Segundo exista ou não uma referencia a uma residência de base, os fluxos podem ser reversíveis ou irreversíveis.

A partir desses conceitos foi possível propor um esquema das diferentes formas de mobilidade que afetam as dinâmicas da faixa de fronteira. Essa tipologia gera nove formas diferentes de mobilidades (ver QUADRO 1).

Nos fluxos reversíveis pode-se identificar dois grandes grupos: a) os que tem o espaço de vida como referencia que seriam os reversíveis esporádicos; b) Os que referem a mobilidade a residência de base sendo reversíveis de longa duração.

Entre os fluxos relacionados a o espaço de vida pode-se identificar os pendulares. Segundo a literatura esses fluxos correspondem a deslocamentos diários entre o lugar de trabalho o estudo, porém com essa definição seriam desconsiderados os deslocamentos que acontecem em períodos maiores e com objetivos distintos como ser a procura por serviços vários e comércio. Nas ultimas décadas os deslocamentos por motivos de estudo ao longo da fronteira tem-se modificado muito sobre tudo em relação aos níveis de estudo mais baixos. Alunos paraguaios cruzam diariamente a fronteira para assistir as escolas primarias ou secundarias em povoados pequenos do lado brasileiro. Em tanto que estudantes universitários brasileiros cruzam para Paraguai cursar estudos universitários a em aquelas cidades nas que funciona alguma universidade (seja publica ou particular). Os grupos de trabalhadores binacionais se

²¹ O conceito de residência de base pode-se definir como lugar o conjunto de lugares a partir do qual (dos quais) os deslocamentos têm uma probabilidade de retorno más elevada, qualquer seja sua duração da permanência em outro lugar.

deslocam diariamente ou por curtos períodos de tempo para trabalhar na construção, no serviço doméstico, nos mercados e outros serviços (CASTILLO, 2009).

Por último, segundo PALAU (1993) existe uma tradição de consumo de bens transfronteiriços ao longo da fronteira em função das condições de preços o fluxo vai se orientar para um lado ou outro da fronteira.

QUADRO 1 : Tipologia da mobilidade identificada na faixa de fronteira Paraguai Brasil

FLUXOS REVERSÍVEIS	ESPAÇO DE VIDA	REVERSÍVEIS ESPORÁDICOS	Pendulares (ou commuters),	Consumo de bens e serviços (paraguaios e brasileiros)
				Estudantes binacionais (Brasileiros para o nível superior, e paraguaios para primário e secundários)
	RESIDÊNCIA DE BASE	REVERSÍVEIS DE LONGA DURAÇÃO	Migrantes temporários	Arrendatários brasileiros
			Circulares	Brasiguaios e paraguaios no Brasil
Migrantes estacionais			Assalariados Agrícolas no Brasil e no Paraguai	
FLUXOS IRREVERSÍVEIS	RESIDÊNCIA	IRREVERSÍVEIS PROVOCADOS	Deslocados ambientais	Camponeses expropriados e deslocados pela usina de Itaipú
			Deslocados do Mercado	Pequenos camponeses paraguaios e brasileiros, pauperizados pela conformação de mercados agrícolas, vendem suas terras e migram para outras áreas rurais ou para as periferias urbanas
		IRREVERSÍVEIS VOLUNTÁRIOS	Mobilidade individual ou mudança de espaço de vida	Comerciantes do setor formal
			Mobilidade espacial de grupo familiar.	Famílias decamponeses arrendatários brasileiros ao término do contratos
			Tranfers ou en transito	Viajantes diários ambulantes ou trabalhadores da construção

Elaboração própria a partir de : Courgeau (1988), Domenach e Picouet (1990).

Os fluxos reversíveis de longa duração (QUADRO1) estão relacionados com uma residência de base ou lugar a partir do qual o deslocamento tem uma probabilidade de retorno elevada. Na faixa de fronteira podem-se distinguir três tipos de deslocamentos nesta categoria. Em primeiro lugar os migrantes temporários constituídos por os trabalhadores de arrendatários brasileiros que se deslocam por períodos de mais longa duração e distância só para atividades de colheitas ou outras mais específicas que requerem uma formação técnica maior. Um segundo grupo desta categoria é migrantes circulares, os que respondem a deslocamentos repetidos entre diferentes lugares de residência. Esse é um caso claro de dupla residência para uso de serviços, prática muito comum entre os denominados “brasiguaios”, recentemente adotadas pelos paraguaios. Por último os migrantes estacionais, representados pelos assalariados agrícolas que combinam diversas atividades de trabalho de acordo com as oportunidades de demanda sazonais de trabalho. Este tipo de fluxo se dá para ambos os lados da fronteira, caracterizando os brasileiros com um melhor nível de educação e por tanto capazes de conseguir trabalhos melhor remunerados comparados a seus pares paraguaios no Brasil.

Nos fluxos irreversíveis podem-se novamente dois grandes grupos ambos relacionados com o conceito de residência: a) por um lado estão os fluxos irreversíveis provocados, onde pode-se identificar novamente dois grandes grupos, i) os deslocados ambientais, maiormente ligados aos camponeses expropriados e deslocados pela usina de Itaipú. PALAU & HEIKEL (1987) estimam que 42 mil pessoas as desapropriadas (e indenizadas) no total. Conforme só um 20% dos deslocados retornaram a seus lugares de origem. A excedente queda condicionada ao mercado de trabalho regional, articulando novos fluxos de curta e meia distância, ii) os deslocados pelos mercados. O desenvolvimento e a modernização do setor agrícola do final da década de 80 e início dos 90 puxa pequenos camponeses brasileiros e paraguaios (instalados no Paraguai) a venderem suas terras e migrar para outras áreas rurais, mais no interior do país, ou para periferias urbanas.

b) por outro lado se identificam os fluxos irreversíveis voluntários ou mudança definitiva de residência, entre os que distinguimos: i) a mobilidade individual ou mudança de residência e espaço de vida, caracterizado pelo novo fluxo de comerciantes brasileiros ou prestadores de serviços que mudam de residência e às vezes até de atividade. Esses fluxos se intensificam a partir a década de 90, com a modernização da agricultura. ii) e por último a mobilidade familiar ou de grupo muito relacionada no caso da fronteira a os migrantes de retornos, mais especificamente as famílias camponesas brasileiras, que no final da década de 80 início dos

90, período de recessão econômica, deixam o sistema de arrendamento de terras e voltam para o Brasil.

CONCLUSÃO DO CAPÍTULO:

Assiste-se a uma intensa recomposição dos territórios e suas lógicas, o que nos leva a questionar qual a influência dessa recomposição territorial na migração ou mobilidade e vice-versa. É relevante que mesmo se os padrões clássicos de migração não têm desaparecido, parece existir um consenso a respeito das suas mudanças na últimas duas décadas. Caracterizando-se por apresentar distâncias mais curtas, com duração menor, a eleição da mobilidade num padrão Sur-Sur parece estar de alguma maneira associada a novos fluxos migratórios transfronteiriços.

Uma possível explicação reside no fato de que o aumento dos fluxos transfronteiriços têm imposto um maior ritmo de crescimento das cidades de fronteira. Todo isto unido a uma nova infra-estrutura pública e meios de transporte têm dado como resultado a aparição de novas figuras da mobilidade entre as que se incorporam por exemplo, a do consumidor binacional, o estudante transfronteiriço, o consumidor de serviços de saúde, entre outros. E novas orientações dos deslocamentos supondo a possibilidade de inverter os padrões dos fluxos.

Ao que tudo indica, estes deslocamentos tomaram primazia sobre os tradicionais fluxos rural - rural, que caracterizaram os fluxos de brasileiros em direção ao Paraguai. Em vista disto, apresenta-se a pergunta de se é possível pensar o espaço fronteiriço como um espaço de intermediação para a migração.

Outra explicação possível dessas mudanças nos padrões refere-se a diferença marcante entre a mobilidade desta fronteira com as de outras fronteiras melhor estudadas, como a de México-USA e que a que separa Brasil do Paraguai se caracteriza por ser sul-sul e não sul-norte, o que corrobora que não são apenas os diferenciais em oportunidades econômicas ou a assimetria das dinâmicas os que levam a uma pessoa num de um lado a outro da fronteira mas, é preciso analisar em profundidade o papel das redes transfronteiriças apresentando se como essenciais, com características próprias dificultariam e/ou facilitariam a dinâmica desses fluxos de pessoas SOUCHAUD (2007) e MARQUES (2009).

Finalmente, o conceito de mobilidade necessário para apreender os diferentes processos sociais que estão se configurando no cenário fronteiriço entre Paraguai e o Brasil, pensando na articulação dos espaços econômicos e o mercado tanto do legal como do ilegal. Até atualidade os impactos constatados resultantes desta mobilidade foram: o crescimento dos fluxos migratórios transfronteiriços, o maior ritmo de crescimento das cidades fronteiriças especialmente as paraguaias, o aparecimento de novas figuras migratórias cujas estratégias estão estreitamente vinculadas à dinâmica de fronteira.

CONCLUSÃO FINAL

A faixa de fronteira existente entre o Paraguai e o Brasil é muito dinâmica. Nos últimos vinte anos experimentou um processo de modernização ligado a expansão da fronteira agrícola brasileira sobre o Paraguai e, o desenvolvimento da agroindústria e os serviços que a sustentam. Esses fatos têm transformado o mercado de trabalho na região, o qual foi o resultado, entre outras causas, da penetração de relações econômicas do capitalismo, em um mercado dominado por relações verticais de apadrinhamento e parentesco.

Em tais circunstâncias se acrescenta a mobilidade tanto interna como internacional. Sendo assim parece correto dizer que os padrões de migração têm se transformado nesta fronteira é mesmo no que poderíamos chamar de áreas de influencia nos últimos 20 anos. Esses fluxos vêm afetadas as distâncias percorridas e os tempos de deslocamento, se caracterizando na atualidade por longitudes mais curtas, maior numero de deslocamentos e tempo menor. Expondo a redução da importância relativa da migração internacional em favor de outros tipos de mobilidade.

A convivência dessas categorias de mobilidade exige a inclusão de conceitos que permitem ampliar o estudo a diversas formas de mobilidade em pé de igualdade com a migração, ao mesmo tempo em que deveria introduzir um real melhoramento da definição para a captação do evento, um amplo tema ainda a pesquisar. Contudo, só a análise das razões ou determinantes desses deslocamentos permitiriam re-introduzir os diversos sistemas de relações que implicam, visando compreender melhor os laços recíprocos que as conectam.

Entre os fatores que originam esses fluxos pode-se mencionar a utilidade material num primeiro momento, ou seja, a possibilidade de emprego, o salário, e os fatores não materiais como a aceitação social, cultura e idioma. Nesse sentido, dependendo do destino dos fluxos – brasileiros no Paraguai ou paraguaios no Brasil - existe uma diferença importante sobre os estudos realizados ao respeito. No primeiro caso, brasileiros no Paraguai, muitos são os pesquisadores a terem trabalhado esses assuntos. Desse modo pode-se pensar como uma extensão das áreas empresariais brasileiras do outro lado da fronteira caracterizando-se por a presença de um forte poder econômico, cultural é até político nos grupos de migrantes brasileiros (ALBUQUERQUE, 2010).

No segundo caso - o dos paraguaios no Brasil - pouco ou nada têm sido pesquisado ao respeito. O resultado da análise dos dados dos Censos Demográficos (IBGE, 1991-2000)

mostram uma tendência crescente deste fluxo, posicionando-se no Brasil como o segundo maior grupo de migrante entre os países que fazem fronteira com o Brasil.

Alem da dimensão e estudo dos fluxos entre os dois países, o mais relevante é a compreensão das singularidades desta fronteira. Primeiramente a proximidade e integração jogam um papel importante na dinâmica dos fluxos, os pontos de origem e destino conectam principalmente os estados do sul do Brasil e a região oriental paraguaia o que gera uma pluralidade de redes as quais vinculam ambos os lados da fronteira.

As redes de relações sócio-econômico-geográficas planeiam o desconhecendo muitas vezes dos limites internacionais, o que facilita o uso de serviços e usufruto de certos benefícios ligados a previdência e outros gerando assim fluxos temporários bastante intensos que concentram os núcleos urbanos ao longo da fronteira. Este cenário poderia estar marcando a importância de estabelecer a condição multi-escalar desta fronteira e a conexão com os múltiplos tipos de mobilidade existentes entre Brasil e Paraguai.

Contudo, não podemos afirmar que se esta frente a uma “região” continua definida pelo seu papel comum. A respeito disso HAESBAERT explica que “mesmo neste caso, onde há uma continuidade espacial (descontados os efeitos da linha de fronteira Brasil-Paraguai), não podemos afirmar que se desempenha uma “região” contínua no sentido de região definida pelo seu papel comum dentro de uma divisão territorial” (1999: 117). A superposição de outras redes, como por exemplo, a do comércio ilegal ou drogas, aumenta a complexidade da configuração do espaço, condicionando de alguma maneira esse fluxos de pessoas.

É nesse contexto que, pode-se falar da necessidade de incorporar as áreas ou faixas de fronteiras como espaços intermediários de entendimento - entre a motivação individual para migrar versus causalidade estrutural- da mobilidade populacional. Frente à pergunta inicialmente formulada – sobre se é possível pensar a fronteira Brasil- Paraguai como autônoma, o de dinâmica própria – pensamos que os circuitos migratórios e da mobilidade que vêm acontecendo no Paraguai ha 50 anos, necessariamente tem imprimido um “caráter” aos territórios que os conformam. Reciprocamente os territórios modulam os fluxos migratórios e a mobilidade populacional, conferindo a faixa de fronteira certa autonomia ou dinâmica própria. Um exemplo são as segundas gerações de migrantes brasileiros no Paraguai como indicador da reprodução social e familiar dos fluxos.

Será possível pensar na existência de um “espaço binacional” (de convivência e identidade) a partir dessa reprodução social? Ou são as novas mobilidades as que articulariam a área de fronteira que se constitui entre Paraguai e Brasil?

E possível dizer que a partir das redes o espaço estaria articulado todos os níveis? Como bem foi mencionado no início desta conclusão os brasileiros gerenciam a partir do idioma primeiramente, do poder econômico, social e político determinados fluxos de caráter temporário como ser os migrantes temporários, pendulares e estacionais para trabalhar nos campos. Isso seria um indicio importante da existência de uma associação entre o “espaço binacional” e a formação/ estrutura dos deslocamentos populacionais nessa fronteira. Mas o que se passa com a direção contrária dos fluxos? Ou seja, com os paraguaios do outro lado da fronteira?

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, J. L. C. Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai. Fortaleza. 2005. 274 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

ALBUQUERQUE, J. L., As dinâmicas das fronteiras. Os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Editora ANNABLUME, São Paulo. 2010.

BAENINGER, R.; PATARRA, N., Mobilidade Espacial da População no MERCOSUL: Metrôpoles e Fronteira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS - São Paulo, v. 14, p.45-78, 2005.

BILSBORROW, Richard E. The state the art the chapters. In: BILSBORROW, Richard E Migration, Urbanization and Development: New Directions and Issues. New York: UNFPA, January. 1996.

BRETTELL, C., HOLLIFIELD, J., "Introduction: Migration Theory." In Migration Theory: Talking across Disciplines, edited by Caroline B. Brettell and James F. Hollifield Bettrel, (2000). New York, Routledge.

CARVALHO, J.A.M. O saldo dos fluxos migratórios internacionais no Brasil na década de 80: uma tentativa de estimação. In: PATARRA, N. L. (org) Migrações Internacionais: Herança XX, Agenda XXI. Campinas, FUNAP, v. 2, 1996.

CARVALHO, J.A.M. de. Migrações internas: mensuração direta e indireta. Revista Brasileira de Estatística. Rio de Janeiro, v.43, n.171, p. 549-583, jul./set. 1982.

CARVALHO, J.A.M. de & MACHADO, C.C. Quesitos sobre migrações no Censo Demográfico de 1991. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v. 9, n.1, p.22-34, jan./jul. 1992.

CARVALHO, J.A.M. de. & RIGOTTI, J.I.R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v. 15, n.2, 1999.

CASTILLO, M., Dinámica espacial de la población y dinámicas territoriales en centros poblados fronterizos. Distrito Carmelo Peralta – Alto Paraguay, Chaco-

Paraguay”, relatório apresentado para o COMITÉ INTERINSTITUCIONAL DE POBLACIÓN, en el marco de las investigaciones sócio-demográficas de ciudades fronterizas paraguayas, Asunción, 2009.

CHAPMAN, M.; PROTHERO, R. M., Themes on circulation in the third world. In: PROTHERO, R.M.; CHAPMAN, M. Circulation in third world countries. Boston: Routledge and Kegan Paul, 1985. p. 1-26.

COURGEAU, D. Méthodes de mesure de la mobilité spatiale : Migrations internes, mobilité temporaire, navettes. Paris, Éditions de L'Institut National d'Études Démographiques. 1988.

COURGEAU, D. Nuevos enfoques para medir la movilidad espacial interna de la población. Notas de Población. Santiago de Chile: Centro Latinoamericano de Demografía, vol. 18, nº 50, p. 55-74, ago. Santiago, Chile, CELADE. 1990.

DAVIS, K. Social science approaches to international migration. In: TEITELBAUM, Michael, WINTER Jay (Ed.) Population and resources in western intellectual traditions. Cambridge: Cambridge University, 1989. p.245-261.

DOMENACH, H. De la « Migratologie »... Revue Européenne des Migrations internationales. Vol 12, n. 2, 1996.

DOMENACH, H., PICOUET, M., “El carácter de reversibilidad en el estudio de la migración”, Notas de Población, 49. Santiago: CELADE, 1990.

DOMENACH, H., CELTON, D., ARZA, H., HAMELIN, P., (Editores) Movilidad y Procesos Migratorios en el Espacio de Frontera Argentino Boliviana, IRD, Universidad Nacional de Córdoba (Argentina), CONICET, 2007.

FARRET, R. Especificidades das áreas urbanas de fronteira. In: CASTELLO, I. R. et. al. Fronteiras na América Latina: espaços em transformação. Porto Alegre: UFRGS/Fundação de Economia e Estatística, 1997. p.107-113.

FAZITO, D., A Análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade, Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

GRIMSON, A. (comp.). Fronteras, naciones e identidades: La periferia como centro. Buenos Aires: Ciccus-la curjia, Buenos Aires, 2000.

HAESBAERT, R., SANTA BÁRBARA, M., Des-ordenamiento territorial e migração brasileira nos vizinhos do MERCOSUL, HEIDEMANN, H, D, da SILVA, S, A., (org.) Coletânea de textos do Simpósio Internacional, Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais realizado em São Paulo 19 a 25 de abril de 1999. Associação Editorial Humanitas, 2007.

HUGO, G. J. Circulation in west Java, Indonesia. In: CHAPMAN, M.; PROTHERO, R. M. Circulation in third world countries. Boston: Routledge and Kegan Paul, 1985. p.75 - 99.

IUSSP-CELADE. Diccionario Demográfico Multilingüe, Lieja, Bélgica, 1985

KRITZ, M. e ZLOTNIK, H.(1992). Global interactions: migrations systems process and policies. In: Kritz, Mary et al. (Ed.) International Migration System, a global approach. Oxford: p.150-176

LAHORGUE, María Alice. Dinâmica Espacial da Produção e da População e as Zonas de Fronteira – Reflexões sobre o Mercosul. In: Fronteira na América Latina: Espaços em Transformação. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS-FEE, p.44-67. 1997.

LATTES, A. E. Acerca de los patrones recientes de movilidad territorial de la población en el mundo. Buenos Aires: Centro de Estudios de Población, 1983. (Cuaderno del CENEP, 27). Disponível em: <http://201.231.155.7/wwwisis/bv/cuadernos%20cenep/CUAD%2027.pdf>. Acesso em: 23 de jul. de 2010.

MACHADO, L O., Estado, territorialidad, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In Continente em chamas, Maria Laura Silveira (org.). Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 2005.

MARQUES, D., Circularidade na fronteira do Paraguai e Brasil: o estudo de caso dos "brasiguaios", tese de doutorado em Demografia, CEDEPLAR, UFMG, BELO HORIZONTE, 2009.

MASSEY, D., J. ARANGO, et al. (1993). "Theories of International Migration: a Review and Appraisal". *Population and Development Review* 19 (3): 431- 466.

MÓDENES, Juan A.. Movilidad espacial, habitantes y lugares: retos conceptuales y metodológicos para la geodemografía. *Estudios Geográficos*, [S.l.], v. 69, n. 264, p. 157-178, june 2008. ISSN 1988-8546. Disponible en: <<http://estudiosgeograficos.revistas.csic.es/index.php/estudiosgeograficos/article/view/83/80>>. Fecha de acceso: 01 mar. 2018 doi:<http://dx.doi.org/10.3989/egeogr.2008.i264.83>.

MOROKVASIC, M. La mobilité transnationale comme ressource: le cas des migrants de l'Europe de l'Est. *Cultures et Conflits*, nro32, 2002.

MOURA, R. Dos espaços sem fronteiras às fronteiras dos espaços. In: CASTELLO, I. R. et. al. *Fronteiras na América Latina: espaços em transformação*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS/Fundação de Economia e Estatística, 1997. P.96-103.

OBERAI, A. S., BILSBORROW, R., Theoretical Perspective on Migration. En: Bilsborrow, R. et.al, *Migration surveys in low income countries: guidelines for survey and questionnaire design*, pp.14-30. London: Croom Helm, 1984.

OLIVEIRA, T.C.M.,MAX, C.Z, As relações de troca em região de fronteira: uma proposta metodológica sob a ótica convencionalista, *Geosul*, Florianópolis, v. 24, n. 47, p 7-27, jan./jun. 2009

PALAU, T. Migração transfronteiriça entre Brasil e Paraguai: o caso dos brasiguaios. In: PATARRA, Neide Lopes. *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. Campinas: FNUAP, 1995 a. p. 200-207.

-----, Modificación de patrones migratorios y movilidad transfronteriza en el Paraguay, Taller "Nuevas modalidades y tendencias de la Migración Internacional: los movimientos migratorios entre países fronterizos y los procesos de integración". Programa de Población de la Fac. de Ciencias Sociales, Universidad de la República. Montevideo, 27-29 de octubre de 1993.

-----, Los campesinos: el estado y las empresas en la frontera agrícola. Asunción: BASE/PISPSL, 1987.

PALAU, Tomás & HEIKEL, María Victoria, Desplazamientos espaciales temporales de la fuerza de trabajo en las fronteras agrícolas: el caso del Alto Paraná, Paraguay. In: REBORATTI, Carlos E. (org) Se fue a no volver: seminario sobre migraciones temporales en América latina. México: PISPAL/Ciudad/ CENEA, Colegio de México, 1981. P.319-356

PATARRA, Neide Lopes. Movimentos migratórios no Brasil: tempo e espaços. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Textos para discussão n.7. 50p. 2003.

PEBAYLE, R., Les Brésilguayens, migrants brésiliens au Paraguay. In: Revue européenne de migrations internationales. Vol. 10 N°2. pp. 73-86. IN: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/remi_0765
0752_1994_num_10_2_1408 Consultado el 28 décembre 2010

PICOUET, M. Las migraciones entre países fronterizos: reflexiones "cursivas" sobre el enfoque metodológico. In: PELLEGRINO, A. (Comp.). Migración e integración: nuevas formas de movilidad de la población. Montevideo: Ediciones Trilce, 1995.

PINTO DA CUNHA, J. M., SOUCHAUD, S., BAENINGER, R., do CARMO, R. L., Espaços migratórios e problemática ambiental no MERCOSUL, Notas de pesquisa, R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 23, n. 1, p. 191-193, jan./jun. 2006.

RAVESTAIN, E.G. As leis da migração. In: MOURA, H. A. de (Coord.). Migrações internas: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p.807-844.

RIBEIRO, L. P. Zonas de Fronteira internacionais na atualidade: uma discussão. UFRJ, 2002, 29.p. Disponível em [HTTP://www.igeo.ufrj.br/gruporetis/](http://www.igeo.ufrj.br/gruporetis/). Acesso em: 3 novembro 2010.

SALA, G, A., Características demográficas e sócio-ocupacionais dos migrantes nascidos nos países do Cone Sul residentes no Brasil.Tese de doutorado. Belo Horizonte: CEDEPLAR, UFMG, 2005.

SALES, T. Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, v.13, n.1, p. 87-98, jan./jun,1996.

SALIM, A. C. A questão dos brasiguaios e o MERCOSUL. In: PATARRA, Neide Lopes. Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. Campinas: FNUAP, 1995. p.144-159.

SOARES, W., Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional. Revista brasileira de estudos de população. Campinas, v.21, n.1, p.101-106, jan/junho. 2004.

SOSA, Z., Medición de la migración internacional en los censos. El caso de la prueba piloto conjunta entre Argentina, Brasil y Paraguay. “Seminario Taller Censo 2002 y Migración”, DGEEC, Asunción, Diciembre 2008.

SOUCHAUD, S., Geografía de la migración brasileña en Paraguay, Asunción, UNFPA - ADEPO (<http://hal.ird.fr/ird-00323354/fr/>), 382 p. (2007)

SOUCHAUD, S.; BAENINGER, R., (2007) Vínculos entre a migração internacional e a migração interna: o caso dos bolivianos no Brasil, in Taller Nacional sobre «Migración interna y desarrollo en Brasil: diagnóstico, perspectivas y políticas», Brasília, 35 p. CELADE.

SOUCHAUD, S.; CARMO, R. L. Migração e mobilidade no Mercosul: a fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, 2006, Caxambu. Anais... Caxambu: ABEP, 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_702.pdf>. Acesso em: 09 abril. 2010.

SOUCHAUD, S., VÁZQUEZ, F., Modalidades del poblamiento actual en el Paraguay: lo que nos enseña la pequeña ciudad de Curuguaty, XII ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, “Caminando en una América Latina en transformación” 3 al 7 de abril de 2009, Universidad de la República, Montevideo, Uruguay.

SPRANDEL, MARCIA ANITA, Brasileiros na fronteira com o Paraguai, ESTUDOS AVANÇADOS 20 (57), 2006

STANDING, G.. Conceptualising territorial mobility. En: Bilsborrow, R. et.al, Migration surveys in low income countries: guidelines for survey and questionnaire design, pp.31-59. London: Croom Helm, 1984.

STATELLA MARTINS, P., A formação do território Turístico de Pedro Juan Caballero, Dissertação curso de Mestrado em Geografia UFMS, Campo Grande, 2007.

TODARO, M. P. A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países em desenvolvimento. In: MOURA, H. A. de (Coord.). Migrações internas: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, p.146-171.

UNITED NATIONS. Manual VI: methods of measuring internal migration. United Nations. New York, 1970.

VAZQUEZ, F., D'une périphérie oubliée à des multi-territorialités activées : nouvelles configurations spatiales et économiques dans le Chaco paraguayen, thèse de doctorat en géographie, Toulouse II Le Mirail, Toulouse, 466 p, 2009.

VERA Oscar (2003), Estudio de los cambios en la cobertura de la tierra en la zona de influencia del Parque Nacional Río Negro, Región Occidental del Paraguay, Período año 1992 al 2002. Tesis para obtener el título de Ingeniero Forestal, Facultad de Ciencias Agrarias, San Lorenzo, 112 p.

VIANA HISSA, C., A mobilidade das fronteiras: Inserções da geografia na crise da modernidade, Coleção humanitas, Editora da UFMG. 2002.

VILLA, M.; MARTÍNEZ, J. Tendencias e Patrones de la Migración Internacional em América Latina y Caribe. In: SIMPÓSIO SOBRE MIGRACIONES INTERNACIONALES EN LAS AMÉRICAS, 1., 2000, Costa Rica. Anais... Costa Rica: OIM/CEPAL-CELADE/FNUAP, 2000. Disponível em:<http://wi.sei.ba.gov.br/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/popambient_1/pag_49.pdf>.

WAGNER, C. Brasiguaios: homens sem pátria. Petrópolis: Vozes, 1992.

ZAAR, M. H. A migração rural no oeste paranaense/Brasil: a trajetória dos "brasiguaios". Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 94, n. 88, 2001. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-94-88.htm>>. Acesso em: 30 out. 2010

ZELINSKY, Wilbur. 1971. "The hypothesis of the mobility transition" em Geographical Review 61, pag. 219 a 249.

ZELINSKY, Wilbur. 1978. The impasse in migration theory: A sketch map for potencial escapes. Documento apresentado no Seminario “New Conceptual Approach to Migration in Context of Urbanization”, IUSSP, Bellagio.

Anexos

LISTA DE MUNICIPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA, BRASIL, IBGE, 1991, 2000.

Nombre IBGE Municipios 2000	Nombres Estados (UF) 2000
Amambai	MATO GROSSO DO SUL
Anastácio	MATO GROSSO DO SUL
Antônio João	MATO GROSSO DO SUL
Aquidauana	MATO GROSSO DO SUL
Aral Moreira	MATO GROSSO DO SUL
Bela Vista	MATO GROSSO DO SUL
Bodoquena	MATO GROSSO DO SUL
Bonito	MATO GROSSO DO SUL
Caarapó	MATO GROSSO DO SUL
Caracol	MATO GROSSO DO SUL
Coronel Sapucaia	MATO GROSSO DO SUL
Corumbá	MATO GROSSO DO SUL
Deodápolis	MATO GROSSO DO SUL
Dois Irmãos do Buriti	MATO GROSSO DO SUL
Douradina	MATO GROSSO DO SUL
Dourados	MATO GROSSO DO SUL
Eldorado	MATO GROSSO DO SUL
Fátima do Sul	MATO GROSSO DO SUL
Glória de Dourados	MATO GROSSO DO SUL
Guia Lopes da Laguna	MATO GROSSO DO SUL
Iguatemi	MATO GROSSO DO SUL
Ladário	MATO GROSSO DO SUL
Laguna Carapã	MATO GROSSO DO SUL
Maracaju	MATO GROSSO DO SUL
Miranda	MATO GROSSO DO SUL
Mundo Novo	MATO GROSSO DO SUL
Naviraí	MATO GROSSO DO SUL
Nioaque	MATO GROSSO DO SUL
Novo Horizonte do Sul	MATO GROSSO DO SUL
Paranhos	MATO GROSSO DO SUL
Ponta Porã	MATO GROSSO DO SUL
Porto Murtinho	MATO GROSSO DO SUL
Rio Brilhante	MATO GROSSO DO SUL
Sete Quedas	MATO GROSSO DO SUL
Sidrolândia	MATO GROSSO DO SUL
Tacuru	MATO GROSSO DO SUL
Taquarussu	MATO GROSSO DO SUL
Vicentina	MATO GROSSO DO SUL

Nombres Estados (UF)	
Nombre IBGE Municipios 2000	2000

Altamira do Paraná	PARANA
Alto Piquiri	PARANA
Altônia	PARANA
Ampére	PARANA
Anahy	PARANA
Assis Chateaubriand	PARANA
Barracão	PARANA
Bela Vista da Caroba	PARANA
Boa Esperança	PARANA
Boa Esperança do Iguaçu	PARANA
Boa Vista da Aparecida	PARANA
Bom Jesus do Sul	PARANA
Bom Sucesso do Sul	PARANA
Braganey	PARANA
Brasilândia do Sul	PARANA
Cafelândia	PARANA
Cafezal do Sul	PARANA
Campina da Lagoa	PARANA
Campo Bonito	PARANA
Candói	PARANA
Capanema	PARANA
Capitão Leônidas Marques	PARANA
Cascavel	PARANA
Catanduvas	PARANA
Céu Azul	PARANA
Chopinzinho	PARANA
Cidade Gaúcha	PARANA
Clevelândia	PARANA
Corbélia	PARANA
Coronel Domingos Soares	PARANA
Coronel Vivida	PARANA
Cruzeiro do Iguaçu	PARANA

Cruzeiro do Oeste	PARANA
Diamante do Sul	PARANA
Diamante d'Oeste	PARANA
Dois Vizinhos	PARANA
Douradina	PARANA
Enéas Marques	PARANA
Esperança Nova	PARANA
Entre Rios do Oeste	PARANA
Espigão Alto do Iguaçu	PARANA
Flor da Serra do Sul	PARANA
Formosa do Oeste	PARANA
Foz do Iguaçu	PARANA
Francisco Alves	PARANA
Francisco Beltrão	PARANA
Goioerê	PARANA
Guaira	PARANA
Guaraniaçu	PARANA
Honório Serpa	PARANA
Ibema	PARANA
Icaraíma	PARANA
Iguatu	PARANA
Iporã	PARANA
Iracema do Oeste	PARANA
Itaipulândia	PARANA
Itapejara d'Oeste	PARANA
Ivaté	PARANA
Janiópolis	PARANA
Jesuítas	PARANA
Juranda	PARANA
Laranjal	PARANA
Laranjeiras do Sul	PARANA
Lindoeste	PARANA
Manfrinópolis	PARANA

Mangueirinha	PARANA
Marechal Cândido Rondon	PARANA
Maria Helena	PARANA
Mariluz	PARANA
Mariópolis	PARANA
Maripá	PARANA
Marmeleiro	PARANA
Matelândia	PARANA
Medianeira	PARANA
Mercedes	PARANA
Missal	PARANA
Moreira Sales	PARANA
Nova Aurora	PARANA
Nova Esperança do Sudoeste	PARANA
Nova Laranjeiras	PARANA
Nova Olímpia	PARANA
Nova Santa Rosa	PARANA
Nova Prata do Iguaçu	PARANA
Ouro Verde do Oeste	PARANA
Palmas	PARANA
Palotina	PARANA
Pato Bragado	PARANA
Pato Branco	PARANA
Perobal	PARANA
Pérola	PARANA
Pérola d'Oeste	PARANA
Pinhal de São Bento	PARANA
Planalto	PARANA
Porto Barreiro	PARANA
Pranchita	PARANA
Quarto Centenário	PARANA
Quatro Pontes	PARANA
Quedas do Iguaçu	PARANA

Querência do Norte	PARANA
Ramilândia	PARANA
Rancho Alegre D'Oeste	PARANA
Realeza	PARANA
Renascença	PARANA
Rio Bonito do Iguaçu	PARANA
Rondon	PARANA
Salgado Filho	PARANA
Salto do Lontra	PARANA
Santa Cruz de Monte Castelo	PARANA
Santa Helena	PARANA
Santa Isabel do Ivaí	PARANA
Santa Izabel do Oeste	PARANA
Santa Lúcia	PARANA
Santa Mônica	PARANA
Santa Tereza do Oeste	PARANA
Santa Terezinha de Itaipu	PARANA
Santo Antônio do Sudoeste	PARANA
São João	PARANA
São Jorge d'Oeste	PARANA
São Jorge do Patrocínio	PARANA
São José das Palmeiras	PARANA
São Miguel do Iguaçu	PARANA
São Pedro do Iguaçu	PARANA
Saudade do Iguaçu	PARANA
Serranópolis do Iguaçu	PARANA
Sulina	PARANA
Tapejara	PARANA
Tapira	PARANA
Terra Roxa	PARANA
Toledo	PARANA
Três Barras do Paraná	PARANA
Tuneiras do Oeste	PARANA
Tupãssi	PARANA
Ubiratã	PARANA
Umuarama	PARANA
Vera Cruz do Oeste	PARANA
Verê	PARANA
Vila Alta	PARANA
Vitorino	PARANA
Xambrê	PARANA